

ORALIDADES

Revista de História Oral

Ano 1 : N° 2 : Jul-Dez/2007

Núcleo de Estudos em História Oral – USP

Núcleo de Estudos em História Oral – USP

Av. Prof. Lineu Prestes, 338, Cidade Universitária

CEP 05508-900 - São Paulo, SP, Brasil

Tel.: (11) 3091-3701 (ramal 238) Fax: (11) 3091-3150

Site: www.fflch.usp.br/dh/neho

E-mail: neho@usp.br

Coordenador

José Carlos Sebe Bom Meihy

Docentes

Júlio César Suzuki, Leland McCleary, Sara Albieri, Valéria Magalhães, Zilda Grícoli Iokoi

Pesquisadores

Alfredo Oscar Salun, Ana Maria Dietrich, Fabiola Holanda Barbosa, João Mauro Araújo, Juniele Rabêlo de Almeida, Marcia Nunes Maciel, Maria Aparecida Blaz Vasques Amorim, Maurício Barros de Castro, Natanael Francisco de Souza, Ricardo Santhiago, Samira Adel Osman, Suzana Lopes Salgado Ribeiro, Vanessa Generoso Paes, Xênia de Castro Barbosa

Estagiários

Juliana Prado, Leandro Daniel Carvalho, Márcio de Pinho Botelho, Marcela Boni Evangelista, Vanessa Paola Rojas Fernandez

Universidade de São Paulo

Reitora: Prof. Dra. Suely Vilela

Vice-reitor: Prof. Dr. Franco Maria Lajolo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretora: Prof. Dr. Gabriel Cohn

Vice-diretora: Prof^a. Dra. Sandra Margarida Nitrini

Departamento de História

Chefe: Prof^a. Dra. Maria Helena Rolim Capelato

Suplente: Prof. Dr. Marcos Francisco Napolitano de Eugênio

Programa de Pós-Graduação em História Social

Coordenadora: Prof^a. Dra. Sara Albieri

Vice-coordenador: Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva

Oralidades: Revista de História Oral

Número 2 – Jul/Dez-2007

ISSN 1981-4275

Site: www.oralidades.com.br

E-mail: revista@oralidades.com.br

Editores

Ana Maria Dietrich

Ricardo Santhiago

Conselho editorial

Ana Maria Dietrich (UFV-MG), Fabiola Holanda Barbosa (UNIR-RO), José Carlos Sebe Bom Meihy (USP), Júlio César Suzuki (USP), Leland McCleary (USP), Maurício Barros de Castro (NEHO-USP), Samira Adel Osman (Senac-SP), Sara Albieri (USP), Suzana Lopes Salgado Ribeiro (NEHO-USP), Valéria Magalhães (USP), Zilda Grícoli Iokoi (USP)

Conselho consultivo

Alessandro Portelli (Università La Sapienza di Roma), André Castanheira Gattaz (FIB-BA), Aurora Ferreira (Universidade Agostinho Neto, Angola), Dante Marcello Caramonte Gallian (Unifesp), Dolores Pla (Instituto Nacional de Antropología e Historia, México), Jacqueline Ellis (Jersey City University, EUA), Marcos de La Rosa (Rhodes College, EUA), Mary Marshall Clark (Columbia University, EUA), Steven Buttermann (Universidade de Miami, EUA), Yara Dulce Bandeira de Ataíde (UNEB-BA), Yvone Dias Avelino (PUC-SP)

Consultores *ad-hoc* para esta edição

Cleusa Maria Gomes Graebin (Arquivo Histórico La Salle), Juniele Rabêlo de Almeida (Centro Universitário Newton Paiva), Rejane Penna (Arquivo Histórico La Salle).

Edição de arte e projeto gráfico

Flávia Yacubian

Diagramação

Ricardo Santhiago

Foto da capa

Shlomit Wolf (HAAP Media Ltd.)

Revisão e tradução

Ana Maria Dietrich, Fernando Luiz Cássio, Flávia Yacubian, Marcel Diego Tonini, Maiza Garcia

Produção executiva

Maria Aparecida Blaz Vasques Amorim

Solicita-se permuta

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo

Oralidades : Revista de História Oral / Núcleo de Estudos em História Oral do Departamento
de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. -- Ano 1, n. 1 (jan./jun. 2007). -- São Paulo : NEHO, 2007-

Semestral.

ISSN 1981-4275

1. História oral. 2. Oralidade. I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas. Departamento de História. Núcleo de Estudos em História Oral.

21ª. CDD 907.2

Sumário

Editorial..... 11

Linha & Ponto

História Oral e Migração: A questão do regresso..... 15
Alice Beatriz da Silva Gordo Lang

Artigos

Visões e Perspectivas: Documento em História Oral..... 35
Suzana Lopes Salgado Ribeiro

A retomada da biografia histórica..... 45
Alexandre de Sá Avelar

Fé e Tradição Oral: Práticas mágico-religiosas presentes nos rituais das Irmandades de Penitentes do cariri cearense..... 61
Anna Christina Farias de Carvalho

O êxodo cantado: A música tradicional paulista como fonte para uma história oral..... 83
Jean Carlo Faustino

Performance e objeto biográfico: Questões para a História Oral de Vida..... 101
Juniele Rabêlo de Almeida, Maria Aparecida Amorim, Xênia Barbosa

Apetrechos da Memória: Os objetos como parte da construção de espaços materiais e simbólicos nas vivências e lembranças de lavradores..... 111
Valéria Lucas Filgueiras

Militantes comunistas da geração pré-64: Memória e Projeto para o Partido dos Trabalhadores..... 129
Izabel Cristina dos Santos Lima

Uma voz, um fato, duas versões: Lembranças que se escolhem..... 143
Angela Annunciato

Entrevista

A editora Alfa-Omega nos anos de chumbo:

Entrevista com Fernando Mangarielo..... 155

Eloísa Aragão Maués

Resenhas

Diálogos sobre a relação entre memórias e histórias..... 175

Gisélia Maria Campos

Sisaleiros de fibra: A emergência do capital social no sisal da Bahia..... 181

Ely Souza Estrela, Aline dos Santos Lima

Notícias do NEHO..... 187

Normas de publicação..... 189

Contents

Editorial..... 11

Linha & Ponto (Guest Author)

Oral History and Migration: The issue of the return..... 15

Alice Beatriz da Silva Gordo Lang

Articles

Visions and perspectives: The document in Oral History..... 35

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

The resumption of biographical history..... 45

Alexandre de Sá Avelar

Faith and Oral Tradition: Magical-religious practices in rituals from the “Irmandades de Penitentes” (Brotherhoods of Penitents) of the “Cariri cearense”.. 61

Anna Christina Farias de Carvalho

The sung exodus: The tradicional music from the state of São Paulo as a source for an oral history..... 83

Jean Carlo Faustino

Performance and biographical objects: Issues for the Oral History of Life..... 101

Juniele Rabêlo de Almeida, Maria Aparecida Amorim, Xênia Barbosa

Gears of the memory: The objects as a part of the construction of material and symbolic spaces in the farmers’ experiences and memories 111

Valéria Lucas Filgueiras

Communist militants of the generation before 1964: Memory and project for the Partido dos Trabalhadores (Labor Party)..... 129

Izabel Cristina dos Santos Lima

One voice, one fact, two versions: Memories which are chosen..... 143

Angela Annunciato

Interview

The Alfa-Omega publishing house in the plumbic years:

Interview with Fernando Mangarielo..... 155

Eloísa Aragão Maués

Reviews

Dialogs about the relation between memories and histories..... 175

Gisélia Maria Campos

Fiber sisal trees: The emergency of the social capital in the sisal from Bahia. 181

Ely Souza Estrela, Aline dos Santos Lima

NEHO News..... 187

Publishing Rules..... 189



Editorial

Editorial

Criada com o propósito de fomentar e espargir diálogos entre profissionais e estudiosos de seu campo, **Oralidades: Revista de História Oral** já estampa neste segundo número resultados de sua trajetória. Do debate “História Oral: Visões e Perspectivas”, que marcou seu lançamento, colhem-se os dois primeiros textos - mimetizando o interessante colóquio travado na ocasião, marcado por uma variedade de temas e abordagens que deve tonificar o percurso deste periódico.

Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, na seção *Linha & Ponto*, apresenta a proposta de história oral defendida pelo Centro de Estudos Rurais e Urbanos e a aplica a um interessante estudo sobre a imigração portuguesa em São Paulo, privilegiando o regresso ao país de origem - o que, segundo a autora, marca uma “quase obsessão” no imaginário dos imigrantes.

Em seguida, abrindo um conjunto de artigos diversificados, Suzana Lopes Salgado Ribeiro discute os aspectos que caracterizam a concepção de documento da corrente de história oral a que se filia, fortemente ligada aos conceitos de memória e experiência. Alexandre de Sá Avelar, a seguir, levanta questões sobre o lugar da biografia em um panorama de renovação historiográfica, tecendo reflexão perspicaz que interessa a todos os que têm as diversas feições das histórias de vida em seu horizonte de preocupações.

Os dois artigos seguintes, ladeando a Tradição Oral, lançam mão de outras fontes para além da entrevista. Somando rezas e cantos tradicionais às narrativas que estabelece, Anna Christina Farias de Carvalho investiga os rituais religiosos do catolicismo popular praticado no Cariri cearense. Já Jean Carlo Faustino, utiliza letras de música caipira para analisar a representação, no cancioneiro popular, do momento de urbanização brasileira da segunda metade do século XX.

Os dois artigos seguintes, ladeando a Tradição Oral, lançam mão de outras fontes para além da entrevista. Somando rezas e cantos tradicionais às narrativas que estabelece, Anna Christina Farias de Carvalho investiga os rituais religiosos do catolicismo popular praticado no Cariri cearense. Já Jean Carlo Faustino, utiliza letras de música caipira para analisar a representação, no cancioneiro popular, do momento de urbanização brasileira da segunda metade do século XX.

O texto de Juniele Rabêlo de Almeida, Maria Aparecida Blaz Vasques Amorim e Xênia de Castro Barbosa é acomodado em um pequeno eixo que explora a relação do objeto biográfico com a História Oral de Vida. As autoras, além de executar revisão e discussão atentas sobre o tema, abrem

caminho para a produção seguinte, em que Valéria Lucas Figueiras examina o significado dos objetos na vida cotidiana de lavradores do município matogrossense de Rondonópolis.

O penúltimo artigo, de Izabel Cristina Gomes da Costa, recupera depoimentos de comunistas da geração anterior a 1964 para evidenciar seu influxo sobre o processo de construção do Partido dos Trabalhadores e defender sua revisitação em um momento de redefinição identitária. Por fim, Angela Annunziato apresenta texto provocativo que interroga sobre as razões de uma mesma pessoa oferecer, em ocasiões diferentes, duas versões para o mesmo fato.

Em lugar de uma história de vida transcrita, apresentamos desta vez uma entrevista temática transcrita resultante das estimulantes indagações de Eloisa Aragão Maués a Fernando Mangarielo, que editou a obra *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós, durante o regime militar. Encerram o volume as resenhas dos livros *Muitas memórias, outras histórias*, preparada por Aline dos Santos Lima, e *Conviver o Sertão*, assinada por Ely Souza Estrela e Aline dos Santos Lima.

Desejamos somar, ao convite à leitura, agradecimentos à equipe interna do Núcleo de Estudos em História Oral e a todos os consultores externos - que imprimem dinamismo e seriedade à feitura desta publicação.

ANA MARIA DIETRICH E RICARDO SANTHIAGO
EDITORES



Linha & Ponto

HISTÓRIA ORAL E MIGRAÇÃO: A QUESTÃO DO REGRESSO*

ALICE BEATRIZ DA SILVA GORDO LANG
CENTRO DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS - USP

RESUMO: Reflexões sobre a concepção e forma de trabalho com a metodologia de história oral, em uma perspectiva sociológica, iniciam o artigo. São apresentados resultados de um estudo sobre a imigração portuguesa em São Paulo no período 1950-1963, de imigração numerosa e significativa, com o objetivo de conhecer as características e experiência dos imigrantes por sua própria voz e apreender o processo de reconstrução da identidade. Trata-se de um estudo de história oral realizado com base em 30 relatos de vida de imigrantes de primeira geração. Migração é o movimento de pessoas no espaço físico e social, por longo período ou para sempre. A migração é estudada a partir das fases do percurso migratório. Uma ênfase especial é dada ao regresso ao país de origem, através do caso de uma imigrante já entrevistada anteriormente, o que permitiu a comparação entre os dois momentos para apreender o processo identitário.

PALAVRAS-CHAVE: História Oral; Migração; Regresso; Identidade

ABSTRACT: Reflections on oral history methodology and the research work in a sociological point of view are presented in this work. These reflections are based on the results of a study about Portuguese immigrants in São Paulo in the period between 1950-1963. It was a period of a significant and copious immigration. The research purpose was to know the immigrants' characteristics and experience through their own voices and apprehend the identity reconstruction process. This is an oral history study based on 30 life stories of first generation immigrants. Migration is the people's movement in physical or social space, which may last a long time or be forever. Migration was studied through the migratory course. The return phase was especially focused through the case of a previously interviewed immigrant, who was interviewed again after the experience of returning to her country. The interviews in two different periods allowed the comparison between them in order to apprehend the identity process.

KEYWORDS: Oral History; Migration; Return; Identity

* Versão resumida deste artigo foi apresentada na mesa redonda "História Oral: Visões e Perspectivas", promovida pelo Núcleo de Estudos em História Oral em 12 de junho de 2007, por ocasião do lançamento de "Oralidades: Revista de História Oral".

A História Oral vem sendo utilizada de maneiras as mais variadas e sob perspectivas diversas. Maneiras defensáveis, desde que correspondam ao objetivo proposto. Apresento aqui minha visão e maneira de trabalhar, perspectiva compartilhada com a equipe do Centro de Estudos Rurais e Urbanos ao qual estou ligada.

Vejo a História Oral como uma metodologia de pesquisa voltada para o estudo do tempo presente e passado recente, que tem por base o relato de pessoas que presenciaram os fatos e períodos em foco e que transmitem oralmente sua experiência e testemunho. Trata-se de uma metodologia e não apenas de uma técnica de pesquisa, menos ainda significando simplesmente a realização de entrevistas. Como metodologia de pesquisa, compreende um conjunto encadeado e preciso de procedimentos de trabalho e inclui uma técnica para a construção dos documentos; seu objetivo não se limita à ampliação de conhecimentos e informações sobre o passado, mas se propõe conhecê-lo através da versão de pessoas que o viveram ou que o possam testemunhar, focalizando um dado aspecto da realidade social. O conhecimento da realidade social é inesgotável e o aspecto que pretendemos conhecer e explicar vem se somar a vários outros. Devemos, sim, tornar claros na apresentação dos resultados os objetivos da pesquisa, a perspectiva adotada e a metodologia utilizada.

Outra é certamente a visão dos “ativistas”, militantes que têm por objetivo despertar a consciência dos entrevistados com relação a determinadas situações, com o fito de motivá-los para uma ação transformadora do *status quo* ou de uma realidade indesejada. Há também os chamados “arquivistas”, cujo intento se prende à preservação não apenas de relatos orais, mas também de outros documentos que possam testemunhar uma época. De certa forma, no trabalho de história oral como metodologia de pesquisa agregam-se os objetivos visados prioritariamente pelas outras perspectivas, dado que há uma reavaliação do passado que leva à conscientização e que o documento construído é preservado.

A História Oral é utilizada por várias ciências e poderia ser vista como um ponto de confluência entre elas (LOZANO, 1996). Não é “terra de ninguém”, como já foi aventado (MEIHY, 2007, p. 16), mas um trabalho marcado pelos pressupostos da disciplina de formação do pesquisador. No meu caso, assim como no de outros pesquisadores do CERU, é a perspectiva sociológica que direciona os estudos, observando-se que a Sociologia é uma ciência voltada para a realidade social, para o estudo da sociedade e das relações sociais entre indivíduos e grupos. Dentro dessa perspectiva, não se trata apenas de conhecer e de preservar o conhecimento do presente e passado, mas de prover meios para planejar o futuro, modificar a realidade social ou aperfeiçoá-la. Nesse sentido, é uma ciência voltada à ação.

Seguimos uma antiga tradição que data dos anos iniciais da década de 50, quando Roger Bastide¹ e seus antigos alunos e assistentes da Cadeira de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Renato Jardim Moreira publicaram na Revista Sociologia² suas experiências e reflexões sobre a técnica das histórias de vida. Lembramos que nessa data, 1953, o uso do gravador não havia ainda sido difundido.

Em várias de suas obras, Maria Isaura Pereira de Queiroz apresenta importantes reflexões sobre a história oral, que constituem nosso norte. A primeira questão diz respeito ao objetivo da pesquisa que, claramente formulado, orienta todos os seus passos. A preocupação última do sociólogo é conhecer a realidade social, “as relações coletivas entre indivíduos num grupo, numa camada social, num contexto profissional, noutras épocas e também agora” (Queiroz, 1991, 19). O indivíduo cresce num meio sócio cultural, está profundamente marcado por ele e a história de vida capta o que sucede na junção da vida individual com o social.

Na História Oral, a forma mais usual de coleta de dados é a entrevista, que supõe uma conversação continuada entre o pesquisador e o narrador, podendo ser orientada por um roteiro previamente estabelecido ou realizada aparentemente sem roteiro. Deve-se ter presente que o tema da entrevista e a própria escolha e inclusão do entrevistado decorrem do objetivo da pesquisa, marcando a supremacia do pesquisador que estabeleceu o projeto.

Maria Isaura Pereira de Queiroz trata do aproveitamento do documento construído a partir da entrevista gravada e transcrita e descarta sua limitação à simples apresentação das transcrições ou mesmo das edições em sua totalidade, procedimento que afasta a possibilidade de análise e interpretação.

Por análise, no sentido operacional do termo, entende-se o recorte de uma totalidade nas partes que a formam, que são apreendidas na seqüência apresentada em sua naturalidade para, num segundo momento, serem restabelecidas numa nova coordenação (QUEIROZ, 1991, 92).

Esta nova configuração atende aos objetivos da questão em estudo contribuindo para sua compreensão. Busca-se uma nova síntese que responda às questões colocadas no projeto inicial.

1. Roger Bastide (1898-1974), autor de extensa obra, foi um dos professores franceses contratados para integrar o corpo docente da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, fundada em 1934, nos primeiros anos. Lecionou Sociologia nessa Faculdade de 1938 a 1954, sendo um grande pesquisador da realidade brasileira. Ver Queiroz, 1994.

2. Sociologia, São Paulo, Vol. XV, n. 1, março de 1953.

Decorre deste enfoque a possibilidade de utilização de partes dos relatos, uma vez que o trabalho do cientista social está orientado pelo problema em estudo e se dirige ao coletivo; difere da perspectiva do psicólogo ou do biógrafo que tem como foco o indivíduo, buscando conhecê-lo através de seus comportamentos e fases de sua existência. Como mostra Queiroz, não se trata de considerar o indivíduo isoladamente, nem de compreendê-lo em sua unicidade,

o que se quer é captar, através de seus comportamentos, o que se passa no interior das coletividades de que participa. O indivíduo não é mais o 'único'; ele agora é uma pessoa indeterminada, que nem é necessário nomear, é somente uma unidade dentro da coletividade (QUEIROZ, 1991, p. 10).

Adotando essa orientação, acredito que o documento gerado não fala por si, mas precisa ser interpretado, considerando-se a finalidade e maneira como foi construído; é analisado quanto à forma e quanto ao conteúdo, tendo em vista os objetivos da pesquisa e tendo presente que a análise permeia todo o processo da pesquisa. No que diz respeito à *forma*, considera-se a construção da narrativa que pode seguir uma forma cronológica ou se fazer por associação temática, observando-se as peculiaridades da linguagem, a importância atribuída a diferentes fases ou temas e a emoção expressa na lembrança. Quanto ao *conteúdo*, a análise se faz através de categorias construídas com base no objetivo da pesquisa e no referencial teórico adotado. Outros aspectos também são considerados: o não dito, que pode configurar um esquecimento ou uma omissão, mas que muitas vezes pode ser apreendido nas entrelinhas; há também o não perguntado, além de informações sobre aspectos não sugeridos pelo pesquisador, mas muitas vezes de grande valor explicativo.

Também a questão da complementaridade de fontes deve ser anotada. A riqueza da complementaridade de fontes de natureza diversa que se agregam aos relatos e da dinâmica que se estabelece entre elas no decorrer da pesquisa é apontada por Demartini:

Em vários estudos, pudemos constatar como documentos escritos (livros, jornais, levantamento de dados em arquivos etc.) podiam nos levar aos informantes e ajudar na realização de entrevistas, mas os informantes com seus relatos nos levaram também a novos documentos, dos quais muitas vezes eram os únicos possuidores e à formulação de novas questões (DEMARTINI, 2005, p. 104).

Entre os documentos construídos através da história oral, podemos distinguir histórias de vida, relatos de vida e depoimentos:

Na *história de vida*, o indivíduo é levado a contar livremente sua vida, segundo o ordenamento que desejar, selecionando o que quer narrar com mínima interferência do entrevistador. O *relato de vida* é uma forma me-

nos ampla que a história de vida, sendo solicitado ao entrevistado que aborde de modo especial determinados aspectos ou períodos de sua vida, embora com total liberdade – é uma história de vida resumida. A história de vida e o relato de vida compreendido como uma história de vida resumida, têm sua referência na vida do narrador. Contudo, para o sociólogo, importa chegar ao grupo social ou aos grupos através dos indivíduos que neles se inserem. Diferem histórias de vida e relatos de vida de depoimentos orais. Através de *depoimentos* busca-se obter o testemunho do entrevistado sobre sua vivência em determinadas situações ou participação em instituições que se quer estudar, ou mesmo obter informações, não tendo a vida do narrador como foco principal (LANG, 1996).

O trabalho com história oral recorre à memória do pesquisado, dado que a entrevista o induz à rememoração do passado, reavivando sentimentos e emoções. O entrevistado revisita o passado com os valores e a perspectiva de hoje, observando-se que algumas lembranças se sobressaem e outras se apagam; por outro lado, a memória do passado também tem seu peso na compreensão do presente.

Face a estas considerações, apresento reflexões que têm por base resultados do estudo de um aspecto significativo das sociedades no momento atual: a questão das migrações, abordada em uma pesquisa que utilizou a metodologia da História Oral.

Migração é o movimento de pessoas no espaço físico e social, em caráter definitivo ou por tempo longo. Trata da migração internacional, observando que emigração e imigração são duas faces de um mesmo fenômeno, o processo migratório. Emigração refere-se à saída do emigrante do país de origem e imigração à sua permanência no país de destino. O emigrante torna-se imigrante ao transpor a fronteira do país de acolhimento (SAYAD, 1998)³.

A migração é um fenômeno complexo que significa tanto um fato coletivo quanto uma experiência pessoal. Enquanto *fato coletivo*, a migração pode ser estudada através de dados estatísticos, dos fatores de expulsão atuantes no país de origem e dos de atração no país de destino (*push and pull theory*), assim como das características e atuação dos grupos migrantes, da imprensa e de romances, entre outras possibilidades.

Como *experiência pessoal*, a migração pode ser vista como um processo que se desenvolve através do percurso migratório, percurso que se faz em etapas sucessivas:

- no país de origem, a decisão de partir, os preparativos que incluem

3. Monteiro (1994) fala em emigrado e não em imigrante.

a obtenção da documentação necessária, a escolha do local de destino, as despedidas;

- a viagem, que hoje se tornou mais rápida com o desenvolvimento dos meios de transporte. É um importante 'marco de passagem', embora não signifique um rompimento com o país de origem;

- no país de destino, a experiência dos primeiros tempos;

- chega o momento da decisão: regressar ou permanecer, sendo que no caso do regresso se segue a reinserção no país de origem e no da permanência, a inserção em caráter mais definitivo no país de acolhimento (ROCHA-TRINDADE, 1995).

Trato da imigração portuguesa, uma imigração peculiar, por ter sido o Brasil descoberto, colonizado e governado por Portugal até a independência em 1822. Mesmo depois dessa data, portugueses continuaram a chegar como imigrantes, especialmente para as fazendas de café no caso da Província de São Paulo. Com a República, houve o decreto da Grande Naturalização⁴, oferecendo a cidadania brasileira a todos os estrangeiros que se encontrassem no país nessa data, desde que não se manifestassem em contrário.

Imigrantes continuaram a chegar. O Brasil era visto como o destino natural dos emigrantes portugueses, sendo um país onde se falava a mesma língua, a religião predominante era a católica, havia costumes semelhantes e muitos eram os portugueses que já estavam no Brasil.

A imigração portuguesa no Brasil, no período republicano, fez-se em ciclos de maiores e menores entradas, obedecendo a condições internas de ambos os países, condições estas políticas e econômicas.

No período da Primeira República, a imigração foi intensa. Entre 1890 e 1930, entraram no país 1.028.969 portugueses, correspondendo a 29,92% do total de imigrantes. Nas décadas de 1930 e 1940, houve um retrocesso, dado que o governo de Getúlio Vargas estabeleceu o sistema de quotas para restringir a entrada de estrangeiros, privilegiando as migrações internas do norte-nordeste para o sul-sudeste. No período, entraram no país apenas 384.243 estrangeiros, dos quais 33,68 % eram portugueses; a restrição foi abrandada em 1939 com relação aos portugueses.

Na década de 1950, a imigração portuguesa recebeu novo incentivo. Os processos de industrialização e urbanização em curso ofereciam possibilidades de trabalho para uma mão de obra pouco qualificada. Portugal vivia um processo de pauperização, sentido especialmente na região norte e na ilha da Madeira. De 1950 a 1963, chegaram ao Brasil 772.161 imigrantes, entre os quais 299.801 portugueses (41,50 %), que se dirigiram em maior número

4. Primeira Constituição Republicana, promulgada em 24-02-1891, artigo 68, parágrafo 4.

para São Paulo e para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Em 1950, já residiam na cidade de São Paulo 135.438 portugueses, que se misturavam à população. A partir de 1964, os números da emigração portuguesa para o Brasil caíram vertiginosamente, pois os emigrantes optaram por outros destinos, como Estados Unidos e Canadá, ou França e Alemanha, no próprio continente europeu. De 1964 a 1972, foi registrada a entrada de apenas 23.020 portugueses (31,07% do total) (LEVY, 1974).

O projeto “Portugueses em São Paulo (1950-1963)”, um estudo de História Oral desenvolvido no CERU, teve por objetivo conhecer as características da imigração portuguesa do período, a experiência dos imigrantes e apreender o processo de reconstrução da identidade dos portugueses no Brasil, através de diferentes trajetórias. Tratava-se de sub-projeto integrado no projeto mais amplo “Portugueses em São Paulo, africanos em Portugal: representações e vivências familiares (século XX)”⁵.

Observo a importância de ter bem definido o objetivo do projeto, dado que irá orientar todas as fases da pesquisa. Buscava-se, então, conhecer a vivência e experiência dos imigrantes e apreender o processo identitário.

O imigrante carrega consigo a identidade forjada pelo processo de socialização no país de origem. Sob as novas condições em que passa a viver, em outra realidade, a identidade se reconstrói, observando-se que a identidade é um processo em constante reconstrução. O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (1994) mostra que as identidades não são rígidas e imutáveis, mas o resultado transitório do processo de identificação. Segundo o autor, as identidades descontextualizam-se e recontextualizam-se em um processo marcado pela confrontação e negociação com outras identidades.

Há uma identidade coletiva e uma identidade pessoal, que guarda traços da coletiva. O sentimento de identidade pessoal é definido por Michael Pollak como

a imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992, 204).

Assim, a identidade não depende apenas da forma como o sujeito pretende se afirmar, mas também da recepção e aceitação do outro a essa afirmação.

5. O projeto contou com financiamento do CNPq. Foi realizado em parceria com a Universidade Aberta de Portugal e dele resultaram duas publicações: Rocha-Trindade & Campos (2003, 2005).

O estudo relatado recorreu à metodologia da história oral tendo por base documentos construídos através de narrativas orais coletadas em entrevistas, embora fontes escritas e imagens tenham sido também utilizadas, dado se acreditar na importância proporcionada pela complementaridade.

Foram coletados 30 relatos de vida, de imigrantes de primeira geração, ou seja, daqueles que empreenderam o percurso migratório, embora outras entrevistas houvessem também sido obtidas para complementar as informações. Foi construído um quadro diferenciado de entrevistados que tinham em comum o período de entrada no país, entre 1950 e 1963. Para chegar aos entrevistados, recorremos a indicações e ao sistema “bola de neve” pelo qual um entrevistado apresenta outro; buscava-se a diversidade.

Os entrevistados eram homens e mulheres provenientes de aldeias do norte de Portugal e da Ilha da Madeira. As entrevistas gravadas foram transcritas e analisadas.

A análise, realizada durante a fase de coleta de entrevistas, permite o aprimoramento do processo, para que sejam incluídos novos entrevistados que possam esclarecer determinados pontos que se revelassem ainda obscuros. A análise, para o sociólogo, é uma parte importante da pesquisa. No estudo aqui relatado, a análise dos relatos foi orientada pelas fases do percurso migratório e pelo processo identitário, seguindo-se a comparação dos dados obtidos.

Cada relato constitui um estudo de caso e convida à comparação entre as várias narrativas, observando-se que a Sociologia é uma ciência que trabalha com comparações para apreender o essencial do fenômeno estudado, destacando-o dos particularismos individuais.

Para chegar ao total de entrevistas necessárias, adotamos a orientação de Daniel Bertaux (1980) que sugere que se busque o “ponto de saturação” a que se chega quando as informações essenciais contidas nos relatos começam a se repetir. O procedimento requer que a análise acompanhe todo o processo de pesquisa.

Pontos comuns nas diferentes trajetórias analisadas puderam ser observados, revelando características da imigração portuguesa em São Paulo no período:

- Os imigrantes entrevistados são pessoas hoje em situação econômica diversa, mas cuja origem pobre configurou uma emigração econômica. Houve também entrevistados que deixaram Portugal aos 17 anos temendo a incorporação à tropa e o envio às guerras da África, além daqueles que vieram chamados por familiares que haviam emigrado antes, ou ainda por outros motivos pessoais. Em grande parte, as motivações somavam-se. Outros foram aqueles que buscaram o Brasil por motivos políticos, por se oporem à ditadura de Salazar, que no entanto não se enquadram entre as

trajetórias aqui focalizadas.

- Deixaram sua terra pelo sonho de um futuro melhor. Escolheram o Brasil que, segundo o mito, era a terra onde havia a árvore das patacas (moedas de ouro), significando o país onde poderiam enriquecer; tinham em geral parentes ou conterrâneos que haviam emigrado antes e que representariam um apoio nos primeiros tempos. Tiveram a coragem de partir.

- A forma mais comum desta imigração consistia na partida dos homens sozinhos, para, depois de alguns anos e já em melhores condições, chamar a família que em Portugal vivia tempos ainda mais difíceis. Haveria mesmo um incentivo para esse tipo de emigração por parte do governo português, uma vez que os imigrantes enviavam recursos para as famílias e o montante desses recursos constituía um importante aporte de divisas para o país.

- Os primeiros tempos na terra de adoção não foram nada fáceis, mesmo contando com a solidariedade de outros imigrantes. Preservam costumes da aldeia de origem, especialmente no tocante à comemoração de festas familiares e no preparo da comida; preservam a devoção a Nossa Senhora de Fátima e guardam carinhosamente lembranças como o Galo de Barcelos, o relógio cuco encontrados em todas as casas dos entrevistados, entre outras recordações da aldeia e dos parentes que ficaram.

- Apesar das dificuldades enfrentadas e de sua pouca instrução, atribuem grande importância à instrução dos filhos, facilitada pela mesma língua e possibilidade de frequentar escolas públicas.

- Observamos nos relatos a omissão ou minimização de desentendimentos com parentes e conterrâneos, que aparecem muitas vezes nas entrelinhas das narrativas – são os 'não ditos'.

- Mantêm fortes laços com a terra de origem, através de cartas, envio de presentes aos parentes e, quando possível, visita à aldeia. São laços que não se rompem (LANG, 2003).

Entre os mais bem sucedidos, há aqueles que custeiam melhorias na aldeia (rede de água, esgoto, pavimentação de ruas, reforma de igreja etc)⁶; há os que constróem enormes casas ou mantêm negócios com Portugal; há o caso do imigrante Manuel Giesteira, advogado, que construiu o Monumento ao Emigrante no morro de São Félix em Aguçadora, monumento por ele mantido. Recentemente, em 22 de outubro de 2004, foi inaugurado

6. Como exemplo, há o caso do Comendador Valentim Dinis, natural de Pomares, aldeia da Beira Alta, fundador da Rede de Supermercados Pão de Açúcar (DINIS, 1998).

7. Estudo sobre 'brasileiros' em Fafe, aldeia do Minho, foi realizado por Miguel Monteiro (1998).

8. "Vila Real – inaugura Fundação e Conservatório Comendador Manuel Correia Botelho", Portugal em Foco – São Paulo, 4 a 10 de novembro de 2004, p.1

o Conservatório Regional de Música em Vila Real, Póvoa do Varzim – Trás-os-Montes, dotado de equipamentos e tecnologia de ponta. Para gerir o Conservatório, foi criada a Fundação Comendador Manuel Correia Botelho, em homenagem ao imigrante que mora em São Paulo, considerado benfeitor de Vila Real⁹. O Comendador Botelho é da aldeia de Bujões, onde tem uma grande casa.

Os imigrantes vivem o desejo de mostrar os sucessos alcançados no local de origem, que significa o ponto inicial do percurso migratório.

A *identidade coletiva* dos portugueses que estão no Brasil aparece hoje muito ligada à questão dos descobrimentos, da navegação que tornou Portugal potência nos séculos XVI e XVII. Recorrem com frequência à imagem das caravelas, símbolo dos descobrimentos. Muito presente nas narrativas está a imagem do espírito aventureiro, mostrando os portugueses como homens de coragem. Também a idéia da saudade marca a identidade dos portugueses (LOURENÇO, 1999).

Ao lado dos atributos positivos que a comunidade se atribui, há os preconceitos que tem que enfrentar, expressos em estereótipos, piadas, apelidos, fato visto por eles como uma grande injustiça.

A *identidade pessoal* reconstruída no país de adoção reveste-se de enorme ambigüidade, em um sentimento de dupla pertença, que se manifesta no Brasil e em Portugal quando estes imigrantes retornam mesmo que temporariamente. No Brasil são portugueses. Em Portugal, são chamados “brasileiros” (LANG, 2005).

Dentre as várias fases do percurso migratório, trato aqui de modo especial do regresso⁹ ao país de origem. A idéia de emigração tem subjacente a idéia de regresso. Os emigrantes deixam seu país pensando em enriquecer e um dia voltar à sua terra, mas se mantêm fortemente ligados ao país de origem.

Haveria, no imaginário dos imigrantes de primeira geração, ou seja, aqueles que realizaram o percurso migratório, uma quase obsessão com o regresso a Portugal.

O regresso pode ser *definitivo*, *cíclico*, *ocasional* ou *temporário*. *Definitivo*, dos bem sucedidos e também daqueles que fracassaram no seu propósito; *cíclico*, em geral dos que mantêm negócios em Portugal ou que construíram casa na aldeia de origem e voltam com frequência; *ocasional*, para visitas e férias; *temporário*, no caso da volta ao país de origem por um período mais longo, inserindo-se o imigrante na vida da comunidade.

9. Falo de *regresso* e não de *retorno*, atendendo à recomendação do Conselho das Comunidades Portuguesas de abril de 1981 que distingue os dois movimentos – regresso é uma opção voluntária, dando-se o retorno quando a saída do país de acolhimento é compulsiva. (ROCHA-TRINDADE, 1983)

Casos de *regresso definitivo* de 'brasileiros', assim denominados em Portugal imigrantes portugueses que haviam escolhido o Brasil como país de destino, foram objeto de alguns estudos. Referem-se, em geral, a casos daqueles que foram bem sucedidos, contribuem para a melhoria da aldeia de origem e tornam-se objeto de admiração (MONTEIRO, M., 1998). Não foi este o caso mais comum. No romance "Emigrantes", Ferreira de Castro (CASTRO, 2001) traça a trajetória do emigrante Manuel da Bouça, originário de Frágua, que partiu para o Brasil com sonhos e ilusão de enriquecer, deixando mulher e filha na aldeia. Fala das desilusões, das dificuldades, da vergonha dos emigrantes em contar a real situação em que se encontravam. Depois de alguns anos, Manuel da Bouça conseguiu recursos para voltar a Portugal; recursos não amealhados pelo trabalho, mas devidos à venda de dois anéis e uma corrente de ouro com relógio que Manuel da Bouça roubou de uma pessoa morta durante a revolta de 1924, em São Paulo. No navio que o trouxe de volta a Portugal, eram centenas os desiludidos que regressavam na terceira classe e menos de uma dezena os bem sucedidos que viajavam na primeira classe.

Carolina¹⁰, uma entrevistada de nossa pesquisa, contou de sua desilusão no Brasil e observou que não regressou pela vergonha de enfrentar os parentes e conterrâneos que veriam o fracasso de seu projeto.

Note-se que na literatura há também descrições mordazes dos "brasileiros" que regressaram, como em Camilo Castello Branco¹¹ e em Eça de Queiroz que diz:

Há longos anos o Brasileiro (não o brasileiro brasílico, nascido no Brasil – mas o português que emigrou para o Brasil e voltou rico do Brasil) é entre nós o tipo de caricatura mais francamente popular (...). De facto, o pobre brasileiro, o rico Torna-viagem, é hoje para nós o grande fornecedor do nosso riso¹².

Devem-se as críticas à pouca instrução desses emigrantes que regressaram.

Muitos desistem do intento de voltar e decidem permanecer no país de destino, por motivos variados, sendo mais comum a avaliação de já ter a vida construída e a família adaptada. Contudo, a ligação com o local de origem permanece, mantida através de formas variadas, como visitas frequentes, contato com parentes e conterrâneos. Há o *regresso ocasional* que

10. Carolina nasceu em Funchal, Ilha da Madeira, em 1942. De família pobre, foi criada pela madrinha e imigrou em 1962, com 20 anos. Tinha irmãos em São Paulo. Trabalhou como costureira, pajem de crianças e acompanhante de doentes. É desquitada, tem uma pequena casa e vive com uma aposentadoria muito reduzida que a obriga a fazer alguns bicos.

11. Obras de Camilo Castello Branco: *O Que Fazem as Mulheres, Anos de Prosa, Os Brilhantes do Brasileiro, Eusébio Macário, A Corja, A Brasileira de Prazins*.

12. Eça de Queiroz – *Uma campanha alegre*, vol. 2, Porto, Lelo, 1978, pp.87-89 apud Monteiro, M., 1998

depende da possibilidade financeira, observando-se que, em geral, é após vários anos de Brasil que os imigrantes conseguem amealhar dinheiro suficiente para empreender uma viagem à terra de origem.

Há o regresso a que chamo *temporário*, aqui tratado através dos relatos da imigrante portuguesa Anália. Apresento a trajetória de Anália¹³ buscando conhecer as razões do seu regresso e compreender possíveis modificações quanto ao sentimento de identidade.

Anália é um caso entre tantos outros dos 295.801 portugueses que chegaram ao Brasil entre os anos de 1950 e 1963. Trata-se de um estudo de caso. O indivíduo faz parte de um grupo social ou de vários grupos e, na medida em que compreendemos as representações do indivíduo, desde que sociologicamente qualificado, podemos compreender as representações da coletividade em que se insere ou levantar pistas mais seguras para a compreensão.

Anália chegou a São Paulo com 10 anos, em 1956. Veio com a mãe e três irmãos ao encontro do pai que havia emigrando alguns anos antes. Foi uma imigração tipicamente econômica. A família, bastante pobre, provinha de Beiriz, aldeia próxima à Póvoa do Varzim e veio tentar a vida no Brasil. É uma das trajetórias estudadas dentro do projeto de pesquisa 'Imigrantes Portugueses em São Paulo (1950-1963)'. Anália foi entrevistada em 17-09-1998. É certamente uma narradora, boa observadora, fala com facilidade. Concedeu uma linda entrevista. Contou sua infância, as lembranças da aldeia, a viagem na terceira classe do navio, as primeiras impressões, a vida em São Paulo, os costumes. Casou-se com um português, trabalharam duro e conseguiram juntar algum dinheiro, comprar uma casa, dar estudo aos dois filhos.

Anália mostrou um sentimento de *identidade* revestido de ambiguidades. Falou da existência de *preconceitos* de brasileiros contra portugueses.

Porque, você sabe Beatriz, a gente às vezes tem um pouco de mágoa do povo brasileiro porque eles acham que *a gente* consegue as coisas roubando, não é Beatriz. Você entende? A gente é marginalizado.

(...) As outras pessoas podem até sentir vergonha de falar pra você que são discriminados. Mas *nós* somos discriminados no Brasil! E eu, pelo amor que eu vi, principalmente do meu convívio, de pessoas que são da minha família, o tanto que amam o Brasil, realmente eu me sinto injustiçada de viver num país que nos põe assim tão à margem!

(...) Eu já falei, quando eu tiver oportunidade de falar aqui, eu vou falar. Beatriz, o povo português ama, ama o Brasil. De amor de mãe pra

13. Entrevista concedida por Anália Andreza a Alice Beatriz da S. G. Lang em 17-08-1998.

filho.

Anália sentia-se portuguesa, embora gostasse muito do Brasil: “uma terra que me deu aquilo que a minha não deu”.

A entrevista gravada foi transcrita, analisada e editada. Anália recebeu com enorme satisfação a cópia da edição da entrevista, quando lhe foi solicitada a carta de cessão. Nesse ínterim, Anália havia ficado viúva¹⁴.

Recentemente fui procurada por Anália. Contou que havia regressado a Portugal, estava morando em Beiriz e ofereceu-se para dar nova entrevista, contando sua experiência de regresso¹⁵. A iniciativa de Anália de procurar a pesquisadora mostra outra peculiaridade do trabalho com História Oral, ou seja, a necessária empatia que deve revestir a relação entrevistador-entrevistado, sem a qual a entrevista perde muito de sua riqueza.

Com a morte do marido em 2000, Anália entrou em um processo de depressão e foi aconselhada pelos filhos a voltar a estudar. Fez o supletivo e ingressou em uma faculdade na opção de Assistente Social. Trancou a matrícula e decidiu regressar a Portugal em 2006.

Aí eu resolvi passar 10 meses em Portugal, para voltar, conhecer o meu povo, não é Beatriz, participar um pouco das coisas. Aquela história de quando eu tinha 10 anos, de quando eu vim para o Brasil, aquilo mexia muito comigo, sabe Beatriz.

(...) É que nem eu já falei para você. Eu fui lá para resgatar um pouco daquilo que eu deixei para trás, porque eu também me sentia *in-completa*. Como ser humano, de não ter vivido, só ter escutado falar. Então eu quis ir lá viver um pouco daquilo, mas a minha terra, é o Brasil.

A questão que se coloca para uma reflexão diz respeito a essa fala de Anália relativa ao fato do imigrante, mesmo adaptado no país de destino, sentir-se ‘incompleto’.

Na aldeia, Anália ficou na casa da cunhada, passeou bastante e decidiu que iria conseguir um emprego e permanecer mais tempo. Mora agora em Beiriz, aldeia onde nasceu e trabalha na Póvoa do Varzim, em uma firma de limpeza, Luva de Fada; dirige um furgão e controla o serviço, material e empregados.

Anália contou dos costumes e das mudanças que observou. Entrou em vários grupos, participa de inúmeras atividades: pertence ao Grupo Folclórico de Santa Eulália de Beiriz, que dança músicas folclóricas como o

14. A entrevista de Anália foi analisada em uma mesa redonda no VI Encontro Nacional da ABHO, por quatro pesquisadoras ligadas ao tema migração, provenientes de Estados diversos e ligadas a instituições também diversas. Fui a coordenadora dessa mesa e também de uma publicação ‘Uma entrevista em análise: olhares diversos’, na Revista Pesquisa Qualitativa, SE&PQ Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativa, ano 2, n.1, 2006.

15. Entrevista concedida a Alice Beatriz da S. G. Lang em 01-02-2007.

malhão e o *vira* e é integrado por cerca de 70 pessoas; faz parte do grupo das viúvas orientado pelo padre, do trabalho na igreja e do grupo de oração dos carismáticos; participa da festa do Dia de São Pedro; freqüenta a Malafaia que acontece em um salão de baile decorado com grandes marionetes, lugar onde há música, comida e diversão; toma parte em atividades esportivas como a corrida de bicicletas na Póvoa nas comemorações do dia 25 de Abril e no grupo de ginástica aeróbica; freqüenta a aula de camisolas poveiras tricotadas à mão; trabalhou na campanha política para a eleição do prefeito e participou da vindima na terra de um parente.

Anália observa modificações que ocorreram, mas também as permanências e aponta as diferenças com relação ao Brasil, como em vários costumes. Quanto à alimentação, em São Paulo mantinha hábitos portugueses e, para Portugal, Anália levou hábitos adquiridos em São Paulo.

A análise dessa entrevista de Anália possibilitou várias reflexões: além de delinear a vida em uma pequena aldeia e em uma cidade do norte do Portugal de hoje, mostrou que a ambigüidade permanece revestindo o sentimento de identidade pessoal da imigrante. Mostrou ainda as virtualidades da História Oral como metodologia de pesquisa.

Se no Brasil Anália notava o preconceito dos brasileiros quanto aos portugueses, em Portugal agora aponta os preconceitos dos portugueses contra os brasileiros, observando que as brasileiras são vistas como prostitutas e que mesmo os homens são vítimas de preconceitos, pelo tipo de trabalho de baixa qualificação que exercem. Anália sentiu o preconceito em situações como na procura de emprego e no atendimento no posto de saúde e no hospital, quando teve até de mostrar o passaporte para provar que é portuguesa e não brasileira, pois fala com sotaque do Brasil.

Há ainda a questão dos portugueses que regressam, os “brasileiros”, desde que não sejam aqueles que têm uma boa situação econômica, serem vistos hoje como uma ameaça por disputarem postos no mercado de trabalho. Mesmo entre os parentes, encontrou um certo distanciamento depois de algum tempo, como se tivessem receio de ter trabalho com o regressado.

A ambigüidade continua a revestir o sentimento de identidade da imigrante.

Eu sou portuguesa, eu não sou brasileira. Mas eu me sinto brasileira, me sinto assim integrada na vida do Brasil, gosto do Brasil, não troco esse país.

A questão da ambigüidade que marca a identidade da imigrante transparece nos pronomes utilizados em sua fala: na primeira entrevista, o *‘nós’* e o *‘a gente’* referiam-se aos portugueses; na segunda entrevista, depois da experiência do regresso, emprega *‘eles’* para falar dos portugueses, haven-

do assim uma mudança de direção quanto ao sentimento de identidade. Coloca-se a questão: seria a ambigüidade uma marca do imigrante? Como poderia ser trabalhada com vistas à integração dos imigrantes no país de destino?

Sobre a história oral como metodologia de pesquisa, algumas observações podem ser feitas:

Mesmo pessoas 'comuns' têm o desejo de ter sua história preservada:

Ah, nossa, Beatriz. Você veio aqui, ai meu Deus! (...) Porque queira ou não queira, Beatriz, eu nunca vou morrer, porque em algum lugar, tem isso daqui, não é Beatriz, ou na USP, ou não sei onde aqui...

Anália se referia à edição da primeira entrevista entregue a ela na forma de um pequeno livro. E continua...

Mas a gente diz que o homem tem que ter um filho, plantar uma árvore e escrever um livro, a sua história, não é. Então, Beatriz, as duas principais coisas eu fiz: ter um filho, plantar árvore eu já plantei muitas, e agora um pouco da minha história também está por aí, não é Beatriz.

Na entrevista de história oral, o narrador é levado a recordar, repensar e reavaliar a trajetória de sua vida. Foi depois da entrevista que Anália decidiu-se pela experiência de viver em sua terra natal, terra que deixara ainda criança por uma opção de seus pais.

Uma questão se coloca, quando se observa que esse 'sentir-se incompleta' que motivou o desejo de regressar não se manifestara na primeira entrevista. Poderia ter resultado da rememoração do passado provocada na entrevista?

Ao incentivar a rememoração do passado levando o entrevistado a revê-lo e a reconstruí-lo, a história oral tem uma dimensão transformadora, referida não apenas ao indivíduo, mas também à coletividade. Coloca-se a questão da responsabilidade do pesquisador que, com vistas aos seus objetivos, provoca a rememoração e reavaliação do passado e, especialmente, a questão da ética que deve revestir todo e qualquer estudo acadêmico, mas que se mostra muito presente no trabalho de história oral. †

Referências Bibliográficas

BERTAUX, Daniel, "L'Approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités". *Cahiers Internationaux de Sociologie*, LXIX, 1980.

CASTRO, Ferreira de. *Emigrantes*. 25ª ed. Lisboa, Guimarães, 1996.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. "Relatos orais, documentos escritos e imagens: fontes complementares na pesquisa sobre imigração". In: ROCHA-TRINDADE, M. B. & CAMPOS, M. C. S. S. (orgs.) *História, memória e imagens nas migrações. Abordagens metodológicas*. Oeiras, Celta Editora, 2005.

DINIS, Valentim dos Santos. *Meu pão com açúcar*. São Paulo, 1998.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. " 'Brasileiros' lá, portugueses cá". *Revista Cadernos CERU*, série 2, n.16, 2005.

_____. "História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta". In Meihy, José Carlos Sebe Bom (org.) *(Re)introduzindo História Oral no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1996.

_____. "Portugueses em São Paulo: memória e identidade". In Rocha-Trindade, M. B. & Campos, M.C. S. S. (orgs.) *Olhares lusos e brasileiros*. São Paulo, Usina do Livro, 2003.

_____, Alice Beatriz da Silva Gordo e outros. "Uma entrevista em análise: olhares diversos". *Revista Pesquisa Qualitativa*, SE&PQ Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativa, ano 2, n.1, 2006.

LEVY, Maria Stella Ferreira. "O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)". *Revista de Saúde Pública*, vol. 8 (Supl). São Paulo, 1974.

LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade*. São Paulo, Ed. Schwarcz, 1999.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves de. "Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea". In Amado, J. e Ferreira, M. M. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora de Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. "História oral: 10 itens para uma arqueologia conceitual". *Oralidades: Revista de História Oral*, n.1, jan-jun 2007.

MONTEIRO, Miguel. "O papel dos 'Brasileiros' nas vilas do Minho". In Alves, Jorge Fernandes (coord.) *Os "Brasileiros" da emigração*. Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 1998.

MONTEIRO, Paulo Filipe. *Emigração: o eterno mito do retorno*. Oeiras, Celta Editora, 1994.

POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, 10, 1992 (Teoria e História).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Roger Bastide – ensaios e pesquisas*. São Paulo, CERU, Coleção Textos, 5, 2. Série, 1994.

_____. *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1991.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Sociologia das Migrações*. Lisboa, Universidade Aberta, 1995.

_____. "O regresso imaginado". *Nação e Defesa*, out-dez n. 28, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 1983 (Separata).

_____, Maria Beatriz & CAMPOS, Maria Christina S. S. (orgs.) *Olhares lusos e brasileiros*. São Paulo, Usina do Livro, 2003.

_____, Maria Beatriz & CAMPOS, Maria Christina S. S. (orgs.) *História, memória e imagens nas migrações*. Abordagens metodológicas. Oeiras, Celta Editora, 2005.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração*. São Paulo. Edusp, 1998. (Edição original. *L'immigration ou les paradoxes de l'altérité*, 1991).

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade*. Porto, Afrontamento, 1994.



Artigos

————— VISÕES E PERSPECTIVAS: ————— ————— DOCUMENTO EM HISTÓRIA ORAL* —————

SUZANA LOPES SALGADO RIBEIRO
DOUTORA EM HISTÓRIA SOCIAL - FFLCH-USP

RESUMO: Esse artigo propõe uma discussão sobre o conceito de documento e sobre o papel do pesquisador que escolheu a história oral como ramo de produção de conhecimento. O artigo também mostra algumas abordagens para os conceitos de experiência, memória e narrativa.

PALAVRAS-CHAVE: História Oral; Documento; Memória e Narrativa

ABSTRACT: The purpose of this article is to present a discussion about the concept of document and about the role of a researcher who has chosen the oral history as a field of knowledge production. The article also presents some approaches about the concepts of experience, memory and narrative, always trying to explain how this procedures are related to the oral history labor.

KEYWORDS: Oral History; Document; Memory and Narrative

* Versão preliminar deste artigo foi apresentada na mesa redonda "História Oral: Visões e Perspectivas", promovida pelo Núcleo de Estudos em História Oral em 12 de junho de 2007, por ocasião do lançamento de "Oralidades: Revista de História Oral".

Dado o amadurecimento das práticas de pesquisa em História Oral, as reflexões sobre visões e perspectivas de trabalho se desdobram e ditam um ritmo ainda maior de crescimento. Aqui se propõe uma discussão sobre o conceito de documento em duas direções. A primeira que indicará como podem ser trabalhados os documentos que são criados a partir de procedimentos teórico-metodológicos específicos (MEIHY, 2005 ; RIBEIRO, 2002, p. 26-40). A segunda direção é mais uma conseqüência da discussão iniciada, terá como ponto central a questão do *status*, ou melhor, do lugar ocupado pela História Oral como ramo de produção de conhecimento.

Para se falar de perspectivas e dimensionar diferenças é importante marcar que já foi preocupação central para a História Oral sair às ruas, construir documentos ou ainda estar em contato com pessoas que participaram de momentos históricos importantes e garantir que elas deixem suas percepções registradas. Vê-se o quanto a postura atual foi mudada em relação àquela prática inicial.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa em história oral a questão da autoria tem sido vista com suspeita. Enquanto a história convencional considerava o documento como um instrumento científico, qualquer evidência de um caráter autoral era tratada como corrupção dos dados que o documento deveria fornecer. Afinal ele teria que ser imparcial e objetivo para conter a verdade.

A partir do momento em que este paradigma foi substituído por uma história dialógica e interpretativa, nos anos de 1980, a questão da autoria foi considerada suspeita por outro motivo: era importante “dar voz aos sujeitos” que tinham sido colocados à margem da história. Importante notar que muitas vezes essa vertente da história oral derivou de uma perspectiva em que se propunha estudar uma história sob um novo ponto de vista, definido por Thompson como uma “história vista de baixo”. Entretanto, é preciso apontar as limitações de uma prática que pensava que “dar voz” era o bastante para a produção de conhecimento. Em geral, a crítica que se aponta aos trabalhos que assim se estruturaram é que num fazer militante pensou-se necessário o pesquisador ceder seu lugar, fato que comumente coloca em cheque a questão da autoria.

Para além de um e de outro modelo, defende-se a importância de uma autoria negociada e claramente assumida, por se acreditar em uma nova forma de produção de conhecimento. Nessa proposta não é necessário que o pesquisador abra mão de sua função para a produção de uma história politicamente crítica. Aliás, é desempenhando seu papel de pesquisador e mediador que poderá produzi-la, pois por meio de suas escolhas novos sujeitos históricos poderão surgir e por meio de suas análises suas ações poderão ganhar sentido.

Assim, defende-se a importância de uma autoria que admita negociações e que nos momentos de encontro, em especial o da entrevista, o pesquisador aja como mediador, sem perder a noção da necessidade de sua condução, mas, por outro lado, sem torná-la uma imposição. Essa autoria precisa aparecer nos trabalhos de pesquisa. O autor/mediador se faz presente em todos os momentos da pesquisa, iniciando na organização do projeto, passando pela realização e transcrição das entrevistas, finalizando com uma interpretação do material produzido. Justamente por essa mediação constante é que se acredita que a história oral seja uma nova forma de produção de conhecimento.

Com a “transformação” das narrativas sobre o viver em documentos históricos foi necessário conhecer mais sobre as experiências e as memórias que as alimentavam, além de incluir temas como a subjetividade nos trabalhos.

Dessa maneira, como o inglês Paul Thompson ponderou, há algum tempo:

Nossos primeiros e, um tanto ingênuos, debates metodológicos e nosso entusiasmo pelos depoimentos a cerca “do que realmente aconteceu” amadureceram, dando lugar a um entendimento comum das questões técnicas e humanas fundamentais de nossa profissão e o que é igualmente importante, a uma percepção muito mais apurada de como cada história de vida interliga inextricavelmente evidências tanto objetivas quanto subjetivas, que são diferentes, mas igualmente importantes. (THOMPSON, FRISCH & HAMILTON, 1996, p. 69, citando THOMPSON, 1989.)

A experiência passa a ser valorizada. Não por serem essas pessoas “testemunhas” de um passado, e por se acreditar ser possível “resgatá-lo” por meio das narrativas registradas, mas, sim porque essas pessoas podem, ao falar de suas experiências, contar uma versão do passado e repensar uma vida a partir das inquietações e tensões do presente. Assim, é preciso ter em mente que a história oral não produz documentos *sobre* o passado e sim *em diálogo com* ele, à luz das circunstâncias do tempo presente.

Com essa nova perspectiva de produção de conhecimento o papel do pesquisador é alterado. É revisto seu posicionamento frente à criação e análise de “seus” documentos. A própria criação dos documentos é em si um ato de interpretação, resultante de um encontro com o(s) entrevistado(s). As narrativas são resultados de uma conversação, uma criação conjunta, desde o momento de sua gravação. A narrativa é organizada por sua estrutura vocabular, a partir das palavras usadas; por sua situação social, a interação intersubjetiva estabelecida entre os presentes; e por sua *performance*, pois quem fala, fala para uma audiência e essa performance é

parte integrante da narrativa.

Desse encontro, o que é registrado é algo entre a história que o entrevistador quer construir e a história que o entrevistado quer contar. Tem-se acesso a uma seleção que de certa forma é uma auto-análise resultante de um campo de tensão (a situação da entrevista).

A intenção de um trabalho de história oral deve ser produzir um texto em sintonia com as mutações vividas pelas humanidades, principalmente após a publicação dos trabalhos do filósofo e historiador francês Michael Foucault, que com sua obra questionou o documento como mera transparência da realidade, reflexo do real, ou meio de acesso direto a acontecimentos e personagens do passado.

Nesse sentido, cabe lembrar as reflexões realizadas desde a década de 70 pelo estadunidense James Hoopes:

... in the case of the oral document, the critical questions are more personal and subjective because of your involvement in creating the document. The consequent difficulty in interpreting the oral document can be both frustrating and excellent training. The problem is that, though an interview may contain lies, it is unlikely to contain *the* truth. The best that you can hope for is that the interviewee has told *a* truth, the truth as it looks to him. Your crucial critical question, therefore, is not "how do I know that the interviewee has told the truth?" Rather, you should ask, "What do I know from the interviewee's words about his actual experience and about his perception of that experience? (HOOPES, 1979, p. 123.)

Os documentos que se apresentam em um trabalho de história oral devem ser "lidos" como discursos que compõem e organizam o mundo, transformam e fazem parte do real, feitos por alguém em um determinado tempo e espaço com intenções específicas que justificam escolhas.

Sabendo que as histórias de vida são uma dentre várias possíveis, o resultado do trabalho com elas será um texto intersubjetivo e ideologicamente posicionado, e a história oral deve ser vista como possibilidade de construção de conhecimento baseado em um jogo de linguagem localizado no tempo e no espaço (JENKINS, 2005).

Documento, memória e narrativa

No entanto, cabe aqui pontuar que se as narrativas sobre o viver foram "promovidas" a documentos históricos, foi necessário conhecer um pouco mais sobre as experiências e as memórias de onde as narrativas emergem, além de incluir temas como a subjetividade nos trabalhos.

As memórias narradas no momento de uma entrevista geralmente são provocadas, de modo que respondem a um estímulo de uma pesquisa "externa" e se constituem na relação entre dois sujeitos. Além disso, mes-

mo sendo narrativas construídas sobre o passado, não são capazes de dar conta do que aconteceu exatamente, nem deve ser este o propósito de seu registro.

Como vários pesquisadores já afirmaram, memórias são falhas porque têm como referência perspectivas sempre parciais de um acontecimento do passado. Mas é importante lembrar que afirmar que elas são parciais não é o mesmo que dizer que são arbitrárias. Como alertou Andréas Huyssen, as vontades do presente têm impacto no que lembramos (HUYSSSEN, 2004, p.69).

Afirmar sobre a memória suas relações com o presente ou sua parcialidade não significa dizer que as lembranças sejam incompletas ou equivocadas, no sentido de desqualificá-las como fontes para um trabalho acadêmico, mas sim que os documentos gerados com base nela são diferenciados e precisam ser interpretados nessa diferença.

Para a história oral, portanto, o referente não pode ser o “acontecido”, o “passado”, pois ele não pode ser capturado a não ser no momento imediato. Tem-se acesso, no momento da entrevista, ao trabalho do narrador de converter “memória em narrativa”. Posterior a isso o trabalho do pesquisador dessa área é passar do oral para o escrito, aprisionando, concretizando, formalizando por meio da elaboração de um texto, um momento que era volátil, passageiro e disforme. Assim, pode-se pensar que no momento de uma entrevista o indivíduo fala sobre o acontecido, criando um novo referente que como texto pode ser analisado.

No fazer do “historiador oral”, ou como Meihy prefere chamar, do oralista, prevê-se a elaboração de um documento escrito para ser objeto de interpretação. Dessa forma, a história de uma pessoa é tomada como texto para que possa ser compreendida.

Destaca-se que no processo de produção documental o sujeito está presente e é sua presença que motiva a produção do documento. Sendo assim, é muito difícil delimitar a fronteira entre descrição e interpretação. Ambas estão em todo momento presentes.

Dessa maneira, quando a memória é narrada e os sons gravados são convertidos em escrita, estabelece-se o documento para a história oral, um documento/narrativa produzido a partir de procedimentos específicos (MEIHY, 2005 & RIBEIRO, 2002, pp. 26-40).

Aproximações na produção de conhecimento

Nesse sentido é possível aproximar o fazer da história oral ao da antropologia, principalmente como faz Geertz com sua teoria interpretativa. Em sua obra (GEERTZ, 2001; 1989; 1997), defende que a antropologia é hermenêutica, pois a interpretação se dá em todos os momentos do estudo,

da leitura de um texto cheio de significados que é a sociedade à escritura do texto do antropólogo que, por fim, é interpretado por aqueles que não passaram pelas experiências do trabalho de campo nem da elaboração do texto escrito.

Esse é um percurso comum às duas práticas de pesquisa e é um dos motivos de se pensar em uma hermenêutica para a história oral.

Mais um ponto em comum entre as duas linhas é que ambas se deparam, em seu trabalho, com uma realidade complexa, multifacetada para a qual quanto mais se olha, menor é a possibilidade de se apreender sua totalidade., e que por isso “demandam por uma interpretação; devem ser interpretadas” (AZZAN, 1993, p. 95). Assim, para a história oral também é coerente a afirmação de Geertz:

As assimetrias morais através das quais trabalha a etnografia, bem como a complexidade discursiva em que ela funciona, tornam indefensável qualquer tentativa de retratá-la como mais do que a representação de um tipo de vida nas categorias de outro. (GEERTZ, 2002, p. 188.)

Essa prática sem dúvida põe fim a muitas pretensões das ciências sociais de “contornar o incontornável de que todas as descrições etnográficas são de fabricação caseira, são as descrições de quem descreve, e não daquele ou aquilo que é descrito” (GEERTZ, 2002, p. 188.).

Frente à essa complexidade não podemos mais pensar que esse pesquisador pode ser um reprodutor ou relator do dizer do outro. O pesquisador social deve ser autor e assumir sua autoria. Seu novo exercício é a construção da interpretação. Essa é a responsabilidade social de um pesquisador social. A idéia defendida nesse texto é de que o autor – oralista, etnógrafo ou outro pesquisador - deve ser um hermeneuta, e em seu texto fundar sua “discursividade” e construir sua obra.

A autoria de um texto tanto para a etnografia quanto para a história oral:

(...) em geral, não tem sido apresentada como um problema de ordem narrativa, uma questão da melhor maneira de se fazer com que uma história honesta seja contada honestamente, mas como um problema epistemológico, uma questão de como impedir que visões subjetivas distorçam fatos objetivos. (GEERTZ, 2002, p. 21)

Sobre isso Silva lembra que:

Mesmo que os antropólogos estejam conscientes de que os fatos não falam por si mesmos, conforme defendeu Malinowski, as etnografias pretendem que os documentos apresentados, as descrições, possam ser referidos como “fatos brutos”, não contaminados pelo uso interpretativo que se quer fazer deles. Como se sua própria descrição, ou os elementos com os quase a compomos, já não fosse em si mesma

uma forma de interpretação da realidade. (SILVA, 2006, p. 121/122)

É justamente frente a tal discussão que a criação do documento – produzido em colaboração e mais tarde transposto do oral para o escrito – ganha importância, pois subverte a possibilidade de “pureza”. A narrativa resultante deste processo importa não por ser mais completa ou mais fiel, mas, sim, por incorporar a idéia de parcialidade, não apenas a do entrevistado, mas também a do entrevistador. E como o fez o antropólogo Vagner Silva é cabível perguntar:

É possível, entretanto, separar a descrição dos fatos de sua interpretação tanto na construção de um texto etnográfico como em sua leitura? Toda descrição já não é em si mesma uma interpretação circunstanciada pelas condições de sua observação? (SILVA, 2006, p. 124)

Mais que a busca de uma resposta fácil, não se pode deixar de mostrar a dificuldade de se tentar separar construção de um texto (seja ele etnográfico ou um documento originalmente oral) de sua interpretação e observação.

O que deve importar, portanto, é entender como a pessoa se descreve ou quais suas verdades e pontos de vista sobre as coisas. No entanto, dizer isso não basta. Mary Marshall Clark - a partir de sua experiência com um projeto sobre o 11 de setembro em Nova Iorque, desenvolvido pela Universidade de Columbia - lembra que muitas vezes as pessoas reproduzem verdades ouvidas, como se fossem suas. No caso específico de eventos como o atentado terrorista que atingiu as torres do World Trade Center, algumas pessoas acabavam por não ter suas próprias opiniões sobre sua própria experiência. Segundo Clark isso se deu pois a mídia inundou a todos com informações, fazendo com que, muitas vezes, o que primeiro aparecesse nas entrevistas fosse essa percepção mais generalizada, e somente com algum tempo e conversa aquelas percepções padronizadas puderam ser ceder lugar para pensamentos e impressões mais particularizados¹.

Paralelamente, ao construir as histórias de vida faz-se com que cada narrador se transforme em personalidades centrais dos acontecimentos daquela comunidade e tenha a oportunidade de mostrar suas próprias percepções. Com essa perspectiva, não se pretende forjar “novos heróis”, mas apenas comprovar que qualquer colaborador é tão importante como agente histórico quanto os líderes ou os governantes reconhecidos pela “história oficial”, pois:

2. CLARK, Mary Marshall. Memory, Identity and Trauma: Reflections on Gender in the September 11, 2001 Oral History Narrative and Memory Project, palestra proferida no dia 5 de junho, durante o Summer Institute on Oral History - Women's Narratives, Women's Lives: Intersections of Gender and Memory, realizado na Universidade de Columbia, Nova Iorque de 5 a 16 junho de 2006.

Todas las narraciones personales tienen una función política, ya que originan una determinada manera de ver el mundo que privilegia unos determinados intereses (historias y significados) sobre otros, tengan o no contenido político explícito. Para desentrañar la ideología en la narración personal se requiere un análisis de la estructura y significados profundos, dentro un discurso de textos y participantes múltiples... Contar narraciones personales puede legitimar significados dominantes o resistir significados dominantes en una transformación de significados. (GRELE, 1991, p. 112.)

É importante dizer que se intenciona fugir do que a maior parte dos trabalhos baseados na história oral tem feito. O que foi definido nas palavras de Ronald Grele como um movimento pendular que tende a “oscilar entre os extremos de um populismo entusiasta, onde o historiador desaparece para dar voz ao ‘povo’ e uma concepção tradicional de historiografia ‘objetiva’ na qual o historiador/autor assume uma posição privilegiada como intérprete das interpretações de seus entrevistados”. (GRELE, 1991, p. 111/112.)

Documento e pós-modernidade

Hoje, refletir sobre documentos para a história oral implica em pensar a pós-modernidade e a liquidez do mundo contemporâneo que “documentos sólidos” talvez não consigam dar conta de explicar. Por isso, crescem as formas “alternativas” de documentação, como os documentários em vídeo e a própria história oral. Esses documentos em si têm uma carga de contemporaneidade, por serem produzidos por equipamentos modernos (câmeras e gravadores, por vezes, digitais) mas, mais que isso, por poderem serem também “descontínuos”, “auto-reflexivos” (GIDDENS, 1991 e 2002) ou mesmo “líquidos” (BAUMAN, 2001) como seu próprio tempo. Eles são subjetivos e não objetivos. São líquidos e não sólidos. Não contêm uma verdade e uma explicação sobre o mundo, se moldam às diferentes situações.

Pode-se relacionar essa fluidez com o processo de globalização, não só da economia e da política, mas também da história oral². Isso tem relação com a busca de novas formas de documentar e explicar o mundo (em todo o mundo). Daí advém a idéia das histórias de vida como um novo tipo de documento “moderno”, não só porque gravado, mas por ter nele outras características carregadas de modernidade (globalização, tecnologia, fragmentação, não verdade...).

Propõe-se, portanto, uma associação entre documento oficial/tradicio-

2. Essa reflexão sobre o crescimento da história oral se desenvolveu durante minha participação no “2007 Oral History Seminar”, organizado pelo Columbia Oral History Office. Nesse seminário havia uma mesa para a discussão do que chamaram de “Oral History Movement” fazendo referência a seu desenvolvimento em vários países, como um movimento global.

nal com um mundo sólido e de verdades objetivas e o documento/narrativa resultado do trabalho de história oral e da interação entre sujeitos, com um mundo mais fluido, mutável, múltiplo e líquido. Desdobrando essa questão é possível associar isto também com o tipo de identidade que se forja (elabora, esculpe). Ao assumir a “liquidez” do documento, pode-se enxergar numa mesma narração sobre experiência, muitas identidades, pois o “eu” não é uma entidade passiva, mas determina e é determinada pelas contingências (BHABHA, 2001). Nesse sentido, cabe uma crítica aos trabalhos em história oral que se preocuparam mais com a captação dessas subjetividades na situação da entrevista que com as análises delas. De forma geral, os pesquisadores tendem a aprisionar e fechar possibilidades no momento em que se debruçam para interpretá-las. Mesmo percebendo isso, não se pode afirmar que tal trabalho conseguiu superar essa crítica, mesmo sendo uma de suas preocupações.

Multidisciplinaridade?

Em meio a essa dinâmica é interessante ver que a história oral está crescendo sem lugar definido. Seus principais pensadores na academia são críticos literários, historiadores, antropólogos, sociólogos e isso pode fazer sentido junto com a discussão sobre o surgimento de uma área de estudos, (não um locus interdisciplinar, mas uma forma de produzir conhecimento diferente, a partir desses documentos diferentes). É em meio a esse debate que surge o posicionamento de pensadores, como Meihy, que defendem que a história oral seja uma disciplina, com preocupações, procedimentos e teoria próprias (MEIHY, 2003, pp. 33-45).

Assim, discutir sobre seu *status* é uma perspectiva – resultante dos desdobramentos de trabalhos, que coloca em diálogo várias visões - mas ao se falar de perspectivas é importante lembrar que a história oral ganha campo fora da academia e nesse espaço ela tem sido usada livremente de diversas formas: como ferramenta, como técnica, como metodologia, como saber ou como tecnologia social. Seja como for, não se pode negar que tem sido uma forma de conhecer melhor a realidade que nos cerca. †

Referências bibliográficas

- AZZAN Júnior, Celso. *Antropologia e interpretação: explicação e compreensão nas antropologias de Lévi-Strauss e Geertz*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- GEERTZ, C. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar; 2001.
- _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro (RJ): Livros Técnicos e Científicos; 1989.
- _____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro (RJ): Vozes; 1997.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- _____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- GRELE, R. J. “La Historia y sus Lenguajes en la Entrevista de Historia Oral: Quién Contesta a las Preguntas de Quién y Por Qué?”, *Historia y Fuente Oral*, nº 5, 1991, p. 112.
- HOOPEES, James. *Oral history: an introduction for students*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1979.
- HUYSSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2004.
- JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: ed. Contexto, 2005.
- MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- _____. “La radicalización de la historia oral”. In: *Palabras e silencios. Revista de la Asociación Internacional de Historia Oral*. Nueva Época, vol 2, n. 1, junio 2003, pp. 33-45.
- RIBEIRO, S. L. S. *Processos de mudanças no MST: história de uma família cooperada*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: DH-FFLCH-USP, 2002.
- _____, MEIHY, J. C. S. B. e SANTOS, A. P. *Vozes da marcha pela terra*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- _____, IOKOI, Z. M. G., ANDRADE, M. e REZENDE, S. *Vozes da terra: histórias de vida dos assentados rurais de São Paulo*. São Paulo: Fundação ITESP/ Imprensa Oficial, 2005.
- SILVA, V. G. *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras*. São Paulo, Edusp, 2006.
- THOMSON, A, FRISCH, M e HAMILTON, P. “Os Debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais”. IN: FERREIRA, M de M e AMADO, J. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 69.

—A RETOMADA DA BIOGRAFIA HISTÓRICA:— —PROBLEMAS E PERSPECTIVAS—

ALEXANDRE DE SÁ AVELAR

DOUTOR EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

RESUMO: Os estudos biográficos têm recuperado seu prestígio entre os historiadores nas últimas três décadas após um longo período de ostracismo, identificados a um modelo de História Política rejeitado pelos *Annales*. As recentes publicações sobre trajetórias individuais revelam um movimento fértil em perspectivas teóricas e conceituais, por um lado, e em problemas da mesma natureza, por outro. O presente artigo pretende abordar algumas destas questões e controvérsias a partir de um prisma historiográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Biografia; Historiografia; *Annales*

ABSTRACT: Biographic studies have recovered their prestige among historians during the last three decades, after a long period of ostracism, identified to a Political History model, which was rejected by the *Annales*. The recently published texts about individual trajectories reveal a fertile movement, on one hand, in theoretical and conceptual perspectives and, on the other, in problems of the same nature. The present article intends to approach some of these questions and controversies from a historiographical point of view.

KEYWORDS: Biography; Historiography; *Annales*

A biografia recuperou um lugar central no debate historiográfico atual, após permanecer um longo período sob o estigma de representar uma história factualista, descritiva e pouco problematizadora, ou seja, uma história baseada em narrativas cronológicas e sem preocupações totalizantes e explicativas. A renovação historiográfica feita pelos *Annales* atacou duramente a biografia. A partir de então, ela foi relegada ao ostracismo e sua prática condenada como ultrapassada e idealista. Os historiadores deveriam se ater às estruturas e aos grandes agentes coletivos e não a eventos e indivíduos singulares. Em certos modelos, como o estruturalismo, inviabilizou-se a percepção dos papéis que poderiam ser desempenhados pelos indivíduos. Fazer história era rejeitar o factual, o episódico e o individual.

O *return* da biografia coloca o analista frente a uma série de problemas e controvérsias epistemológicas e conceituais que demarcam uma reorientação no debate sobre o indivíduo na história. Ainda que muitas questões relacionadas ao tema sejam antigas, os trabalhos recentes efetivamente levantaram novos horizontes, resultantes das críticas ao gênero biográfico e das mudanças mais amplas ocorridas no conhecimento histórico no século XX. Não se busca neste artigo abarcar todas as polêmicas, problemas e perspectivas que envolvem a recuperação dos estudos biográficos, mas lançar luzes sobre algumas questões essenciais, recorrendo ao exame de algumas obras e autores importantes para este campo de estudos.

O retorno da biografia: problemas e perspectivas

Em estudo clássico sobre a volta da biografia aos estudos de história política, Phillipe Levillain traça um painel da retomada do interesse por trajetórias individuais entre os historiadores franceses. Esse *return* ocorreu após mais de três décadas de marginalização, em virtude do avanço da história estrutural dos *Annales*. Marginalizado, o gênero biográfico era visto como expoente de uma história positivista que mal se diferenciava da literatura. Imprecisa, subjetiva e conservadora, a biografia deveria ser afastada das preocupações intelectuais dos novos historiadores, que deveriam se voltar ao estudo dos processos coletivos humanos, à análise das estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais que definissem as tendências evolutivas dos grandes grupos e das classes sociais. Essa nova história centrava-se na longa duração e na totalidade dos processos analisados. Advém daí uma relação direta entre a história *évènementielle* e o gênero biográfico, cuja ênfase nos grandes vultos reforçava o mito da irrefutabilidade dos fatos históricos e de seus personagens. É sintomática a visão de Thomas Carlyle, em 1840, para quem “[...] A História Universal não é no fundo outra coisa que a história dos grandes homens. [...] A História do mundo não é

mais que a biografia dos grandes homens”. (CARLYLE, 1997, p.23-55)

Para Levillain, as críticas dos *Annales* remontam ao debate entre as tarefas do historiador e do biógrafo. Fixada pela historiografia grega, havia uma relação de alternância entre biografia e história, em que a primeira situava-se como uma análise dos fatos e gestos de um indivíduo, cujo sentido era dado pelo autor, enquanto o historiador, ao contrário do biógrafo, quer se pusesse a narrar acontecimentos militares de um passado próximo – como Heródoto –, quer buscasse analisar a época atual – como Tucídides –, poderia se orgulhar de dizer a verdade, baseando-se nos vestígios orais e escritos. Esses gêneros também diferiam em suas funções e modos de expressão: narrativo para a história, destinada a mostrar a mudança; descritivo para a biografia, dedicada a celebrar ou a estudar a natureza do homem. (LEVILLAIN, 1996, p.145)

Embora o modelo tradicional de biografia fosse rejeitado pelos *Annales*, houve uma revisão crítica do gênero, processo no qual Fernando Braudel é um autor essencial. Em *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Filipe II*, há a formação de um método decisivo para os estudos posteriores: a interação entre as forças históricas profundas e os personagens, iluminando toda uma época. Jacques Le Goff, que em 1974, ao lado de Pierre Nora, criticara o gênero biográfico, realizou um vigoroso estudo sobre São Luís, defendendo a idéia de que os *Annales* se interessavam, ao seu modo, pela biografia. Afinal, Lucien Febvre e Braudel, com Martin Luther e Filipe II, respectivamente, produziram relatos valiosos sobre homens importantes, a partir das metas de uma história-problema. (LEVILLAIN, 1996, p.158)

Em sua autobiografia intelectual, Georges Duby revela o contato com a biografia, por ocasião do seu livro sobre a vida de Guilherme Marechal:

(...) eu podia ser acusado de trair o “espírito dos Annales”. Eu era, com efeito, o primeiro dentre os epígonos de Marc Bloch e Lucien Febvre a aceitar escrever a biografia de um “grande homem”. Mas na realidade não me desviava nem um milímetro de meu percurso. A única modificação – das mais importantes, reconheço – dizia respeito à forma. Eu estava voltando sem rodeios à narrativa. Contava uma história, seguindo o fio de um destino pessoal. Mas continuava atendo-me à história-problema, à história questão. Minha pergunta continuava sendo a mesma: que é a sociedade feudal? (DUBY, 1993, p.137-8)

A preocupação da historiografia francesa com o biográfico cresceu por volta da década de 60, repercutindo entre os historiadores do mundo todo. Para Levillain, a resposta para esta questão envolve duas análises: inicialmente, a crise do marxismo, algo mais sério na França, dado o peso político e intelectual do PCF. A outra análise toca o descrédito num dos pilares fundamentais em que se assentou o movimento de renovação da

história a partir dos *Annales*, a saber, a história quantitativa e serial, que parecia ter sobrepujado a história factual. Admitia-se que o uso de variáveis estatísticas e de longas séries numéricas não poderia ocorrer sem uma ordenação dos fatos. Repensava-se a dimensão dos acontecimentos, situando-os em função da sua capacidade de encarnar a mudança. (LEVILLAIN, 1996, p.162-3) A história política era recuperada e a biografia ganhava um novo sentido:

Neste raciocínio, mesmo que os advogados metodológicos da biografia não cheguem a esse ponto, a biografia reassume uma função a meio caminho entre o particular e o coletivo, exercício apropriado para identificar uma figura num meio, examinar o sentido adquirido por uma educação distribuída a outros segundo os mesmos modelos, analisar as relações entre desígnio pessoal e forças convergentes ou concorrentes, fazer o balanço entre o herdado e o adquirido em todos os domínios. (LEVILLAIN, 1996, p.165)

A recuperação do interesse por trajetórias individuais é contemporânea da crise dos paradigmas marxista e estruturalista, narrativas hegemônicas até os anos 70. Esses grandes modelos interpretativos escondiam, não raro, graves limitações empíricas e frágeis bases conceituais. Aguirre Rojas aponta para o fato de que a biografia reacendeu a preocupação com trabalhos de pesquisa mais rigorosos, capazes de demonstrar as tensões existentes entre a ação humana e as estruturas sociais, colocando o personagem e seu meio numa relação dialética e assegurando à história o caráter de um processo com sujeito. A psicanálise estendeu o campo teórico ao ampliar as reflexões dos indivíduos sobre si mesmos e suas obras, abordando as características da personalidade e suas implicações nas condutas individuais e, conseqüentemente, no devir do processo histórico. (ROJAS, 2000, p.23).

Dois outros importantes historiadores discutiram a volta da biografia como objeto de análise histórica. Roger Chartier, analisando as incertezas que envolvem o ofício do historiador e os rumos abertos com a descrença no estruturalismo e no marxismo, ressalta a virada epistemológica em direção ao indivíduo:

O objeto da história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias e os indivíduos.

(...) O olhar se desviou das regras impostas para suas aplicações inventivas, das condutas forçadas para as ações permitidas pelos recursos próprios de cada um: seu poder social, seu poder econômico, seu acesso à informação. (CHARTIER, 1994, p.98)

Em um texto sobre os diversos modelos de escrita biográfica, Giovanni

Levi chama a atenção para a possibilidade de recuperação da liberdade individual no interior de experiências normativas mais amplas. Estaríamos em uma posição intermediária em relação tanto àquelas biografias que narravam a vida de um indivíduo abstraído de qualquer fato histórico quanto às tentativas de relatar eventos sem considerar qualquer destino individual. Deve-se, portanto, admitir que

nenhum sistema normativo é de fato suficientemente estruturado para eliminar toda possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou interpretação das regras, de negociação. Parece-me que a biografia constitui nesse sentido o lugar ideal para se verificar o caráter intersticial – e ainda assim importante – da liberdade de que as pessoas dispõem, assim como para se observar a maneira como funcionam concretamente os sistemas normativos que nunca estão isentos de contradições. (LEVI, 2001, p.179-80)

A ênfase nas estruturas e relações que condicionam os mecanismos econômicos e organizam as relações sociais sofreu uma dura retração. A expectativa de uma história total que compreendesse toda a sociedade e sua evolução desapareceu do horizonte de boa parte da historiografia. A biografia renovou-se, ganhou legitimidade, abriu-se para os fatos, para o acaso e para os encadeamentos cronológicos. Os historiadores trataram de recuperar uma dimensão temporal perdida nos esquemas estruturalistas, dando-lhe o sentido do tempo vivido pelos homens.

Em um artigo provocador, Carlo Ginzburg debate a confluência entre vidas individuais e contextos sociais e propõe o nome – a marca mais individual que existe – como fio condutor para a construção de uma nova história social, atenta à relação dos homens com os outros homens e com os sistemas que os cercam. O objetivo é recuperar as tramas sociais e as multiplicidades temporais a partir de um destino particular. Essa “reconstrução do vivido” é a ponte para a apreensão da complexidade das relações sociais imersas na construção de uma biografia. (GINZBURG, 1989a)

Ronaldo Vainfas aponta a micro-história como um dos caminhos mais férteis para a escrita de biografias de personagens comuns, pois se baseia na “pesquisa onomástica em arquivos notariais ou paroquiais, visando à reconstituição de famílias, de seus recursos materiais e da vida material dos lugares onde viveram esses personagens”. (VAINFAS, 2002, p.138) A microbiografia se caracteriza, porém, pela relativa pobreza e irregularidade das fontes, sendo, não raro, um obstáculo a ser enfrentado pelo historiador, pois,

tratando-se em geral de personagens comuns, da vida deles só se pode conhecer com alguma profundidade uma passagem crucial – um delito, por exemplo – consistindo o mais em informações aneddotais retiradas da documentação paroquial e/ou cartorial, por vezes

complementada por alguma memória ou relato sobre o caso em que o tal se viu envolvido. (VAINFAS, 2002, p.138)

Como estas biografias são marcadas pela redução na escala de análise e pelo uso intenso de uma massa documental rarefeita, pode-se concluir que os indivíduos célebres ou oficiais tendem a ser preteridos, pois exigiriam uma ampliação na escala de observação. (VAINFAS, 2002, p.142) De todo modo, o que se busca é a elucidação de enredos e tramas sociais obscurecidas nas análises totalizantes praticadas pelos historiadores ligados aos *Annales* e por aqueles que esposavam os métodos marxista e estruturalista.

A historiadora italiana Sabina Loriga tem se firmado como umas das mais importantes teóricas da biografia histórica. Em *A biografia como problema*, ela traça uma tipologia dos relatos biográficos, demonstrando como o gênero sempre se fez presente na História e na Literatura. Assim, o herói de Thomas Carlyle, o homem patológico de Jacob Burckhardt e o homem-partícula de Hippolyte Taine são projetos que comprovam a importância assumida pela biografia desde o século XIX. Assim, o que se assiste atualmente não seria uma descoberta dos relatos individuais como matéria da história, mas sua retomada sob o fogo cerrado da crítica à “história totalizante” e ao pressuposto de que o sentido das ações humanas seria um subproduto das forças produtivas e/ou dos meios culturais. A preocupação do historiador em reconstruir todo um tecido social e cultural dificultava a apreensão das multiplicidades individuais. O recrudescimento do interesse pelo indivíduo era, portanto, sinal de uma crise na disciplina histórica:

Decepcionados e insatisfeitos com o uso de categorias interpretativas pré-determinadas, os próprios historiadores sociais, tradicionalmente mais atentos à dimensão coletiva da experiência histórica, começaram a refletir sobre os destinos individuais. (LORIGA, 1998, p.226)

O revigoramento da biografia, como assinala Benito B. Schmidt, não deve significar a volta de um gênero velho, mas o resultado de um panorama profundo de mudanças ocorridas no interior da historiografia ocidental nas últimas décadas, criando novos problemas teóricos e metodológicos. (SCHMIDT, 2000a, p.51) Tal processo fora anunciado em um edital dos *Annales* de 1988:

Certas proposições desenvolvidas pela micro-história, depois de um longo período de atenção exclusiva aos processos globais e às estruturas de conjunto, levaram a uma ginástica salutar. Elas obrigaram em particular a precisar e a discutir as formas de adequação entre o tamanho dos objetos de estudo, as modalidades da observação e as problemáticas. Do indivíduo ao grupo e à sociedade, do local ao global, como assegurar a articulação entre os níveis de observação e

definir as modalidades das generalizações necessárias? (apud SCHMIDT, 2000a, p.51)

Ao conceber a biografia como a reconstrução da vida de uma pessoa, levando em conta os graus de liberdade que esta dispõe e sua inserção em contextos múltiplos, deve-se indagar, portanto, a respeito de como escrever um relato que não seja uma repetição da velha biografia e que evidencie a perspectiva multidisciplinar, indispensável para pensarmos as possibilidades do gênero.

Um dos mais importantes debates entre os historiadores dedicados à biografia é a respeito de quais indivíduos poderiam ser biografados, ou seja, a escolha dos personagens enfocados. Atualmente, há a tendência a um maior interesse por membros das classes subalternas, os menos favorecidos pela História, a *gente miúda*. Alguns estudos demonstraram a importância de alçar os grupos mais baixos da hierarquia social à condição de atores históricos de relevo.

Com sua *Formação da classe operária inglesa*, E.P. Thompson renovou a historiografia ocidental através da compreensão do papel dos *homoines comuns*, os sujeitos esquecidos pela grande biografia. Inaugurava-se a chamada “história vista de baixo” (expressão cunhada pelo próprio Thompson), caracterizando o que Sharp qualificava como a necessidade de compreensão do povo no passado “à luz de suas próprias experiências e de suas próprias reações a essas experiências” (SHARP, 1998, p.42). Deve-se citar ainda como exemplos o trabalho de Carlo Ginzburg sobre o moleiro Menocchio, condenado pela Inquisição no século XVI; o de Eduardo Silva sobre Dom Obá II D’África, que viveu no Rio durante os últimos momentos da escravidão e o de Regina Horta Duarte, sobre o anarquista mineiro Avelino Fóscolo. (GINZBURG, 1997; SILVA, 1997; DUARTE, 1991)

Ginzburg também aponta para a possibilidade do homem comum exercer uma representatividade que ilumine o contexto no qual se insere:

Alguns estudos biográficos demonstraram que um indivíduo medíocre, destituído de interesse por si mesmo – e justamente por isso representativo – pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico. (GINZBURG, 1997, p.27)

De forma semelhante, Eduardo Silva ressalta “o propósito de estudar um homem comum como individualidade pensante e, ao mesmo tempo, como via de penetração em uma elusiva cultura popular ou mentalidade coletiva (...)”. (SILVA, 1997, p.15) Tal afirmação não invalida a idéia de que os indivíduos da elite não possam ser biografados ou que esses trabalhos teriam as características desprezadas pelos *Annales*. Historiadores franceses de prestígio escreveram biografias de grandes personagens como

Guilherme Marechal, de Georges Duby ou o *São Luís*, de Jacques Le Goff. Entretanto, são diferentes as perspectivas para aqueles que trabalham com os chamados grandes homens e para os que trabalham com homens comuns. Grande parte dos primeiros ocupou cargos importantes dentro do Estado, o que, por si só, já indica uma presença documental maciça, o que não ocorre quando o biografado é um homem comum e, nesse caso, o historiador precisará recorrer a outros tipos de fontes para elaborar seu trabalho.

Além da maior ênfase nos homens comuns, as chamadas novas biografias diferem das tradicionais também pelos objetivos propostos. Trata-se aqui de tomar os personagens como vias de acesso para a apreensão de questões e/ou contextos mais amplos. Em seu estudo sobre a militante comunista Laura Brandão, Maria Elena Bernardes revelou que sua motivação "(...) não foi somente por aquilo que ela tinha de excepcional na sua experiência de comunista. Busquei também a possibilidade de, através de sua trajetória pessoal, entender um pouco a história do tempo em que viveu (...)" (apud SCHMIDT, 2000a, p.56). Abandonava-se, portanto, a centralidade no personagem em favor de uma articulação mais íntima entre a vida do biografado e seu meio ou contexto social.

Tomar uma trajetória intelectual individual como marco representativo de tendências estruturantes de uma época introduz a questão da representatividade do indivíduo na explicação de determinadas relações e processos históricos. Utilizo aqui uma citação de Sérgio Murillo Pinto, em estudo sobre o general Góis Monteiro, para explicitar a possibilidade de entender uma época através das lentes de um indivíduo.

(...) Obviamente, não se trata de uma tentativa de reviver a trajetória e as idéias de um *grande homem*, tal como se enaltecem os *vultos militares* em certa história dita tradicional, muito valorizada à época do fastígio do poder do general Góis Monteiro. A intenção é estudar o caso de um ator individual que, em contexto histórico-social específico, conseguiu sintetizar preocupações e interesses de um grupo e projetá-los no cenário político no momento em que as relações de força se mostraram favoráveis. (PINTO, 1999, p.291)

Ainda no terreno das relações entre indivíduo e contexto histórico. Rojas chama a atenção para a precariedade das biografias que tendem a diminuir a importância de um desses vetores. Assim, há estudos que defendem o primado do indivíduo sobre o contexto, sob a alegação de que um mesmo contexto é gerador de diversos indivíduos peculiares, e outros que privilegiam o ambiente histórico, pois é definidor das grandes tendências e desdobramentos nos quais os indivíduos deverão se encaixar. (ROJAS, 2000, p.28-29)

O mesmo autor sugere uma saída para a resolução desse problema. Ao invés de pensar nas relações entre indivíduo e contexto, deve-se tomar o indivíduo como parte de um dado contexto, um elemento integrante da realidade que o cerca. Este método evitaria o erro de tratar indivíduo e contexto como duas entidades constituídas e estabelecidas, cabendo ao biógrafo apenas descobrir suas ligações. Ao tomar o indivíduo como parte do contexto, possibilita-se uma nova perspectiva para o problema, a partir de uma relação dialética. O indivíduo tanto cria sua obra como é criado por ela. Braudel é o grande autor de *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Filipe II*, obra que marca inúmeros historiadores, fascinados por sua essência multidisciplinar e pelos resultados obtidos. Também não é menos verdadeiro que Fernand Braudel tornou-se um dos maiores historiadores do século XX a partir desse livro e, nesse sentido, foi também criado por ele. Dentro dessa perspectiva, o indivíduo não é só criador, mas também fruto do seu próprio contexto. (ROJAS, 2000, p.31)

Em trabalho em que defende a micro-história como uma tentativa de se construir uma nova história social, Jacques Revel aponta para a necessidade de reavaliação das noções clássicas de contexto. Os usos mais comuns são: 1) retórico: o contexto é apresentado no início do trabalho e produz um efeito de realidade em torno do objeto da pesquisa; 2) argumentativo: o contexto apresenta as condições gerais, nas quais uma realidade particular encontra seu lugar, mesmo que nem sempre se vá além de uma simples exposição dos níveis de observação; 3) interpretativo: mais raro, extraem-se às vezes do contexto as razões gerais que permitiriam explicar situações particulares. Para Revel, a abordagem contextual oferecida pela micro-história tem sua originalidade na recusa da evidência que subtece todos os usos acima descritos: a existência de um contexto unificado, homogêneo, dentro do qual e em função do qual os atores determinariam suas escolhas. Isso sugere duas recomendações: 1) a necessidade de se lembrar das multiplicidades das experiências e das representações sociais, em parte contraditórias e ambíguas, por meio das quais os homens constroem o mundo e suas ações; 2) a inversão do procedimento mais habitual do historiador, aquele que consiste em partir de um contexto global para situar e interpretar seu texto. O que se sugere é constituir a pluralidade dos contextos necessários à compreensão dos comportamentos observados. (REVEL, 1998, p.27)

O queijo e os vermes, de Carlo Ginzburg, é um exemplo ilustrativo da noção micro-histórica de contexto. A aparentemente estranha cosmogonia de Menocchio faz sentido quando situada nos contextos da invenção da imprensa e da Reforma Religiosa. Esses dois “ambientes” favoreceram a interpenetração da cultura letrada e da cultura camponesa, cujo exame

se constitui na proposta fundamental de Ginzburg. Dessa forma, o moleiro indiciado pela Inquisição se torna a porta de entrada para a apreensão de um ambiente cultural marcado pelas trocas entre os seus diversos níveis e estratos sociais.

Uma outra noção de contexto emerge dos trabalhos de Natalie Zemon Davis. Seu procedimento consiste no uso de informações sobre a época em que viveu o personagem para preencher lacunas documentais. Assim, pode-se passar para a construção de hipóteses por intermédio do nosso conhecimento do contexto. Tal recurso foi usado por Davis, especialmente em *O retorno de Martin Guerre*, ao formular possíveis explicações para a partida do camponês Sanxi Daguerre, pai do personagem central, da região basca francesa para uma aldeia do Condado de Foix, fato ocorrido no ano de 1527.

(...) Sanxi Daguerre decidiu partir. Talvez devido às eternas ameaças de guerra que pesavam sobre a região (...). Na origem da partida talvez estivesse um motivo pessoal, uma briga entre Sanxi e seu pai (...) ou outra pessoa qualquer; ou talvez a iniciativa viesse da mãe de Martin, pois as mulheres bascas passavam por intrépidas e davam suas vontades a conhecer. (DAVIS, 1987, p.24)

O método de Davis é útil para o estudo de personagens ditos “populares”, sobre os quais as informações documentais costumam ser mais raras. Sobre esse procedimento, Ginzburg atenta para o fato de não se tratar de uma contraposição entre “verdadeiro” e “inventado”, mas de uma “integração *sempre assinalada pontualmente de realidades e de possibilidades*”. Assim, a biografia dos personagens de Davis torna-se a biografia de outros “homens e mulheres do mesmo tempo e lugar”. “Verdadeiro” e “verossímil”, “prova” e “possibilidade” entrelaçam-se, *continuando embora rigorosamente distintos*. (GINZBURG, 1989b)

Sobre a idéia de contexto, merece menção um artigo de Benito B. Schmidt. Abordando o tratamento dado a este tema pelas diversas correntes das ciências sociais (a antropologia urbana, a micro-história, o funcionalismo) o autor apresenta sua própria visão, na qual fica clara a influência exercida pela perspectiva da micro-história italiana:

Talvez seja mais proveitoso, e esta é uma questão para o debate, “deixar-se guiar pelo indivíduo estudado”: suas experiências, relações sociais, interpretações de mundo, metáforas, posturas diante do amor, amizade, etc. Isso não significa fazer uma biografia “à antiga” limitada à narração das ações do personagem, mas sim tomá-lo como um fio condutor da “intriga”, puxando, a partir dele, outros fios: os espaços de sociabilidade por onde circulava e como estes podem ter lhe influenciado, as leituras realizadas e sua re-elaboração pessoal, os códigos de moral da época e suas interpretações/manipulações

próprias, etc. (SCHMIDT, 2000b, p.194)

O antropólogo Gilberto Velho apresenta outro caminho de análise para as relações entre indivíduo e contexto. Com as noções de *projeto* e *campo de possibilidades*, a problemática ganha uma nova dimensão. Velho define projeto como “a conduta organizada para atingir finalidades específicas”. Campo de possibilidades é o “espaço para a formulação e implementação de projetos”. Assim, esses dois conceitos propiciam a articulação teórico-metodológica capaz de oferecer respostas às intrincadas relações entre indivíduo e sistemas normativos:

Evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sócio-cultural rígido, as noções de projeto e campo de possibilidades podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las de suas peculiaridades e singularidades. (VELHO, 1994, p.60)

Outra questão teórica importante enfrentada atualmente pelos historiadores-biógrafos é a forma de construção da narrativa biográfica. Eric Hobsbawm já havia chamado a atenção para o fato de que o retorno da narrativa representa uma ampliação das margens da história e a possibilidade de abrir o campo de investigação a novos objetos e, principalmente, a diferentes técnicas e formas de abordagem. (HOBSBAWM, 1998, p.201-06)

A redescoberta do gênero biográfico levantou novas problemáticas acerca das relações entre História e Literatura. Se no século XIX e em boa parte do XX a biografia esteve intimamente associada – por seus críticos – ao literário e ao episódico, atualmente importantes historiadores retomaram o problema da *forma* do trabalho histórico, definido por Hayden White como “(...) uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa”. (WHITE, 1995, p.11-14). A narrativa biográfica tem obrigado o historiador a repensar as figuras de linguagem que utiliza e os recursos estilísticos que aciona. Esse problema não escapou a um historiador atento como Giovanni Levi:

A biografia constitui na verdade o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia. Muito já se debateu esse tema, que concerne sobretudo às técnicas argumentativas utilizadas pelos historiadores. Livre dos entraves documentais, a literatura comporta uma infinidade de modelos e esquemas biográficos que influenciaram amplamente os historiadores” (LEVI, 1996, p.168)

Um dos aspectos mais abordados acerca da questão narrativa na biografia diz respeito a considerar a vida de um indivíduo como um percurso claramente destinado a um determinado fim. De uma forma geral, a linearidade característica de uma vida orientada coerentemente, em que os grandes traços da vida adulta já poderiam ser vislumbrados durante a

infância, tem sido objeto de duras restrições. Critica-se a possibilidade da construção *a posteriori* de uma identidade estável para os personagens, cujas trajetórias e ações são apresentadas como elementos constitutivos de uma certa predestinação, visível desde os momentos iniciais. Problemas mais sentidos ainda no relato autobiográfico, conforme aponta Pierre Bourdieu:

(...) o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. E é provável que esse ganho de coerência e de necessidade esteja na origem do interesse, variável segundo a posição e a trajetória, que os investigados têm pelo empreendimento biográfico. Essa propensão de tornar-se o ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, entre as conexões para lhes dar coerência (...) conta com a cumplicidade natural do biógrafo, que, a começar por suas disposições de profissional da interpretação, só pode ser levado a aceitar essa criação artificial deste sentido. (BOURDIEU, 1996, p.204-05)

As novas produções biográficas têm procurado rejeitar a idéia de uma vida linear e coerente para os seus personagens, privilegiando facetas diversificadas de suas existências, numa constante transição do social ao individual, do inconsciente ao consciente, do público ao privado, do familiar ao político, do pessoal ao profissional, sem tentar reduzir todos os aspectos da biografia a um denominador comum. Assim, admitem-se, como pontos de partida, as múltiplas particularidades do homem e a impossibilidade de redução de uma vida a determinações manifestas desde a infância. Ao contrário – e como já havia demonstrado o romance – o homem é multifacetado, inconcluso e o historiador-biógrafo jamais poderá captar um retrato definitivo e fiel, devendo sempre considerar “as mudanças de rota, os percalços, os acasos, os possíveis de cada existência” (SCHMIDT, 2000c, p.201).

A biografia moderna como uma exposição não-determinista de um indivíduo dentro de um contexto nos previne contra o equívoco de se atribuir à história uma visão homogênea e progressiva, uma curva acumulativa de fatos, em que se eliminam as contradições e os elementos de ruptura. O prévio conhecimento do desfecho dos fatos não implica que este já estivesse determinado desde o início. O papel da descontinuidade na história foi abordado pelo clássico estudo de Geoffrey Barraclough:

(...) a continuidade não é, de modo algum, a característica mais salien-

te da História. (...) Em todos os grandes momentos decisivos do passado, deparamos subitamente com o fortuito e o imprevisto, o novo, o dinâmico e o revolucionário (...) O que devemos considerar como significativos são as diferenças e não as semelhanças, os elementos de descontinuidade e não os elementos de continuidade (...) Se não mantivermos nossos olhos alertados para o que é novo e diferente, todos perderemos, com a maior facilidade, o que é essencial a saber, o sentimento de viver em um novo período. (BARRACLOUGH, 1976, p.13-15; 35)

As perspectivas mais recentes do estudo biográfico se mostram amplas e a evolução do debate historiográfico nos permite eliminar algumas generalizações outrora aceitas. Por exemplo, atualmente é intelectualmente frágil a associação entre estudo de um indivíduo e a história factual ao estilo rankeano do século XIX. As biografias recentes têm se preocupado em transcender o mero estudo individual para problematizar sobre questões mais vastas. Em sua tese de doutoramento defendida em 2002, sobre a trajetória de dois socialistas gaúchos do início da República, Schmidt discute as preocupações que devem orientar o historiador-biógrafo e que, acredito, sintetizam o rumo atual das pesquisas:

Analisei as “expressões individuais” de Xavier da Costa e de Cavaco na tentativa de compreender melhor o “idioma geral” de sua época e de seu meio social, a “jaula flexível e invisível” onde eles viveram e atuaram. Tenho claros os riscos do empreendimento – especialmente o de se explicar o indivíduo pelo contexto ou, de forma inversa, o de se reduzir o social ao individual – e, por isso, busquei estabelecer, ao longo da narrativa, uma permanente tensão entre os constrangimentos sociais e as liberdades individuais. Não se pode esquecer que, a cada momento de suas vidas, esses homens tinham diante de si um futuro incerto e indeterminado, diante do qual faziam escolhas no âmbito de um “campo de possibilidades historicamente determinadas”. Se hoje esse futuro já é passado, e os resultados das escolhas feitas, conhecido, o biógrafo precisa recuperar o “drama da liberdade” dos personagens – as incertezas, oscilações e incoerências –, mostrando que suas trajetórias não estavam pré-determinadas desde o início. (SCHMIDT, 2002, p.27)

As questões, os problemas e as perspectivas levantadas são instigantes para que se possa repensar os rumos atuais da biografia histórica, não perdendo os horizontes das críticas feitas pelos *Annales* e derrubando os muros que insistem em vertebralizar os relatos de vida em compartimentos teóricos e metodológicos incomunicáveis. Os desafios lançados pela escrita biográfica vão além dos limites do estudo de uma trajetória individual e se inscrevem nas possibilidades de se compreender, escrever e construir a história.

Conclusão

Ao longo deste artigo, procurou-se demonstrar que o recente aumento do interesse pela biografia assinalou um movimento intelectual importante de renovação historiográfica. Não se deve, contudo, supor que a receptividade aos estudos sobre trajetórias se traduziu apenas por inovações teórico-metodológicas e conceituais. Permaneceu, de certa forma, uma desconfiança em relação às novas produções e aos possíveis vestígios de uma história positivista que se pretendeu enterrada. Esta preocupação foi exposta por Jacques Le Goff:

O que me desola na atual proliferação de biografias é que muitas são um puro e simples retorno à biografia tradicional, superficial, anedótica, meramente cronológica, que se sacrifica a uma psicologia desatualizada, incapaz de mostrar a significação histórica geral de uma vida individual. É o retorno dos emigrados, após a Revolução Francesa e o Império que nada aprenderam e nada esqueceram. (LE GOFF, 1989, p.49-50).

A citação acima deve alertar para o oportunismo editorial e jornalístico que motiva uma parcela expressiva das “histórias de vida” hoje produzidas. Não obstante, é forçoso reconhecer que muitos trabalhos biográficos recentes apresentaram significativas inovações e incorporaram muitas das críticas feitas pelos *Annales*. Estas se voltaram especialmente contra o caráter descritivo e pouco explicativo das biografias tradicionais, reivindicando a articulação de uma vida individual ao todo coletivo. Não se pode perder de vista, contudo, o fato de que uma biografia lida, primordialmente, com a vida de um indivíduo, supondo ainda um encadeamento narrativo de eventos coletivos ou individuais. O que está em jogo é a recuperação da escrita biográfica em consonância com a consciência crítica despertada pela historiografia dos *Annales*. Ainda de acordo com Le Goff:

Agora que a história foi profundamente renovada, o historiador não é capaz de retomar, cientificamente e mentalmente melhor aparelhado, estes inevitáveis objetos da história que são o evento, a política, o indivíduo – compreendo-se neste o ‘grande homem’, objetos outrora traídos por uma historiografia positivista redutora e mistificante que os ‘Annales’ tiveram o grande mérito de combater vigorosamente? (...) Uma verdadeira biografia é inicialmente a vida de um indivíduo e a legitimidade do gênero histórico passa pelo respeito a esse objetivo: a apresentação e a explicação de uma vida individual na história. Mas uma história iluminada pelas novas concepções da historiografia. (LE GOFF, 1989, p.49-50)

Em um balanço provisório e incompleto como este, um ensaio de conclusão nos aponta para a versatilidade e o caráter renovador dos trabalhos biográficos atuais. Questões essenciais continuam a ser enfrentadas, mas

já encontram respostas positivas dos historiadores-biógrafos. Polêmicas antes insolúveis, como a biografia de pequenos personagens, a representatividade de um ator individual ou o caráter narrativo do estudo biográfico já não mais parecem afligir os pesquisadores interessados em relatos de vida. Aproximações cada vez mais constantes com outros campos do saber, como a Antropologia, a Lingüística e a Psicanálise irrigaram as possibilidades teóricas e conceituais do gênero, problematizando e relativizando a explicação histórica, abrindo o campo de análise ao detalhe, ao conflito e à diferença. Mesmo os movimentos históricos mais amplos que parecem impor suas coerções e determinismos não são irredutíveis às análises individuais, pois, como diz A. Prost, “não há crise sem banqueiros ou ministro das finanças, não há greve sem sindicatos, não há correntes de pensamento sem escritores” (apud SCHIMDT, 2003, p.68) †

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

CARLYLE, Thomas. *Lês héros*. Paris: Editions de Deux Mondes, 1997.

CHARTIER, Roger. *A História hoje: dúvidas, desafios e propostas*. Estudos Históricos. n. 13, vol. 7. Rio de Janeiro, 1994, p.97-113.

DAVIS, Natalie Z. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DUARTE, Regina H. *A imagem rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Zahar/UFRJ, 1993.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

_____. O nome e o como. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa-Rio de Janeiro: Difel-Bertrand Brasil, 1989a.

_____. “Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa-Rio de Janeiro: Difel-Bertrand Brasil, 1989b.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. *Comment écrire une biographie historique aujourd'hui*. Le Débat: Paris, n. 54, mar/abr 1989.

LEVI, Giovanni. “Os usos da biografia”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV,

1996.

LEVILLAIN, Philippe. "Dos protagonistas: a biografia". In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/FGV, 1996.

LORIGA, Sabina. "A biografia como problema". In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

PINTO, Sérgio M. "A doutrina Góis Monteiro: síntese do pensamento militar do Estado Novo". In: PANDOLFI Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

REVEL, Jacques. "Microanálise e construção do social". In: ____ (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

ROJAS, Carlos Antonio A. "La biografia como género historiográfico". Algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHMIDT, Benito B. (org). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2000.

SCHMIDT, Benito B. "A biografia histórica: o 'retorno' do gênero e a noção de 'contexto'". In: ____ et alii *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000a.

____. "Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema". In: ____ (org). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2000b.

____. "Biografia: um gênero de fronteira entre a História e a Literatura". In: GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira e RAGO, Margareth (orgs). *Narrar o passado, repensar a História*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2000c.

____. *O Patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187? – 1934) e Carlos Cavaco (1878 – 1961)*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH, 2002.

____. *Biografia e regimes de historicidade*. Méti: História & Cultura. v.2, n.3. Caxias do Sul: EDUSC, 2003, p. 57-72.

SHARP, Jim. "A história vista de baixo". In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história: os personagens anônimos da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1995.

————— FÉ E TRADIÇÃO ORAL: —————
— PRÁTICAS MÁGICO-RELIGIOSAS PRESENTES —
————— NOS RITUAIS DAS IRMANDADES DE —————
————— PENITENTES DO CARIRI CEARENSE —————

ANNA CHRISTINA FARIAS DE CARVALHO

DOUTORA EM SOCIOLOGIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB

DOCENTE - UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA

RESUMO: A proposta deste texto é contribuir para a compreensão das práticas mágico-religiosas presentes no catolicismo diferenciado do Cariri cearense, especialmente nos rituais das Irmandades de Penitentes. O método explicativo é utilizado como suporte para analisar o significado que os próprios agentes atribuem à sua ação. Nesse sentido, as técnicas de pesquisas utilizadas foram: entrevista, narrativas orais e observação direta. Gestos, crenças, práticas mágico-religiosas, discursos e comportamentos, que são aspectos materializadores do simbólico, constituem peças fundamentais para a análise e entendimento do catolicismo diferenciado e constituem a base de sustentação social e cultural dos grupos estudados.

PALAVRAS-CHAVE: Catolicismo diferenciado; Irmandades de penitentes; Cariri cearense

ABSTRACT: The purpose of this text is to contribute to the comprehension of the magical-religious practices in the differentiated catholicism of Cariri, in the state of Ceará, especially in the rituals of the Brotherhoods of Penitents. The explicative method is used as a support to analyze the meaning that the agents themselves attribute to their action. In this direction, the research techniques used were: interviews, oral narratives and direct observation. Gestures, beliefs, magical-religious practices, speeches and behaviors, which materialize the symbolic, constitute fundamental parts for the analysis and understanding of the differentiated catholicism and also constitute the basis of social and cultural sustentation of the studied groups.

KEYWORDS: Differentiated catholicism; Brotherhood of Penitents; Ceará Cariri

A proposta deste texto é contribuir para a compreensão das práticas mágico-religiosas presentes no catolicismo diferenciado do Cariri cearense (sul do Estado do Ceará, Nordeste – Brasil), especialmente nos rituais das Irmandades de Penitentes.

Em nossa tese de doutoramento¹ defendemos a idéia que grande parte das práticas religiosas por nós estudadas não segue a ortodoxia do catolicismo, mesmo tendo o catolicismo romanizado² como referência. Tais práticas e rituais nos levaram a pensar num conceito de *catolicismo diferenciado* como forma de denominar esse campo do sagrado que transita entre a fé e a mística, materializadas através da re-elaboração de práticas e rituais instituídos.

Dentro desse contexto no interior do campo religioso (Irmandades de Penitentes) analisado em nossa tese de doutoramento - *Sob o signo da fé e da mística: um estudo das irmandades de penitentes no Cariri cearense* - há um denominador comum composto por um núcleo de crenças e práticas religiosas presentes em religiões institucionalizadas como o catolicismo romanizado, o que abre espaços para uma convivência entre esses sistemas de crenças homólogos. Entretanto, defendemos a idéia de que as práticas religiosas consideradas atípicas em relação às práticas do catolicismo institucionalizado não são resultado de mudanças radicais de valores religiosos, mas, ao contrário, convergem para crenças e práticas orientadas por valores católicos tradicionais como a crença na Santíssima Trindade e na Igreja Católica, devoção aos santos canonizados, prática da oração, caridade e penitência como fontes de salvação eterna, entre outros.

A partir dos relatos levantados observamos que as narrativas convergem para um corpo de valores e uma ética religiosa que se materializavam numa cosmovisão bastante aproximada. Neste sentido, partindo das falas dos sujeitos que se autodenominam penitentes, pudemos inferir o seguinte: penitentes são integrantes de Irmandades (de leigos, não oficializadas) que se penitenciam com vistas à salvação individual e coletiva, auto-infligindo castigos corporais e/ou psicológicos (autoflagelação com chicotadas, dança, mendicância itinerante, peregrinações acompanhadas de orações e benditos, privações materiais, entre outras práticas); obedecem a um lí-

1. Pesquisa de campo realizada entre 2001 e 2004 durante elaboração de tese de doutoramento *Sob o signo da fé e da mística: um estudo das irmandades de penitentes no Cariri cearense*, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba e defendida em abril de 2005.

2. O processo de romanização foi iniciado na Europa durante o pontificado de Pio IX (1846-1878), objetivando a implantação de um modelo de catolicismo - o romano - em todo mundo. Cf. OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

der espiritual (Mestre ou Decurião); praticam um catolicismo caracteristicamente devocional e são agentes de um campo religioso que professa determinada visão de mundo - a salvação pela mortificação corporal e/ou espiritual (CARVALHO, 2005).

A região do Cariri se destaca no âmbito da religiosidade como um universo multifacetado de práticas rituais e religiosidades que estão intrinsecamente ligadas ao mágico e ao místico, destacando-se, assim, as práticas do Catolicismo Oficial e Diferenciado, Espiritismo, Pentecostalismo, Esoterismo, entre outras experiências religiosas. O catolicismo diferenciado é a categoria que mais se destaca por apresentar um número significativo de adeptos e pelos rituais que estão inseridos nessa ordem: procissões, romarias, trezenas, novenas, renovações, festas dos santos padroeiros, sacrifícios, autoflagelação, pagamento de promessas, irmandades de leigos penitentes ou não, entre outros.

A constituição da sacralidade espacial do Cariri cearense tem em Juazeiro do Norte sua expressão maior. Santuário do Padre Cícero Romão Baptista, núcleo das romarias do sul cearense, Juazeiro do Norte é reconhecido pelo povo como solo sagrado, terra santa - A Capital da Fé. Fé e mística se inter cruzam na religiosidade caracterizada por santos protetores, magia, penitências, autoflagelação, romarias, relíquias, ex-votos, curas milagrosas, benditos; elementos do catolicismo diferenciado presentes nesse "caldeirão" de cultura e religiosidade. Aqui destacamos a presença marcante de Padre Cícero, guia espiritual de milhões de devotos que diariamente peregrinam em direção a Juazeiro do Norte em busca de conforto espiritual e resolução de seus problemas cotidianos (CARVALHO, 2004).

Catolicismo(s): Enfoque Teórico- Metodológico

A literatura³ referente aos movimentos religiosos e/ou messiânicos a partir do enfoque sociológico, sobretudo da década de 60 e 70, como os trabalhos de Facó (1965); Queiroz, I.M.P. (1965); Della Cava (1970); Monteiro (1974); Queiroz, M.V. (1977); entre outros, recebe diferentes tratamentos quanto à abordagem interpretativa do catolicismo popular, o que nos remete à possibilidade de outras análises sobre este campo religioso.

As contribuições advindas destes trabalhos sociológicos, já clássicos, são importantes fontes na medida em que nos fornecem, além do suporte

3. Para aprofundamento desse aspecto, consultar entre outros: FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1991; QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus, 1965; DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997; MONTEIRO, Douglas T. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974; QUEIROZ, Maurício V. de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1981.

teórico-metodológico, o entendimento de que o campo religioso do catolicismo popular é múltiplo e complexo e que continuará a provocar investigações de várias matrizes:

[...] dada a diversidade de suas manifestações, também sugere numerosas interpretações alternativas que não deixam de ser, entretanto, razões exteriores a ele, situando-se nas condições mesmas de sua produção. (GUIMARÃES, 1986, p.142).

No conjunto, estes trabalhos optam pela busca de tipologias explicativas na vertente sócio-econômica ou na linha de estudo de caso, reconstituindo historicamente os movimentos religiosos em suas especificidades.

Na perspectiva de resenha crítica destas referências, os textos de Guimarães (1986), Giumbelli (1997) e Pompa (1998), por exemplo, apontam alguns limites destas interpretações e sugerem o aprofundamento de aspectos não abordados centralmente por estes autores, a partir de colocações como:

Por outro lado, a análise de conjuntura não nos resolve todos os problemas para entendermos a força autônoma da ideologia religiosa que se forma entre as diferentes classes ou camadas e em diferentes regiões do Brasil. Se ela nos chama a atenção para os movimentos contínuos que ligam as práticas religiosas locais e populares às doutrinas eclesiais e à Igreja, ela não nos esclarece as relações, estas estruturais, entre a prática religiosa e outras práticas sociais, especialmente a econômica, ou de como a prática religiosa está na produção econômica. Isto torna necessário procurar as formas menos incoerentes e mais permanentes pelas quais se dá a apropriação de diversas tradições culturais e religiosas por parte de grupos, categorias ou frações de classe subordinadas e que não se limitam aos camponeses pobres do campo. Ao tratarmos a ideologia religiosa popular como um sistema relativamente coerente e permanente de idéias e de práticas não se nega que, no jogo político, suas ambigüidades e aspectos fragmentários sejam usados de modos diferentes por diferentes grupos. (GUIMARÃES, 1986, p.52-153).

A proposição de uma ruptura, traço marcante nesse conjunto de abordagens sobre os movimentos de Canudos, Juazeiro e Contestado, tem sua contrapartida – se assim podemos sugerir – nos limites colocados pela articulação entre a noção de “classe social” e a categoria de “religiosidade popular”. Através delas, procurou-se revelar situações históricas nas quais a relação entre religião e processos sociais é ineludível, seja pelo vínculo de certas cosmologias e práticas religiosas, ortodoxas e heterodoxas, com determinadas organizações sociais, seja pela total impossibilidade de tratar dessas organizações sociais sem fazer referência às representações religiosas (GIUMBELLI, 1997, p.18).

Partindo do pressuposto de que o patrimônio simbólico não é apenas uma das componentes de um movimento sócio-religioso, mas é sua base lógica, sua linguagem, a análise deve desvendar a lógica subjacente aos conjuntos míticos-rituais que fundam e dão sentido ao mundo na religiosidade "rústica": santos e beatos, festas e romarias, procissões e promessas. Nesta perspectiva, é possível identificar os sistemas camponeses de significação e os mecanismos por meio dos quais o movimento religioso desestrutura estes sistemas e, utilizando os mesmos elementos estruturais, imbuídos de novas significações, reestrutura um novo universo significante (POMPA, 1998, p.13).

Diante destas considerações, nossa proposta de trabalho se insere na perspectiva de compreender o catolicismo diferenciado praticado no Cariri cearense como um sistema de crenças e práticas que conferem sentido ao mundo, sendo este também passível de transformações. Assim, o catolicismo diferenciado será aqui analisado a partir de seus aspectos simbólicos e não dentro de uma ótica inteiramente utilitária e/ou instrumental.

Nesta linha de pensamento, o estudo de Monteiro (1974), destaca-se do conjunto das obras referidas anteriormente, devido à importância que este autor confere ao discurso dos participantes destes movimentos. Nas palavras de Hoornaert (1988, p.89):

Douglas Monteiro analisou as condições materiais que concorriam para explicar os fatos ocorridos no Contestado, mas não ficou por aí, pelo contrário ele pesquisou também e, sobretudo o mundo ideológico e emocional vivido pelos camponeses engajados. Para Douglas a ideologia não é apenas o fenômeno dos acontecimentos sociais, mas sim, um poderoso instrumento de reordenação social. Com isso ele trouxe os protagonistas dos movimentos sociais populares para o centro do palco histórico.

Enquanto metodologia de pesquisa optamos por evidenciar a fala dos agentes que participam e integram as Irmandades de Penitentes e, neste sentido, as crenças e práticas são analisadas a partir de um método explicativo. Nesse contexto, o eixo de análise aqui desenvolvido relaciona-se à inserção da oralidade no universo religioso, onde rituais, orações, benditos e outras práticas mágico-religiosas são repassadas de geração a geração através da oralidade. Lembramos que devido à estrutura hierárquica desses grupos, levantamos, sobretudo, as falas dos guias espirituais das irmandades.

Entendemos por tradição oral o conjunto de falas e práticas que se processam objetivamente enquanto construção e transmissão de saberes, possuindo ritmo próprio, flexibilidade e refletindo a experiência subjetiva de seus agentes. Sabemos dos limites impostos por esta metodologia, entretanto concordamos com Lozano (2000, p. 18), quando este analisa que:

Contudo, e apesar dos entusiasmos que ainda possa suscitar como método historiográfico, a história oral conserva uma espécie de rótulo de “segunda classe”, sendo menosprezada pelos seguidores de uma tradição um tanto clássica do historicismo e de algumas versões atuais do quantitativismo e do objetivismo rasteiros que subsistem nas ciências sociais em geral. Isso é em grande parte compreensível não só porque ainda não existe um corpus abundante e significativo de trabalho historiográfico com base na construção e no emprego de fontes orais, mas também, e é esse o motivo mais comum, por causa da natureza da matéria-prima utilizada por esse tipo de historiador: a oralidade vertida em depoimentos e tradições, relatos e histórias de vida, narrações, recordações, memória e esquecimento, etc; todos esses rotulados como elementos subjetivos de difícil manejo científico.

É importante ressaltar que a pesquisa possui um caráter etnográfico, sendo que as técnicas básicas usadas para a coleta de dados foram entrevistas e observação direta das práticas e representações simbólicas. Compreendemos que a socialização dos adeptos neste espaço implica num aprendizado com pessoas mais velhas ou hierarquicamente legitimadas, através dos fatos ou oralmente pela repetição de preceitos. As práticas mágico-religiosas, como as simpatias, as orações e os benditos se inserem nesse universo de conhecimento coletivo ou individual transmitido de geração a geração (XIDIEH, 1972). Neste sentido, a observação das práticas sociais tem como objetivo entender o que os agentes fazem, enquanto que a observação das representações simbólicas procura entender o que os agentes dizem.

O que torna visível o campo do catolicismo diferenciado praticado no Cariri cearense, como referido anteriormente, são as práticas e crenças desvinculadas do catolicismo ortodoxo, como matriz geradora de um conjunto de idéias e atos consensuais no interior de um grupo social, criando-se outro campo religioso cuja resistência à matriz originária é materializada através dessas práticas e crenças já referidas e cuja re-significação caracteriza grupos como as Irmandades de Penitentes.

Magia, Religião e a Re-significação do Sagrado

Em seu livro *Religião e o Declínio da Magia*, Thomas (1991) elaborou uma exaustiva análise sobre os sistemas de crenças como a astrologia, feitiçaria, curas pela magia, entre outros; presentes na Inglaterra dos séculos XVI e XVII, relacionando-os com as idéias religiosas do período referido. Neste contexto, o autor nos chama a atenção para a *utilidade prática* destes sistemas de crenças:

Ao oferecer uma explicação para o infortúnio e um meio de com-

preensão em momentos de adversidade, elas pareciam desempenhar um papel muito próximo daquele da Igreja oficial e suas rivais. Às vezes, eram parasitas dos ensinamentos cristãos; às vezes, estavam em franca rivalidade com eles (Op. Cit., p.09).

Ao longo do texto, Thomas vai desenhando a Igreja medieval como sedimentária de poderes sobrenaturais. As devoções populares, curas sobrenaturais, relíquias sagradas, benzeções, por exemplo, eram incentivados pela Igreja. Neste sentido, havia uma convivência entre devoções diferenciadas, como por exemplo, missas rezadas por motivos vários (contra epidemias, pelos doentes e parturientes, por bom tempo).

Em períodos de infortúnio, clero e povo clamavam a ajuda do sobrenatural, através de orações, procissões, uso de talismãs; afirmando a crença no poder, além de devocional, mágico da Igreja, o qual era fundamental para as devoções populares, sendo frágil a delimitação entre magia e religião pois ambas interagem no sentido de solucionar problemas do universo cotidiano.

Porém, enquanto a magia caracteriza-se por sua função limitada de superação de dificuldades específicas e imediatas do cotidiano, a religião possui uma cosmovisão mais abrangente do mundo, com uma explicação da existência humana e a promessa de uma vida celestial vindoura e, segundo Thomas, houve um *processo de assimilação* que transformou elementos do paganismo antigo em *instituições nominalmente cristãs* (Op. Cit., p.52):

O antigo culto às fontes, árvores e pedras não foi abolido, mas modificado, transformando sítios pagãos em sítios cristãos e associando-os a um santo, em vez de a uma divindade pagã. As festas pagãs foram igualmente incorporadas ao ano eclesiástico. O Ano Novo tornou-se a Festa da Circuncisão, o May Day virou o Dia de São Felipe e São Tiago, a Noite do Solstício de Verão passou a ser o Nascimento de São João Batista. Os ritos de fertilidade se converteram em procissões cristãs, e o Lenho de Dezembro foi introduzido na celebração do nascimento de Cristo.

Em relação ao *declínio da magia*, além do impacto da reforma do protestantismo enquanto sistema religioso de rejeição aos elementos mágicos presentes na religião e minimizador do “papel institucional da Igreja como dispensadora da graça divina” (Idem, p.74), o autor refere-se a outros aspectos como: crescimento das ciências; mudanças intelectuais; crescimento da técnica e melhoria das condições materiais de vida. Diante destas considerações, poderíamos supor que os homens conseguiram romper com as crenças mágicas, mas como conclui Thomas (IDEM, p.543):

Os estudiosos do folclore popular do século XIX descobriram por toda parte que os habitantes da Inglaterra rural não haviam aban-

donado a fé em fontes curativas, adivinhação, curandeiros, bruxaria, augúrios ou fantasmas. Em 1856, foi relatado, de Lincolnshire, que “aqueles que não estão em contato diário com os camponeses mal podem ser levados a crer ou entender o domínio que feitiços, bruxaria, curandeiros e outras relíquias que tais paganismos exercem sobre as pessoas”.

A religião popular tampouco havia mudado necessariamente. A religião do século XIX, disse Jacob Burckhardt, era “racionalismo para uns e magia para muitos” [...]

[...] A convicção de que a religião “funcionava” e de que a oração obtinha resultados sustentava inúmeras pessoas na adversidade. Todo tipo de entusiasmo religioso – curas místicas, profecia milenarista, pregação messiânica – reaparecia periodicamente, e não apenas no âmbito das classes trabalhadoras. Grande parte da classe média do século XIX interessava-se por espiritismo e escrita automática, astrologia, casas assombradas e toda a parafernália do oculto.

Outro importante estudo sobre práticas mágico-religiosas é o de Laura de Mello e Souza no livro *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial (1986)*, onde a autora percorre o mesmo caminho que Thomas ao analisar a feitiçaria, práticas mágicas e religiosidade popular no Brasil dos séculos XVI ao XVIII, evidenciando a ligação entre essas práticas e a resolução dos problemas e necessidades do cotidiano vivenciado pela população do período citado.

Sua tese centra-se na noção de que a especificidade da natureza da população colonial (brancos, em sua maioria degredados, índios e negros), desenvolveu uma “convivência e interpenetração de populações de procedência várias e credos diversos. Múltiplas tradições culturais desaguavam, assim, na feitiçaria e na religiosidade popular” (Op. Cit., p.16). Desta forma, a autora aponta os limites da análise deste processo centrada na idéia de: “cristianização imperfeita’ das massas do Ocidente europeu” (Idem, *Ibid*).

Segundo Souza, sobretudo na Europa do século XVII, dois sistemas de crenças conviviam no universo da cristandade - *dos teólogos e dos crentes* - apesar dos esforços da Igreja para romper com esta *cultura arcaizante* que perdurava há séculos no interior das populações cristanizadas, sendo que a *concepção mágica do mundo* atravessava todas as classes sociais enquanto que o conhecimento empírico era partilhado por todos; a física galileana só dizia respeito a uma minoria de intelectuais (IDEM, 1986, p.88).

A partir destas considerações, Souza refuta as hipóteses de base de Freyre⁴, para quem o *familismo religioso* preencheria a lacuna deixada pela Igreja Tridentina no primeiro século de colonização, e a de Hoornaert⁵,

que remete à fragilidade da implantação da estrutura eclesiástica no início do período colonial.

Em relação às práticas mágicas, Souza comenta:

Nos primeiros momentos, ainda no século XVI, feitiçaria e práticas mágicas mostram sua filiação cultural de forma quase transparente: nelas, resgatam-se com facilidade os traços europeus, indígenas, mais raramente os africanos (pois o tráfico apenas se iniciava). Conforme avança o período, os traços se esfumam, se interpenetram, e começa a surgir um só corpo de crenças sincréticas. É quando surgem formas especificamente coloniais, diversas de todas as outras (Idem, p.155-156).

Neste contexto, rituais e práticas penitenciais trazidas pelos colonizadores europeus sofreram modificações e re-apropriações quando assimiladas pelos africanos e indígenas⁶. No Nordeste, tais re-apropriações são fortemente marcadas pelas pregações dos missionários das Missões⁷ que incutiram no imaginário dos sertanejos os horrores do inferno e a salvação por meio de penitências e provações.

Nesse sentido, entendemos que Magia e Religião são sistemas de crenças que, ao se fundirem na perspectiva da religiosidade popular, moldam uma convivência entre o sagrado e o profano, como práticas e crenças autoproduzidas e/ou re-significadas.

Os Penitentes e a Re-construção de Bens Simbólicos de Salvação: elementos mágico-religiosos

A delimitação do corpus que analisaremos neste item será constituída pelos discursos e práticas religiosas do catolicismo diferenciado praticado no Cariri cearense, como conjunto de enunciados que possuem recorrên-

4. FREYBE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal*. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

5. HOORNAERT, Eduardo. *A Igreja no Brasil – colônia: 1550-1800*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

6. No final do século XIX, os negros da Bahia, nos seus rituais religiosos, adotaram a mortificação corporal que denominavam inhamo novo e era executada na sexta-feira, como tributo a Oxalá. Cf. CARIRY, Rosenberg; BARROSO, Oswald. *Cultura insubmissa: estudos e reportagens*. Fortaleza: Nação Cariri Editora, 1982.

7. Santas Missões constituíam grupos de missionários itinerantes que faziam pregações religiosas desde o século XIX, caracterizadas por benção eucarística, missas, procissões, confissões e sermões. Tais grupos promoviam ações evangelizadoras no Nordeste. Um interessante relato encontra-se em: NANTES, Padre Martinho de. *Relação de uma missão no rio São Francisco: relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados Cariris*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. Acerca do surgimento das Missões populares no Nordeste, Silva comenta: 'Ou, quem sabe, essa praxe missionária nos teria vindo de Portugal, onde padres diocesanos nela se exercitavam, como nos mostra o padre Manuel José Gonçalves Couto, autor da 'Missão Abreviada'. SILVA, Severino Vicente da (Org.). *A Igreja e o controle social nos sertões nordestinos*. São Paulo: Paulinas, 1988.p.7-8.

cia às mesmas temáticas – *salvação, remissão dos pecados, devoção aos santos, práticas mágicas* – num dado contexto social marcado pela mística e pela fé.

Autores como Hoonart (1988; 1997), Oliveira (1985), Rolim (2001), entre outros, já revelaram a presença marcante de imagens, ritos e símbolos no catolicismo popular tradicional como sendo um cristianismo anterior ao clericalismo, apresentando como uma característica marcante o acesso direto ao sagrado, sem mediações, possuidor de um imaginário imediatista religioso onde o poder divino é convocado para a resolução de grandes e pequenas crises cotidianas (secas, doenças, fome, desemprego, entre outros).

Esta breve conceituação acerca do catolicismo popular tradicional direcionou nosso olhar para a análise do fenômeno do catolicismo diferenciado, marcadamente penitencial, que se apresenta no Cariri cearense, especialmente na região denominada de *Triângulo CRAJUBAR* (constituída pelos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha), a partir das Irmandades de Penitentes, detentoras de uma espiritualidade tradicional, oral e devocional cuja opção pela aproximação com o sagrado se dá através de práticas que não são necessariamente o caminho institucionalizado e sim o caminho da *teologia vivida* ou a “interpretação e absorção que cada fiel de um sistema religioso faz do seu sistema de crença [...]” (BINGEMER, 1992, p.151).

Este conjunto de práticas e crenças religiosas está presente nas Irmandades de Penitentes como parte dos usos e costumes mágicos religiosos que, supomos, origina-se do contexto da cristianização europeia analisado anteriormente.

Neste texto, analisaremos duas Irmandades de Penitentes que possuem semelhanças em seus rituais religiosos: a Irmandade da Cruz do Sítio Cabeceiras e a Irmandade de Penitentes do Sítio Lagoa, ambas localizadas no município de Barbalha – CE.

Caracteristicamente, estas Irmandades são rurais e seus integrantes (agricultores, em sua maioria, não alfabetizados) liderados por um Decurião⁸ que possui sobre os integrantes das Irmandades além da autoridade religiosa, a autoridade moral⁹:

... ao Decurião é ensinar, é cantar tudo que precisa, ensinar, né? Os discípulos só fazem responder, todo caso é com o Decurião⁹.

Reúnem-se especialmente durante a Quaresma e a Semana Santa ou em ocasiões específicas, quando são convocados pela comunidade para cumprir penitências, promessas, fazer sentinela aos mortos, rezas para cura de doenças, entre outros.

Nós rezamos mesmo, definitivo mesmo? É na Quaresma, Quarta

– feira de Cinzas até a Sexta – feira da Paixão, amanhece o Sábado de Aleluia¹¹.

Ambos os grupos praticam a autoflagelação, não apenas para redimir os pecados e alcançar a salvação, mas também para solicitar a intervenção do poder divino para aplacar a ira das forças da natureza em tempos de seca ou inverno rigoroso, como também as tragédias do cotidiano.

Os adeptos das Ordens de Penitentes levam a vida dentro de uma moral rígida, cujas regras: “não beber, não fumar, não jogar, não provocar desordens”, entre outras, devem ser seguidas, sob pena de expulsão do grupo.

Segundo Xidieh podemos identificar elementos gerais no que ele denomina *Semana Santa Cabocla* (1972), e dentre estes alguns estão presentes nos rituais de penitência das Ordens de Penitentes do Cariri cearense, como nos informam os Decuriões - Sr. Olímpio Ludugero da Paixão (Sítio Lagoa) e Sr. Joaquim Mulato (Sítio Cabeceiras):

- Comitiva de adeptos, envoltos em vestes específicas, denominadas de *opas*, partindo de encruzilhadas ou cruzeiros, parando em cruzeiros nas estradas, cemitérios e moradias, pedindo orações pelas almas;

- Compõe o cortejo um número regular de 12 discípulos e o Decurião;

- Entoam benditos ou louvação;

- O grupo compromete-se a realizar penitência durante a Quaresma e Semana Santa, como devoção pelas almas, para que estas retribuam a devoção através de proteção da plantação, animais e vida das pessoas.

Como tentativa de compreensão das práticas mágico-religiosas presentes nos rituais das Irmandades referidas, analisaremos, a partir da significação dada pelos seus agentes produtores, algumas destas práticas, buscando também um suporte teórico na escassa literatura referente ao tema.

Promessas e Curas: A Força da Oração

Uma das funções sócio-religiosas das Irmandades de Penitentes de Barbalha é o pagamento das promessas feitas pela comunidade. Mestre Joaquim¹² nos relata:

A pessoa faz uma promessa, por causa de uma doença qualquer, pedindo para a pessoa ficar bem, pede para a gente pagar aquela promessa, numa Igreja, numa Capela ou num Cemitério, ai nós va-

8. Líder e coordenador das Irmandades de Penitentes.

9. Optamos por transcrever as falas dos entrevistados o mais próximo possível do coloquial.

10. Entrevista concedida pelo Decurião Olímpio Ludugero em abril de 2002.

11. Idem.

mos pagar aquela promessa. Reza aquele terço, oferece em intenção daquele voto que a pessoa fizer à imagem, ou à cruz ou às almas. Reza, canta os benditos, reza terço cantado, ladainha cantada, Salve-Rainha cantada, Senhor Deus.

O devoto compromete-se com um santo, as almas ou outro aspecto do divino, em favor individual ou coletivo, a comportar-se segundo o compromisso firmado no campo místico. É comum rezar-se o terço em intenção da alma de pessoas falecidas da comunidade ou para pagamento de promessas. De acordo com Sr. Severino¹³:

Todo tempo que for rezar no cemitério, numa cruz, nas casas, se chamar para rezar um terço para um filho, para uma pessoa sua que morreu e não pagou, aí a gente tem que rezar aquele terço para aquela alma.

O terço é precedido de uma caminhada onde são entoados benditos até o local definido anteriormente, geralmente o cemitério ou a residência do devoto. Durante a caminhada, os penitentes param em todas as cruzeiras encontradas pelo caminho durante alguns minutos, orando ou entoando benditos. Segundo o Sr. Severino¹⁴, o ritual do pagamento de promessa se desenvolve geralmente da seguinte forma:

Nós vem cantando bendito nas casas ou pro cemitério, adonde for o terço nós vamos cantando. Quando nos vamos chegando no cemitério, aí já muda a cantiga, o bendito, cantiga não, o bendito. Têm muitos benditos, o que vem na cabeça da gente a gente diz [...]

Quando a gente vai chegando na porta do cemitério aí muda de cantar, muda pra cantar outro bendito pra chegar no pé do cruzeiro:

Toda são formosa oh! Maria
Vós não manchastes do pecado original
Vós sois a alegria de Israel
A honra do vosso povo
Devotada dos pecadores
Oh! Maria, oh! Maria

Ai, quando chega aos pés do cruzeiro, diz:

Nos pés de Cristo eu cheguei chorando.

Os penitentes respondem:

12. Entrevista concedida em 29 de outubro de 2002.

13. Entrevista concedida pelo Sr. Severino Antonio Rocha em novembro de 2002.

14. Idem.

A minha força Deus perdoamos, três vezes, ai se ajoelha:
 Misericórdia ai meu Deus a grande dor no coração dos pecadores. (Repete
 três vezes)

Ai, os penitentes respondem:

Tende misericórdia Senhor
 Tende misericórdia, ai de nós pecador, três vezes.

Ai eu começo o terço, reza o Pai Nosso, a Ave Maria, e quando termina os Cinco Mistérios, levo pra Ladainha. A Ladainha é muito complicada e muito comprida para o cara aprender de cabeça, sem estar espiando para papel, sem estar espiando para nada, e eu sei todinha decorada. Tudo na cabeça, sem ter nada escrito. O Ofício são sete colunas. Cada qual das mais complicada. E eu sei tudinho decorado.

Como pudemos constatar, necessariamente a promessa não precisa ser paga pelo promesseiro em particular. A prática de “repassar” o compromisso “combinado” com o santo para outros sujeitos, devidamente reconhecidos pela comunidade como agentes do sagrado, é comum no catolicismo diferenciado do Cariri cearense. Além das irmandades de penitentes de Barbalha, a Irmandade de São Gonçalo também possui “autoridade” religiosa para promover essa praxe, como veremos adiante.

Esse aspecto da religiosidade observado na pesquisa de campo confirma a assertiva de Fernandes acerca do aspecto primordial da promessa “é que seja cumprida” (1994, p. 131). Ao pagar a promessa, o promesseiro cumpre com o ritual sagrado e renova a intermediação com o santo para outras promessas. O não cumprimento da promessa acarreta a certeza da punição divina para o devoto. Neste sentido, é indiscutível a crença na punição divina até para os mortos, ou seja, um promesseiro que antes de cumprir a promessa tenha falecido não fica desobrigado da promessa. No imaginário dos devotos, se ele não avisou a um parente ou amigo próximo de sua obrigação para com o santo, pode “aparecer” em sonho a um parente ou amigo pedindo o cumprimento da promessa, sem o qual não poderá salvar-se. A pessoa “contatada” fica responsável pelo pagamento daquela promessa. Geralmente esse tipo de promessa é pago pelas Irmandades de Penitentes de Barbalha.

Nos rituais de promessas de cura, de penitência, ou seja, no dia-a-dia do devoto, a oração esta sempre presente. Como expressão da religiosidade, a oração se caracteriza por ser um dos mais importantes componentes nas diversas tradições religiosas. Presente em várias culturas, veículo de devoção e súplica, elas fazem parte do cotidiano tanto das populações dos grandes centros urbanos como do interior do país, sempre presentes na

mídia, como em jornais e revistas, em forma de *correntes e santinhos*, entre outros.

Em relação às rezas populares, estas apresentam *fórmulas* para diversas situações do dia-a-dia, sendo recorrente o pedido de alguma graça junto com o louvor; ou seja, não são completamente desinteressadas. Tais pedidos são de diferentes matizes.

Agora assim na época, é só promessa, terço que o povo faz, faz aquelas promessas. Por exemplo, adoce uma criança, aí faz aquela promessa com aquela fé da gente, Deus primeiramente e a gente, né? Aí a gente vai pagar aquela promessa, reza aquele terço que ela faz na intenção daquele santo, aí a gente vai rezar aquele terço em intenção daquele santo, com fé em Deus para aquela criança ficar boa¹⁵.

Os Benditos

É as rezas dos sofrimentos de Nosso Senhor, porque a gente recebeu assim, em termo de sofrimento...!¹⁶

Entoados nos rituais de autoflagelação, nas procissões, sentinelas, entre outros, são cânticos monocórdios de longa tradição.

Quando se junta, a gente canta lá o Bendito da Cruz, da Santa Cruz. Ai daí prá frente a gente reza um bendito lá, ai por exemplo, vai pagar uma promessa, rezar um terço, ai a gente volta cantando até na casa. Ai chega lá reza um terço, ai volta cantando...¹⁷ O bendito da cruz é esse:

Bendito louvado seja
 Que o Coração de Jesus
 Que nos deixou por louvores
 A Santa Cruz
 Minha Santa Cruz bendita
 Prostrada neste sereno
 Vós sois filha de Deus Pai
 Meu Jesus de Nazareno
 Nos braços da Santa Cruz
 Tem duas candeias acesa
 Que Deus alumia
 Nosso Deus Verdadeiro
 Bendito menino
 Bendito senhor
 Vamos rezar na Igreja
 Louvores a Santa Cruz

15. Entrevista com o Sr. Olímpio Ludugero, abril de 2002.

16. Entrevista concedida pelo Decurião Olímpio Ludugero em abril de 2002.

17. Idem.

Naquele Monte Calvário
 Onde Morreu meu Jesus
 Dando o último suspiro
 Nos braços da Santa Cruz

Ai, o oferecimento:

Oferecemos esse Bendito
 Ao Senhor daquela Cruz
 Em intenção das pobres almas
 Louvores a Santa Cruz

Ai, canta a Ave Maria, o Glória ao Pai, daí continua, outro bendito
 prá frente.

A Devoção às Almas e a Sentinela

Quando a gente vai fazer visita, na Quaresma, a gente vai visitar essas cruzes que estão desprezadas [...] visita os Cruzeiros [...] então tem essas cruzinhas que já morreu gente, que tem a cruzinha, a gente vai visitar elas, ai reza um mistério, às vezes acontece da gente rezar até um terço lá, a gente reza um terço completo, ai agradece a Deus e volta aqui, a nossa vida é só essa¹⁸.

[...] assim morre uma pessoa, ai eles chama prá gente ir cantar, fazer a sentinela rezando, né? É Bendito¹⁹.

O rito do velório é uma tradição no mundo rural brasileiro e no Nordeste, denomina-se *sentinela*. A sentinela é um ritual praticado especialmente durante a noite, quando velam um defunto, cantando rezas e benditos e caracteriza-se como uma missa laica de encomendação do corpo. Na sentinela, o grupo de Penitentes do Sítio Cabeceiras é acompanhado pelas *Incelências*²⁰, grupo de mulheres geralmente da família dos penitentes.

A *excelência* ou *excelença* é um canto entoado à cabeça dos moribundos ou mortos. O canto, sem acompanhamento, como o bendito, é unísono e em série de doze versos rituais. As *incelências* iniciam o ritual de fazer quarto que se prolonga no acompanhamento do cortejo fúnebre até o cemitério. As mulheres cantadeiras são muitas vezes acompanhadas de *carpideiras*, mulheres pagas para chorar pelo morto.

Mortificação e Penitência

Em relação ao ritual de autoflagelação:

18. Idem.

19. Entrevista concedida pelo Decurião Joaquim Mulato em maio de 2000.

[...] isso foi um caso de sofrimento que a gente nessa época que era muito pobrezinho, a gente não tinha transporte, as estradas era tudo cheia de lama, aí a gente inventamos isso mode [...] ele dizia, que era o sofrimento de Deus, que começou dentro dos matos, né? Nos sofrimento dele começou dentro dos matos, num foi da cidade. Aí a gente não podia ir prá cidade porque o tempo num dava, aí a gente inventamos esse sofrimento prá nós ser agradecido de Deus²¹.

Segundo Oliveira (1985:120-121), no catolicismo popular Jesus representa o modelo de penitente:

[...] bom e justo, ele sofre sem ter pecado, e por esse sofrimento ele ganha a misericórdia divina para com os homens. Sua representação popular é, pois, a representação do sofredor: o crucificado, o senhor morto, o Jesus da paixão.

Neste sentido, a justificação para esta prática seria a imitação dos sofrimentos de Jesus Cristo, que foi flagelado, recebendo chicotadas, pela salvação dos homens.

Em relação às mulheres e às crianças:

As mulheres só participam na caminhada para o cemitério ou para as casas para tirar terço ou ladainha. As crianças não podem participar pois não teriam idade para cumprir os castigos dados por mim²².

O corpo é supliciado através do *cacho da disciplina*, espécie de lâmina talhada em ferro, em forma de meia lua e presa por uma tira de couro. Chicoteiam as próprias costas até escorrer sangue, na esperança de que, junto com o sangue, escorram também os pecados da própria alma e das almas dos outros: *Purgar os pecados do corpo e do mundo pela autoflagelação*²³.

[...] a gente diz, você quer ser um penitente? Pois imbora ali, a gente vai pro pé da cruz, aí diz: pega aqui essa arma, esse objeto, chama-se o Cacho da Disciplina. Você trabalha com suas mãos, não é com eu que vou fazer mal a você. Você trabalha com suas mãos...²⁴

A cruz tem um significado especial para os penitentes: usam-na em suas vestes (opas), carregam-na nas procissões e em todos os rituais:

É para deixar claro aquele a quem se adora e se homenageia, antes, durante e depois do suplício. Nós carregamos a cruz atrás da salvação²⁵.

Indagados sobre o significado do número de integrantes (doze discípulos além do Decurião), nos rituais de penitência, ambos os Decuriões nos responderam: *Porque representa os Doze Apóstolos de Jesus*.

Em relação à ocultação do rosto através de um capuz branco, com

20. Prática do catolicismo popular, também conhecida como excelências ou incelências.

21. Entrevista concedida pelo Decurião Olímpio Ludugero em abril de 2002.

22. Entrevista concedida pelo Decurião Joaquim Mulato em maio de 2000.

23. Idem.

uma fenda de tecido fino e rendado, facilitando a visibilidade:

Aquele que cobre o rosto é o servo de Cristo. Porque o penitente, ele não pode dizer declaradamente que é. Aquele que se declara por gosto e vontade que é penitente, não é não. Porque ali é uma falta grande prá ele, é um defeito grande. Porque se ele é penitente, ninguém sabe, amanhã ou depois ele comete uma falta, ninguém sabel. É como diz na escritura: entraís para teu quarto, detrás da porta e orai por mim. Porque ele (o penitente) é um pecador²⁶.

Ressaltamos que o Decurião não tem obrigatoriedade de cobrir o rosto.

Durante os rituais de penitência, os participantes não podem conversar, só responder aos benditos e rezas do Decurião para este controle da atenção e ordenação do ritual existe uma campainha que fica com o Decurião:

...I que a gente tem de balançar para não conversar com nenhum. A conversa é com aquela campá²⁷.

Ambas as Irmandades aqui referidas remontam sua origem à influência de Padre Ibiapina, como anteriormente referido. Segundo nos relata Mestre Joaquim a *penitência* teve seu começo em Barbalha por ordem de Padre Ibiapina, em meados do século XIX, acrescentando que a cruz que os penitentes carregam em seus rituais foi de Padre Ibiapina. Em alguns momentos, ele coloca que esta mesma cruz foi confeccionada em 1920, ano que nasceu.

O Padre Ibiapina exerceu grande influência sobre a população Cariariense. No final do século XIX, com a construção das Casas de Caridade²⁸, a atuação evangélica de Padre Ibiapina se dava no sentido de preenchimento de vazios institucionais que caracterizavam o cotidiano da assistência espiritual e material das camadas pobres.

Ibiapina exercitou durante sua vida sacerdotal a prática da mortificação para redimir os pecados e minimizar a cólera divina em meio a uma época de flagelos como a fome, as secas e as epidemias. Segundo nos relata Mariz (1997, p. 53), mesmo antes de ordenar-se, já praticava o ascetismo, além de ser um profundo conhecedor e doutrinador das matérias religiosas. O citado autor afirma que “pela fé e pelo *cilício* purificara a alma tão bem ou melhor que os outros que já andavam de batinal...” (Grifo nosso). Ademais, a forte disciplina (castigos e penitências) praticada nas Casas de Caridade sugeria um religioso de convicções fortes e adepto da mortificação, como no caso do uso do *cilício*²⁹.

24. Idem.

25. Entrevista concedida pelo Decurião Olímpio Ludugero em abril de 2002.

26. Entrevista concedida pelo Decurião Joaquim Mulato em maio de 2000.

27. Entrevista concedida pelo Decurião Olímpio Ludugero em abril de 2002.

A prática da flagelação remonta às tradições do cristianismo primitivo, nos quais a autoflagelação era comum entre leigos e religiosos. Como pudemos constatar no sermonário *Missão Abreviada* (COUTO, 1869), vários religiosos castigavam o corpo com o objetivo de purificação e dominação de desejos pecaminosos. Sobretudo no século XIII, a prática se disseminou entre as várias irmandades de leigos surgidas na época. Durante o século XIV, período onde a peste negra manifestou-se na Europa, muitos cristãos acreditavam que a ira divina seria contida através da prática da flagelação. Os *flagelantes*, como então eram denominados, açoitavam-se em público. A Igreja proibiu tais práticas para leigos, embora ela não tenha desaparecido até hoje, como podemos constatar em nossa pesquisa. No Concílio Vaticano II, ocorrido nos anos sessenta, tais práticas, incluindo o uso do cilício, foram desencorajada inclusive para os religiosos (MACEDO, 1996).

Considerações Finais

Nosso artigo delineou aspectos do catolicismo popular Caririense como um conjunto de crenças e práticas religiosas desenvolvidas por determinados grupos, a partir de símbolos religiosos introduzidos no Brasil desde sua colonização. Essas representações religiosas, como produto do imaginário humano, não são destituídas de um conteúdo real e cotidiano de experiências vivenciadas. Através das práticas mágico-religiosas ligadas à penitência, constatamos que estas práticas utilizadas pelas Irmandades de Penitentes para combater as forças do mal, redimir os pecados e atrair o bem distanciam-se dos rituais da ortodoxia católica, embora tenham como referência os preceitos católicos. É importante registrar que na entrada da residência do Sr. Joaquim Mulato (Decurião dos Penitentes do sítio Cabeceiras) há um quadro que diz: *Aqui somos todos católicos*.

O catolicismo diferenciado praticado no Cariri cearense caracteriza-se por pautar-se pela experiência cotidiana de seus agentes produtores em contraposição ao instituído clericalmente. Este universo impregnado de misticismo, crença e fé povoa o imaginário das camadas populares, entrando muitas vezes em conflito com o universo religioso institucionalizado. Paralelo ao pragmatismo dessas vivências religiosas, convergem as práticas mágicas, cuja eficácia é materializada através da cura de enfermidades, obtenção de graças através de promessas e proteção por meio de

28. No Ceará, fundou Padre Ibiapina seis Casas de Caridade: Sobral (1862); Missão Velha (1865); Barbalha e Milagres (1869); Crato e Santana (1868). Cf. MARIZ, Celso. *Ibiapina: o apóstolo do Nordeste*. 3. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 1997. p. 258.

29. Espécie de cinto feito de arame, que por penitência se usa diretamente na pele. O penitente inspira profundamente, o cilício é colocado na cintura, o penitente expira. O suplício dura poucos minutos, até o nível do insuportável.

relíquias, rosários ou outras peças mágicas. Observamos que estas práticas se apresentam polissêmicas, não havendo uma padronização que as defina como institucionalizadas. Pudemos observar também que as práticas do catolicismo diferenciado prescindem de um agente institucionalizado, sendo as ritualizações gestual e oral expressões que re-ligam o devoto ao sagrado.

Algumas práticas e crenças são fundamentais para o entendimento do catolicismo diferenciado praticado no Cariri cearense e constituem a base de sustentação dos grupos religiosos estudados - autoflagelação, dança sagrada, mendicância, negação da modernidade, fundamentalismo religioso, devoção a santos e santas populares, rígido código de ética social.

As ambiguidades de relacionamento entre o campo religioso das irmandades de penitentes e a Igreja servem de referência para pensarmos na resistência e constante re-apropriações do catolicismo popular. A relativa autonomia desses grupos religiosos exemplificada em suas crenças, práticas rituais e cotidianas refletem a constante re-apropriação e re-affirmação de valores religiosos traduzidos na "insistência" de práticas e rituais pelos grupos.

O caráter penitencial como elemento significativo no interior da eficácia simbólica em relação a escatologia da salvação, dentro de um mimetismo que funciona também como libertação dos sofrimentos individuais e coletivos cotidianos, é o dado mais expressivo da permanência desse campo religioso, reafirmado pelo imaginário não só dos discípulos das Irmandades de Penitentes, mas também por milhares de devotos que buscam neste micro-universo de fé e de mística um contato direto com as forças do sagrado.

Nesse contexto, o simbólico adquire um sentido objetivo de estar no mundo com um propósito: a salvação individual e coletiva.

Os aspectos que abordamos nesse artigo, fruto de nossas pesquisas ao longo de mais de quatro anos, não esgotam novas possibilidades de análises; ao contrário, pensamos que a riqueza do tema contempla possíveis formas de "olhar" o outro. Nossa proposta direcionou-se para a busca de reflexões a partir do imaginário desse "outro" e, como tal, é passível de erros de interpretação. Ao longo dessa busca, nos deparamos com campos do sagrado cuja diversidade manifesta-se sob várias formas de devoção. Entretanto, consideramos que essas atitudes devocionais revelam uma mesma forma simbólica de crença no sobrenatural.

Acreditamos que mesmo que a construção desta cosmovisão se manifeste no interior de um campo do sagrado influenciado por instâncias institucionalizadas, ela nos revelou que a forma de salvação é vista e sentida de forma diferenciada entre penitentes e agentes instituídos, constituin-

do não oposições mais pontos de tensão em torno deste referencial.

Neste contexto, afirmamos que o catolicismo popular praticado no Cariri cearense tem como base religiosa re-apropriações de discursos, práticas, símbolos e mitos re-inventados coletivamente a partir de vivências cotidianas. Tal concepção leva ao entendimento que os ritos, signos e outros aspectos do sagrado constituem expressão da identidade e reforçam os laços de pertencimento dos grupos. Daí decorre ser a ritualização penitencial, por exemplo, um importante fator de coesão e identidade grupal. †

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Eduardo B. de. "A palavra eficiente: rezas populares brasileira". Trabalho apresentado no Seminário Temático STO8 "Experiências religiosas e novas espiritualidades", na *VIII Jornada sobre Alternativas Religiosas na América Latina na Universidade de São Paulo*, São Paulo, 22 a 25 de setembro de 1998.

BINGEMER, Maria C. (Org.). *O impacto da modernidade sobre a religião*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

CARVALHO, Anna Christina Farias de. "Padre Cicerim Frei Damião, Madrinha Dodó e o processo de santificação popular". In: *Tendências*, Cadernos de Ciências Sociais. v. 2, n.1, jul. 2004, Crato, 2004.

_____. *Sob o signo da fé e da mística: um estudo das irmandades de penitentes no Cariri cearense*. 2005. 271f. (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Mimeografado.

COUTO, Manoel José Gonçalves. *Missão Abreviada: para despertar os descuidados converter os peccadores e sustentar o fructo das Missões*. 6. ed. Porto: Tipographia de Sebastião José Pereira, 1868.

DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

EXCELÊNCIA. Disponível em: <<http://www.jangadabrasil.com.br>>. Acesso em: 15 nov. 1999.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1991.

FERNANDES, Ruben César. *Romarias da paixão*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal*. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

GIUMBELLI, Emerson. "Religião e (des)ordem social: Contestado, Juazeiro e Canudos nos estudos sociológicos sobre movimentos religiosos". *Revista Dados*, Rio de Janeiro, 1977. n.2, v. 40.

GUIMARÃES, Alba Zaluar. *Os movimentos “messiânicos” brasileiros: uma leitura. In: O que se deve ler em Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez; ANPOCS, 1986. p. 141-157. (Edição Englobando os n. 01 ou 10).

HOORNAERT, Eduardo. *A Igreja no Brasil – colônia: 1550-1800*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *Os anjos de Canudos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. “Questões metodológicas acerca da Igreja de Caldeirão (heurística e hermenêutica)”. In: *SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE O PADRE CÍCERO E OS ROMEIROS DE JUAZEIRO DO NORTE*, 1; Juazeiro do Norte, 1988. Anais ... Fortaleza: UFC, 1990. p. 88-109.

LOZANO, Jorge Eduardo A. “Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea”. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janafina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 15-25.

MACEDO, José Rivair. *Religiosidade e messianismo na idade média*. São Paulo: Moderna, 1996.

MARIZ, Celso. *Ibiapina: o apóstolo do Nordeste*. 3. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 1997.

MONTEIRO, Douglas T. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. “Implicações políticas do catolicismo popular tradicional”. In: *SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE O PADRE CÍCERO E OS ROMEIROS DE JUAZEIRO DO NORTE*, 1; Juazeiro do Norte, 1988. Anais ... Fortaleza: UFC, 1990. p. 138-147.

POMPA, Cristina. “A construção do fim do mundo: para uma releitura dos movimentos sócio-religiosos do Brasil ‘rústico’”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 1998. n. 1, v. 41.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus, 1965.

QUEIROZ, Maurício V. de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1981.

ROLIM, Francisco C. *Religiosidade popular*. Disponível em: <<http://pensocris.vila.com.br/religiosidade.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2001.

SOUZA, Laura de Melo e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da magia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

XIDIEH, Osvaldo E. *Semana Santa cabocla*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros; Universidade de São Paulo, 1972.

Fontes Orais

SOUZA, Joaquim Mulato. Entrevista concedida pelo Decurião da Ordem dos Penitentes do Sítio Cabeceiras, Barbalha, maio de 2000.

PAIXÃO, Olímpio Ludugero da. Entrevista concedida pelo Decurião da Ordem dos Penitentes do Sítio Lagoa, Barbalha, abril de 2002.

ROCHA, Severino Antônio. Entrevista concedida pelo segundo Decurião da Irmandade dos Penitentes da Cruz, Barbalha, novembro de 2002.

————— O ÊXODO CANTADO: —————
————— A MÚSICA TRADICIONAL PAULISTA —————
— COMO FONTE PARA UMA HISTÓRIA ORAL* —

JEAN CARLO FAUSTINO
MESTRE EM SOCIOLOGIA - UNICAMP

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa sobre a música caipira do início da segunda metade do século XX, momento em que ocorreu o que ficou conhecido como “êxodo rural brasileiro”. Com a hipótese de que as músicas deste período reproduziriam as transformações que estavam ocorrendo na estrutura social e também nos valores tradicionais da população rural, o presente artigo expõe a análise com base em duas letras de músicas. Ao longo do texto, são apresentados ainda as perspectivas metodológicas, as possíveis correlações com outros trabalhos acadêmicos e a relação com a história oral.

PALAVRAS-CHAVE: Música; Caipira; Sertaneja; Êxodo Rural; Sociologia

ABSTRACT: This article presents the preliminary results of a research about the caipira music, from the beginning of the second half of the 20th century, when happened what is known as the rural exodus in Brazil. Having in mind that the music at that period would echo the transformations that were occurring in the social structure and also in the traditional values of the rural populations, the present article exposes the analysis based on the lyrics of two songs. Throughout the text, the methodology perspective, the correlation with other academic works and the relationship with the oral history are also presented.

KEYWORDS: Music; Caipira; Sertaneja; Rural Exodus; Sociology

* Uma primeira versão deste artigo foi originalmente apresentada, com o título de “A Música Caipira como registro oral da trajetória de um grupo social”, no Grupo de Trabalho “Vozes da tradição: literatura oral, narrativas, memória” do XI Simpósio Nacional de Letras e Linguística e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística, realizado em Uberlândia (MG) em novembro de 2006.

Na segunda metade do século XX, o Brasil passou por uma grande e significativa transformação social, quando deixou de ser eminentemente rural para ser um país predominantemente urbano.

Por trás do grande movimento migratório e da necessária adequação a um novo contexto econômico, ocorreram também adequações nos valores, nos hábitos e na maneira de se encarar o mundo e de, nele, se realizar enquanto ser social.

No entanto, como estudar esses dilemas, crises e adaptações depois que o processo já foi consolidado há décadas? Entrevistas realizadas hoje sofreriam inevitavelmente influências das condições atuais.

Minha proposta, portanto, é a de realizar esta “arqueologia social” por meio da análise das músicas da época. Músicas que eram compostas, interpretadas e, sobretudo, ouvidas pelas pessoas que vivenciavam este êxodo rural e que também as cantavam - concreta ou simbolicamente.

Esta perspectiva não pretende substituir um trabalho de história oral que poderia, inclusive, contribuir para a compreensão do contexto de composição e recepção das obras, já que esses aspectos carecem de registros escritos.

Assim, este artigo tem o intuito de promover esse trabalho complementar de pesquisa ao mesmo tempo que fica a meio caminho da história oral, uma vez que se trata da análise do registro oral de uma história, de fundo épico, que aguarda ainda por ser escrita.

A Música como fonte do registro de transformações sociais

Minha pesquisa não é a primeira que procura estabelecer uma relação entre a música popular paulista e as transformações sociais decorrentes do êxodo rural. Pelo contrário, pode-se afirmar que ela só existe porque o tema foi, um dia, esboçado por um trabalho sociológico anterior.

Na introdução de sua tese de doutoramento, notoriamente conhecida pela sua forma em livro intitulado “Parceiros do Rio Bonito”, Antônio Candido diz que o resultado da análise que ali se apresenta teve início a partir de uma pesquisa sobre música caipira, mas que depois foi colocada de lado permanecendo na forma de rascunho da qual, dizia, “talvez nunca passe” (CANDIDO, 1977, p. 9).

Entretanto, dez anos depois de iniciar essa pesquisa de campo, Antônio Candido retoma a música caipira como tema numa conferência pronunciada em 1957 e integrada posteriormente ao livro “Literatura e Sociedade”. Neste momento, a exposição da estrutura de construção social da música caipira paulista (o cururu e a cana-verde) é feita para exemplificar um dos aspectos cuja ausência contribuía para as deficiências dos trabalhos de sociologia da arte e da literatura realizados até então.

Consultando as demais obras de Antônio Candido, não tornei a reencontrar o tema da música caipira, embora não possa afirmar que essas referências não existam ao longo de toda a sua obra.

Em 1998, em homenagem aos oitenta anos de Antônio Candido, a revista "Remate de Males", do Departamento de Teoria Literária da Unicamp, organizou um volume inteiramente dedicado ao famoso crítico literário. Nesse número, foram publicados catorze escritos inéditos do autor, dentre os quais um artigo dedicado especificamente à música caipira paulista ou, para ser mais específico, ao cururu já que este é apenas um dentre outros ritmos que fazem parte dela.

Nesse artigo inédito, o autor aprofunda-se na análise desse estilo musical dando ênfase para sua herança indígena em combinação com a intervenção jesuíta e o conseqüente sincretismo da cultura caipira. Dessa forma, o autor finalmente retoma, após quarenta anos, o tema que começou a estudar no início de seu doutoramento. No entanto, uma rápida nota no início deste artigo revela que esse trabalho de análise ainda está inconcluso por parte do autor:

(...) num trabalho já bastante adiantado, procuro estudar a sua função social do cururu na sociedade caipira de hoje, sob o impacto da urbanização. (CANDIDO, 1999, p. 37)

Esse novo trabalho de Antônio Candido, "adiantado", porém ainda em elaboração, recebeu o nome, na nota de rodapé do artigo citado, de "Poesia popular e mudança social". É possível, portanto, que o autor tenha concluído aquele interesse inicial de sua pesquisa de doutorado: a de analisar a música caipira paulista, no estilo do cururu, como ponto de partida para compreensão das mudanças que ocorriam na sociedade (CANDIDO, 1977, p.9). Contudo, para afirmá-lo é necessário aguardar a publicação desse novo trabalho.

Porém, enquanto aguardava a publicação deste novo trabalho de Antônio Candido, pus-me a realizar um trabalho análogo: o de estudar a música caipira tradicional com o objetivo de compreender, a partir dela, as mudanças que ocorreram no estrato social ao qual ela se referia e que constituía o público ouvinte. Este é, portanto, o tema do presente artigo, que apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa maior cujo escopo será tratado a seguir.

Objetivo e recortes

O objetivo da pesquisa ao qual este artigo alude é o de realizar um estudo da música caipira paulista com a finalidade de compreender de que maneira ela reflete as transformações ocorridas na sociedade e, particularmente, no estrato social que se constituía como sendo o seu público:

o de origem rural e que, após o grande “êxodo rural brasileiro” passou a residir, em sua maioria, no meio urbano.

Seguindo, então, as trilhas deixadas pelo trabalho de Antônio Cândido, nos “Parceiros do Rio Bonito”, minha pesquisa parte da música, isto é, da análise de suas letras, para compreender as transformações sociais. E, para realizar esta integração dos fatos externos à obra de arte, utilizo-me do resultado de pesquisas acadêmicas que já haviam sido realizadas sobre esse processo de transformação social.

Para realizar esta tarefa, escolhi trabalhar com músicas que foram registradas fonograficamente e que por esta razão me propiciariam realizar uma pesquisa que não estivesse circunscrita ao tempo presente. Este recorte se fez necessário porque a transformação social em questão ocorreu na década de setenta, quando pela primeira vez na história brasileira a população urbana superou a população rural conforme dados disponibilizados pelo IBGE (<http://www.ibge.gov.br>) a partir dos quais elaborei gráfico a seguir.

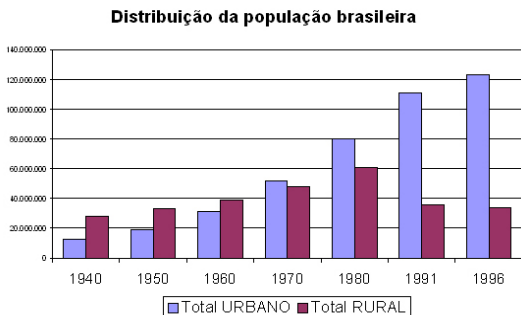


Gráfico 1: distribuição da população brasileira segundo dados do IBGE

Fonte: <http://www.ibge.gov.br>

O segundo recorte de pesquisa correspondeu à escolha de uma dupla de música caipira que tivesse alcançado sucesso de público ao longo de grande parte deste período de transformação social. Para isto, a dupla escolhida foi “Tião Carreiro e Pardinho”, pelo fato de ela ter gravado o primeiro disco ainda na década de cinquenta encerrando sua carreira apenas no final da década de oitenta, compreendendo, assim, o período em questão.

Além disso, deve-se destacar que “Tião Carreiro e Pardinho” não são uma dupla menor, isto é, secundária no meio da música caipira. Pelo contrário, são músicos que gozam de uma notoriedade e de um reconhecimento não só por parte do público, mas, também, por parte de intérpretes

e violeiros da atualidade.

Contudo, considerando-se a grande amplitude do objeto de pesquisa que corresponde a nada menos que cinquenta e sete discos, sem contar outros vinte e oito de 78 rpm (NEPOMUCENO, 1999, p. 338), fazia-se necessário um terceiro recorte para viabilizar o início da análise. E este recorte foi realizado no que se refere à composição. Foi, portanto, assim que escolhi para análise aquelas canções que fossem de composição de Teddy Vieira devido a três motivos principais.

Em primeiro lugar, foi Teddy Vieira que, na posição de diretor artístico da gravadora Warner Music, criou a dupla “Tião Carreiro e Pardinho”, que fez sucesso durante tanto tempo. De certa forma, ainda continua a fazer considerando-se o fato de que todos os LPs antigos, com exceção de algumas poucas coletâneas, foram lançados em CD obtendo um expressivo sucesso de vendas, segundo informações da gravadora.

Em segundo lugar, as composições de maior sucesso da dupla em questão, como “Terra Roxa” e “Rei do Gado”, eram também de Teddy Vieira. E, em terceiro e último lugar, a escolha deve-se ao fato de Teddy Vieira ter morrido em 1965, o que propicia, assim, um recorte temporal no conjunto das músicas que coincide com o período das transformações sociais que interessam a esta pesquisa: aquelas decorrentes do êxodo rural que, entre as décadas de sessenta e setenta, iriam mudar o cenário rural e urbano no Brasil.

Após esses recortes ou, na verdade, paralelamente a eles, a pesquisa foi realizada com base na aquisição e audição dos discos da dupla “Tião Carreiro e Pardinho”, o que se deu de maneira gradual. Além da discografia em vinil, disponível hoje em CD, tive também acesso às antigas gravações de 78 rotações graças ao apoio de Alex Marli: a filha de Tião Carreiro que, hoje, cuida do acervo deixado pelo pai e atende às várias pessoas que a procuram com interesse de pesquisa, além de realizar atividades em prol da preservação da memória do pai.

As composições de Teddy Vieira gravadas pela dupla “Tião Carreiro e Pardinho” correspondem a um total de vinte e oito músicas, que podem ser divididas em três grandes grupos: gravadas em vinil, gravadas originalmente em discos de 78 rpm e as registradas somente após a morte do compositor.

Para a presente análise, escolhi tratar de duas músicas: “Terra Roxa” e “Geada no Paraná”. Ambas foram gravadas originalmente em discos de 78 rotações. “Terra Roxa”, segundo a filha de Tião Carreiro, foi um dos maiores sucessos da dupla “Tião Carreiro e Pardinho”. Já “Geada no Paraná” teve uma trajetória mais marginal: embora tenha sido gravada quase simultaneamente com “Terra Roxa”, nota-se que sua recepção foi secundá-

ria com base no fato de ela não aparecer mais em nenhum outro disco da dupla ocorrendo exatamente o contrário com a música “Terra Roxa”, que se encontra presente nos discos (em vinil) de 1962, 1978, 1981, sem contar as coletâneas póstumas ao falecimento dos intérpretes.

Durante a presente pesquisa, procurei levantar informações que indicassem quantitativamente o sucesso dessas canções. No entanto, os dados sobre as pesquisas realizadas pelo IBOPE, disponíveis no arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP, não tratam nem do período em questão e nem desse tipo de música. Assim, somente um trabalho posterior de história oral poderá reconstituir o sucesso e recepção dessas e de outras músicas famosas da dupla “Tião Carreiro e Pardinho”.

A razão da escolha de “Terra Roxa” e de “Geada no Paraná” deve-se ao fato delas terem um mesmo tema em comum: a agricultura cafeeira do Estado do Paraná e a relação dos camponeses com ela. Começarei analisando a letra da “Geada do Paraná”, já que, das duas canções escolhidas, esta é a menos conhecida.

Geada do Paraná

“Geada do Paraná” foi gravada originalmente num disco de 78 rpm, de 1963, e depois apareceu num disco de vinil, de 1964, intitulado “Linha de Frente”. Essas foram as únicas gravações que a dupla fez desta canção, cuja letra começa da seguinte maneira:

“Paraná, celeiro do café
 pelo teu glorioso passado
 aqui vai a mensagem de fé
 desta viola que chora o teu triste fado
 Sou caboclo que vê com tristeza,
 \ teu café pela geada queimado
 mas que sabe que teu povo forte,
 nem diante da morte
 se vê derrotado

Paraná, tens um rico tesouro
 terra roxa, pura massapé
 será sempre o filão de ouro que
 fez enxadeiros virar coroné”

Como se vê, logo nos primeiros versos, o tema da canção é o Estado do Paraná como “celeiro do café”, ou seja, enquanto grande produtor de café, mas que, no período, vivia um difícil momento devido à geada.

Ainda sobre o Paraná, a música diz que, além de ser, no presente, um “filão de ouro”, isto é, uma fonte de riqueza nacional, ainda possuía um “glorioso passado”, no qual sua “terra roxa, pura massapé (...) fez enxadeiros

virar coroné”, ou seja, fez trabalhadores rurais comuns alcançarem riqueza semelhante à de um grande proprietário de terras. A canção continua, então, dizendo que:

“Aconteça o que acontecer
 \ o remédio é enfrentar a maré
 porque eu sei que do paranaense,
 se perde ou se vence,
 está sempre de pé

Com Ney Braga e Nelson Maculan,
 patriotas em leis entendidos
 tu verás um novo amanhã
 com teus cafezais novamente floridos

Deus é pai e não é padrasto,
 \ enfrentemos a luta unidos
 teu progresso não pode parar,
 temos que levantar
 o gigante ferido.”

Nesta segunda parte, como se vê, a tarefa de recuperação dos cafezais encontra-se ligada à religiosidade (“Deus é pai e não é padrasto”), ao progresso (“teu progresso não pode parar”) e à perseverança no trabalho (“o paranaense ... está sempre de pé”).

No entanto, para a presente análise o que é interessante, além da recorrência do tema dos cafezais, é o nome de Ney Braga que, a propósito, foi um “personagem da vida real”, tendo sido prefeito de Curitiba, deputado federal, governador do Paraná e, entre 1965 e 1966, ministro da agricultura. Além disso, ele foi também o criador da CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento do Paraná), cujas pesquisas, segundo Nadir Aparecida Cancian, tinham a finalidade de servir de roteiro à ação governamental (CANCIAN, 1981).

Além dele, Nelson Maculan também existiu na vida real, tendo sido, inclusive, o candidato a governador mais votado na região do Oeste do Paraná nas eleições de 1960 (MYSKIW, 2002, p.60). E quando a letra da canção diz que eles eram “patriotas em leis entendidos”, isto possivelmente tem como pano de fundo os esforços que o Estado do Paraná, sob governo de Ney Braga, fazia para o estabelecimento de uma legislação voltada para o atendimento das demandas populares de reforma agrária conforme menciona Antonio Marcos Miskiw:

Ney Braga e sua equipe de Governo buscavam estabelecer um certo equilíbrio de forças no Poder Legislativo (via influência sobre a máquina do Poder Executivo), visto que a bancada do seu partido (PDC) era pequena. Ao apresentar o “Estatuto de Uso da Terra”, tentava, en-

tre outras coisas, atrair para si membros de outros partidos políticos, notadamente membros do PTB (ala sindicalista) e do PCB (que atuavam clandestinamente) e, atrair, via discurso, o apoio de lideranças de vários movimentos sociais localizados no meio rural, tendo em vista que o PDC praticamente não havia conseguido penetração política, quando da realização de eleições, no ano de 1960. Na região Oeste do Paraná, o candidato a governador mais votado foi Nelson Maculan (PTB), enquanto que no restante do Estado, Ney Braga liderou a votação. (MYSKIW, 2002, p.60) (grifo nosso)

Ao destacar a perseverança do trabalhador rural, a ajuda providencial de Deus e, sobretudo, o apoio desses políticos no processo de superação da crise, a música tinha o claro interesse de dar ânimo aos camponeses do Estado do Paraná que sofriam o prejuízo na colheita do café por consequência da geada. E a referência ao potencial apoio dos políticos paranaenses era um reforço extra à exortação.

Encerremos, então, a análise da presente canção retomando a sua última e terceira parte que, diga-se de passagem, recebeu esta subdivisão apenas para fins de análise, não fazendo parte, assim, da sua estrutura originária.

“Paraná, vejo em teu semblante
que o luto cobriu tuas pagas
não há mais o café verdejante
que o nosso Brasil pelo mundo consagra

Não lamente a sorte, irmãos,
\ que a tristeza em breve se apaga
pois jamais ficará abandonado
quem tem ao seu lado,
homem igual a Ney Braga.”

Neste trecho, portanto, nota-se, mais uma vez, a referência ao café prejudicado pelos efeitos da geada e as palavras de conforto e consolo baseadas na “proteção” de Ney Braga – o então governador do Estado do Paraná entre 1961 e 1965, época em que a canção foi gravada.

Terra Roxa

A música “Geada do Paraná”, que foi foco de análise até aqui, dizia que o Paraná tem um rico tesouro: sua “terra roxa (...) que fez enxadeiros virar coroné”. Este tema volta a aparecer na música que pretendo me ocupar agora: “Terra Roxa”, a qual se inicia com os seguintes versos:

“Um grã-fino num carro de luxo
parou em frente de um restaurante
faz favor de trocar mil cruzeiro
afobado ele disse para o negociante

Me desculpe que eu não tenho troco
mas aí tem freguês importante
o grã-fino foi de mesa em mesa
e por uma delas passou por diante

Por ver um preto que estava almoçando
num traje esquisito num tipo de andante
sei dizer que o tal mil cruzeiro
ali era dinheiro pr'aqueles viajantes, ai, ai..."

A história narrada pela canção mostra-se, então, corriqueira neste início. Alguém, cuja riqueza é expressa pelo carro de luxo que possui, estaciona em frente a um restaurante com o objetivo de apenas rapidamente trocar, em miúdos, uma nota alta. Como o dono não possui trocado, este sugere ao rico que pergunte aos que estão presentes. E assim ele o faz excluindo, porém, um negro, cujas vestimentas indicavam ser um "andante".

E embora não seja possível, aqui, precisar o significado contextual de "andante" - como aquele que viaja a pé ou a cavalo, talvez em oposição ao rico que viaja num carro de luxo -, o que parece determinante para a trama da narrativa é a representação simbólica das suas roupas que atestavam sua pobreza, conforme explicitado pela música, segundo a voz do "grã-fino".

"Negociante falou pro grã-fino
Esse preto eu já vi tem trocado
O grã-fino sorriu com desprezo
o senhor não tá vendo
que é um pobre coitado

Com a roupa toda amarrotada
e o jeito de muito acanhado
se esse cara for alguém na vida
então eu serei presidente do Estado

Deste mato ai não sai coelho
e para o senhor fica o meu muito obrigado
perguntar se esse preto tem troco
é deixar o caboclo muito envergonhado, ai, ai,"

Como se vê, apesar da afirmação do dono do restaurante de que o preto possivelmente teria dinheiro suficiente para trocar, em miúdos, a nota de "mil cruzeiros" do "grã-fino", este se convence de que se trata de um "pobre coitado". Julgamento este realizado com base na observação do seu modo de vestir, "uma roupa toda esfarrapada", e pela sua postura de "muito acanhado". Contudo, nos versos seguintes, o "preto" ganha voz, gerando, assim, uma mudança na narrativa:

“Nisso o preto que ouviu a conversa
chamou o moço com modo educado
arrancou da gúaiaca um pacote
com mais de umas cem
flor de abóbora embolado

Uma a uma jogou sobre a mesa
me desculpe não lhe ter trocado
o grã-fino sorriu amarelo
na certa o senhor deve ser deputado

Pela cor vermelha dessas notas
parece dinheiro que estava enterrado
disse o preto: não arregalha o olho
é apenas o rastolho
do que eu tenho empatado, ai, ai...”

O moço rico, portanto, já tinha se decidido a ir embora do restaurante sem ter seu dinheiro trocado quando, então, o “preto” o chama de modo educado e, como que para provar que possui um “lugar social” não sendo meramente um “pobre coitado”, lhe mostra que dinheiro, o instrumento de valor em questão, ele também tinha. No entanto, ao ver o dinheiro sujo de terra, o rico diz que “parece dinheiro que estava enterrado” sugerindo, conforme se verá pela continuidade da canção, um interesse pela sua origem:

“Estas nota vermelha de terra
é de terra pura massapé
foi aonde eu plantei há sete anos
duzentos e oitenta mil pés de café

essa terra que a água não lava
que sustenta o Brasil de pé
você lesltando montado nos cobre
nunca falta amigo e algumas muié

É com elas que nós importamos
os tais Cadillac, Ford e Chevrolet
pra depois os mocinhos grã-fino
andar se exibindo que nem coroné, ai, ai...”

Assim como aconteceu na música “Geada no Paraná”, nota-se aqui a presença do “massapé” como qualificativo da “terra roxa” do Paraná. Observa-se ainda a mesma referência a esta produção cafeeira como sendo a fonte de riqueza nacional: “que sustenta o Brasil de pé”.

De fato, em 1960, o Estado do Paraná chegou ser responsável por quase um terço da produção mundial de café e metade do total brasileiro (CANCIAN, 1981, p.122). Porém, mais interessante do que o local de origem

da riqueza do “preto” é a maneira como ele diz tê-la obtido: “foi aonde eu plantei há sete anos duzentos e oitenta mil pés de café”.

No próximo trecho da canção, que citarei a seguir, fica mais claro que esses “duzentos e oitenta mil pés de café” foram plantados pelo próprio “preto”, o que tem um significado muito importante para a compreensão do debate que está em jogo aqui: o estilo de vida do homem do campo, que trabalha na enxada para conseguir seu sustento e riqueza, e o “grã-fino” que obtém dinheiro de maneira diferente e tem relações pessoais (amigos e mulher), segundo a argumentação do “preto”, compradas juntamente com os carros importados.

Ao definir, então, esta distinção de “estilos de vida”, o personagem do “preto” está dizendo ao “grã-fino” que a ostentação não é sinônimo de riqueza e que, portanto, não se pode julgar segundo as aparências. Conhecido do erro que cometera, o “grã-fino”, então, pergunta pela fonte desta riqueza sugerindo, assim, seu interesse num possível empreendimento. A resposta do “preto”, porém, deixa claro que o empreendimento requer uma qualidade que ele (“grã-fino”) não possui: a destreza na enxada.

“O grã-fino pediu mil desculpas
rematou meio desenxabido
gostaria de arriscar a sorte
onde está este imenso tesouro escondido

Isso é fácil, respondeu o preto
se na enxada tu for sacudido
terra lá é a peso de ouro
e o seu futuro estará garantido

Essa terra é abençoada por Deus
não é propaganda, lá não fui nascido
É no Estado do Paraná
aonde que está meu ranchinho querido, ai, ai...”

Portanto, ao contrário da “Geada do Paraná” que menciona este Estado logo no primeiro verso da canção, “Terra Roxa” deixa para revelá-lo apenas no final. Porém, mais interessante que isso é a indicação do lugar onde o “preto” plantou a sua fonte de riqueza (“duzentos e oitenta mil pés de café”): num “ranchinho”, ou seja, numa pequena propriedade rural.

Essa particularidade, obter riqueza na “Terra Roxa” (o de ser “sacudido na enxada”), corresponde ao que realmente aconteceu na organização da economia cafeeira no Paraná, em que a produção foi realizada, em grande parte, a partir de pequenas propriedades rurais nas quais camponeses eram simultaneamente donos e trabalhadores da terra. Assunto sobre o qual me deterei a seguir.

Música e Sociedade

Conforme havia dito no início deste artigo, o objetivo da presente pesquisa é a de realizar um estudo da música caipira paulista com a finalidade de compreender de que maneira ela reflete as transformações ocorridas na sociedade e, particularmente, no estrato social que se constituía como sendo o seu principal público consumidor: o estrato social de origem rural e que, após o “êxodo rural brasileiro”, passou a viver na cidade.

Mas, como as letras das duas canções que foram aqui tratadas referem-se ao meio rural, isto é, às plantações de café do Paraná, pode, portanto, parecer uma incoerência ocupar-se de um tema rural enquanto que o objetivo da pesquisa se pauta pelo êxodo da população para as cidades. No entanto, como observou Eunice Durham no livro “A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo”, o desenvolvimento dessa economia cafeeira no Paraná é fruto justamente deste processo maior de migração, pois as pessoas que deixavam o campo não migravam somente para as cidades, mas também para novas zonas rurais:

As pessoas migram para as localidades onde tenham conterrâneos, amigos ou parentes: dirigem-se para as zonas rurais novas da cultura de café do norte do Paraná, para Mato Grosso ou Goiás, ou para as regiões urbanas (...) (DURHAM, 1984, p.134-5).

Além disso, conforme foi ressaltado pela autora, o processo de análise da migração para a cidade deve ser analisado não somente como um processo de urbanização como, também, de transformações que afetam também o campo:

Por isso mesmo, não definimos a migração rural-urbana como um fenômeno de “urbanização” em geral, isto é, como aquisição de modos de vida próprios de qualquer cidade, mas como um aspecto do processo de integração de contingentes populacionais crescentes a um sistema capitalista-industrial e que só pode ser entendida como parte de um conjunto de transformações que afetam, embora de modo desigual, tanto o campo quanto a cidade. (DURHAM, 1984, p.214).

Posto isto, devo retomar um dos pontos principais deste trabalho de análise da realidade social através das letras de músicas caipiras ou, para ser mais específico, de responder à questão se a narrativa dessas canções, quando elas se referem a camponeses que se tornaram proprietários de suas próprias terras de café, é verossímil.

Segundo Nadir Aparecida Cancian, isso aconteceu devido a uma legislação que “favorecia terras a baixo preço, largos prazos de pagamentos parcelados” (CANCIAN, 1981, p. 59). Além desse favorecimento à formação de pequenos proprietários, diz ainda a autora que, em algumas áreas, o

planejamento antecedeu à colonização, como foi o caso da região do Norte Novo de Londrina, onde:

(...) os lotes eram na maioria pequenos e médios e os pagamentos parcelados da terra permitiam que antigos colonos e pequenos lavradores se transformassem em proprietários. (CANCIAN, 1981, p.76)

Assim, parece verossímil a premissa cantada pelas canções. Resta, no entanto, saber se isto seria possível para os negros, já que este tipo racial é o protagonista da canção “Terra Roxa”. Sobre este ponto, Maria Isaura Pereira de Queiroz, num estudo que realizou sobre classes sociais no Brasil da década de sessenta e setenta, diz que

A segregação entre brancos e negros não existiu no Brasil e a ascensão social do negro não foi impossível, mas apenas mais difícil que a do branco pobre; o inédito continuou a ser seu motor primordial, o negro rico podendo chegar a uma certa posição social. (QUEIROZ, 1978, p.101)

Portanto, era também verossímil um negro camponês ocupar a posição em que está o protagonista da canção “Terra Roxa”, com a ressalva, entretanto, de que esta ascensão era sempre de alguns indivíduos e não de grupos ou da coletividade:

Afirmava-se que a ascensão sócio-econômica era possível para os negros sem se atentar que esta era uma ascensão de alguns indivíduos, mas não de grupos, nem de coletividades. A ascensão de uns poucos, ainda que raros, e sua integração em estratos ligeiramente mais elevados, mantinha nos demais a esperança de realizar a mesma façanha um dia, - esperança que minava as possíveis reivindicações coletivas. (QUEIROZ, 1978, p.241)

Por último, resta ainda tratar de uma questão: a oposição de estilos de vida entre o proprietário-camponês e o rico - o que farei a seguir.

O duelo ideológico

A oposição entre dois diferentes estilos de vida fica evidente na música, quando o negro expõe a ostentação do rico (que importa as mulheres e os carros de luxo) e a sua falta de aptidão para o trabalho (por não ser “sacudido” na enxada). Precisamente aqui reside um dos aspectos mais interessantes da canção “Terra Roxa”, pois se trata da oposição não somente de dois estilos de vida como também de dois projetos civilizatórios que estavam em questão no momento da transição social conforme destaca Maria Isaura Pereira de Queiroz:

Assim, enquanto numa perspectiva econômica, no Brasil do século XIX, o enriquecimento do meio rural concorria para o desenvolvimento do meio urbano, estabelecendo com este uma dialética da complementaridade - numa perspectiva cultural, o desenvolvimento

do meio urbano (graças ao meio rural) promovia a adoção de uma civilização oriunda do estrangeiro, que se opôs à nacional tradicional, desbancou-a e exilou-a para os confins do meio rural, numa dialética de oposições (...) (QUEIROZ, 1978, p.301)

Como se vê, nesta citação, o processo de urbanização do Brasil levou a uma “dialética de oposições” no plano cultural, cuja tendência civilizatória voltada para o “nacional tradicional” ficou mais ligada ao meio rural enquanto o urbano ficou com a tendência de adotar uma civilização “oriunda do estrangeiro”. É, portanto, nesta perspectiva que fica melhor compreendida a oposição que o “preto” da canção “Terra Roxa” faz ao “grã-fino” que importa os “tais Cadillac, Ford e Chevrolet” e as mulheres que, assim presumo, não necessariamente eram estrangeiras, mas, sim, adeptas desta tendência civilizatória.

Quanto à valorização do trabalho, advogado pelo “preto” da canção, Maria Isaura Pereira de Queiroz lembra que esta ética do trabalho não fazia parte dos valores próprios do surgimento do Brasil:

A sociedade agrária que se organizou pouco a pouco no país era dominada pela ânsia dos colonizadores de “fazer a América”, isto é, de enriquecer e de voltar para Portugal para ali gastar o dinheiro ganho, demonstrando o poder econômico recentemente conquistado. (...)

O desejo de fazer fortuna rapidamente aliava-se ao desprezo pelo trabalho cotidiano, considerando próprio de escravos. Encontram-se, assim, desde os primeiros documentos a idéia de que não é trabalhando obstinadamente que se faz fortuna; a sorte desempenha nisso importante papel. (...) Prova-se uma “vocação inata” para negócios quando se consegue ganhar muito dinheiro trabalhando o menos possível. (QUEIROZ, 1978, p.76)

Assim, embora essa oposição à civilização estrangeira, na época, estivesse vinculada ao meio rural brasileiro, essa ética do trabalho parece ter sua dívida com a ideologia norte-americana do *self-made man* e não propriamente com uma cultura essencialmente nacional ou luso-brasileira.

A título de hipótese, pode-se dizer que essa ideologia da valorização do trabalho talvez tenha sido disseminada pela primeira versão do “Jeca Tatu” (Urupês) de Monteiro Lobato, na qual o protagonista do romance seguia esse estilo norte-americano de empreendedorismo (FREDERICO, 1991, p.201). Além disso, Monteiro Lobato foi “o tradutor e divulgador dos livros de Henry Ford Brasil”. (FREDERICO, 1991, p.238)

Esta, a meu ver, pode ter sido uma influência ideológica forte para o compositor da música “Terra Roxa”, já que “Jeca Tatu” era também uma personagem rural. O livro que traz o personagem, como se sabe, teve uma tiragem extraordinária para a época, tornando-se o primeiro livro de ficção, no Brasil, a ter uma tiragem de 8.000 exemplares (FREDERICO, 1991,

p. 204-6), sendo que em 1923 já contava com 30.000 exemplares vendidos (PASSIANI, 2001, p.147). E, embora a música seja da década de sessenta, é possível afirmar, a título de hipótese para uma pesquisa futura, que a influência de Monteiro Lobato continuava presente.

De qualquer maneira, o *self-made man*, enquanto proposta ideológica para uma nova nacionalidade brasileira (do século XX), era algo que já estava presente no pensamento social brasileiro desde o final do século XIX, quando Oliveira Lima publicou suas impressões políticas e sociais sobre os Estados Unidos:

Em Lincoln já não temos um plantador criado na abundância; temos um self-made man, o filho de um dos pionners do Oeste, o rachador de lenha e barqueiro do Mississippi, o cidadão que antes de ser legislata foi operário, antes de governar o povo trabalhou com elle, enfim, o ideal obrigado de uma república. (LIMA, 1899, p. 15)

Encerrando esta análise, temos que o final da canção “Terra Roxa” sugere uma vitória triunfal do discurso do “preto” camponês em relação ao “grã-fino”. E, mesmo que este grã-fino possa, hipoteticamente, ter depois adquirido terras no Paraná contratando o trabalho de camponeses para realizar o trabalho, o fato é que, no contexto da canção, a vitória é da voz do camponês que conquistou sua independência e ascensão econômica à custa do próprio esforço. Conforme exposto, nos parágrafos anteriores, esta tendência civilizatória podia não corresponder a uma ideologia do trabalho originariamente brasileira, mas, pela sua oposição à tendência estrangeira, parecia ser a tendência nacional da época, indicando, assim, uma das adequações que ocorria no plano dos valores, junto ao caipira, nesse momento de transformação social.

Considerações Finais

Conforme se pôde constatar, as músicas analisadas apresentam um cenário que corresponde à realidade da época e, em especial, às transformações sociais conseqüentes do processo do êxodo rural brasileiro.

Procurei aqui mostrar como que, segundo a sugestão de Antônio Cândido, é possível compreender essas transformações sociais a partir da análise da música caipira paulista. Proposta esta que pretende ocupar uma lacuna observada por Maria Isaura Pereira de Queiroz:

Pois não deixa de ser verdade que, seja no meio brasileiro, seja nos estudos sociológicos em geral, a Sociologia Econômica, ou os trabalhos de pesquisa na perspectiva do desenvolvimento são hoje muito mais abundantes, sem nenhuma comparação, do que os trabalhos de pesquisa ligados a uma Sociologia da Cultura. (QUEIROZ, 1978, p.302)

No meu trabalho de pesquisa bibliográfica, que realizo em paralelo com a análise das letras de músicas caipiras, não consegui ainda fazer um

levantamento para ver em que medida esta observação da autora foi superada ao longo do tempo. De qualquer maneira, é nesta linha que o presente trabalho pretendeu realizar sua modesta colaboração.

Não tratei aqui do aspecto conceitual da música caipira em oposição, por exemplo, à música sertaneja, como já fizeram outros autores (CALDAS, 1977), pois o assunto ocuparia o espaço que, para o momento, me era necessário para apresentar o resultado desta pesquisa. Deixo, portanto, a tarefa para uma oportunidade futura, fazendo apenas menção ao fato que não desconheço a bibliografia existente, pois apenas fiz uma escolha coerente com o objetivo de análise que, aqui, independe da correta classificação (caipira ou sertaneja) deste tipo de música tradicional paulista.

De qualquer maneira, este não pretende ser um trabalho definitivo sobre o tema aqui colocado. Ao contrário, trata-se do fundamento de algumas hipóteses que ainda devem ser testadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa em questão. †

Referências Bibliográficas

CALDAS, Waldenyr. *Acorde na aurora: música sertaneja e indústria cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafeicultura paranaense, 1900-1970*. Curitiba: RAFFAPAR, 1981.

CANDIDO, Antonio. "Cururu". In: *Remate de Males*. Revista do Departamento de Teoria Literária, IEL/UNICAMP. Número especial: Antonio Candido. Campinas, 1999.

_____. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 4ª. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

DURHAM, Eunice R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros-USP, 1969.

FREDERICO, Enid Yatsuda. *Caipira à sombra do café: um estudo sobre o regionalismo paulista*. São Paulo. Tese da FFLCH/USP, 1991.

GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. Trad. Luiz Fernando Carodo, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIMA, Oliveira. *Nos Estados Unidos: Impressões Políticas e Sociais*. Leipzig: F.A. Brochhaus, 1899.

MYSKIW, Antonio Marcos. *Colonos, Posseiros e Grileiros: Conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66)*. Niterói/RJ. Dissertação de Mestrado em História Social da UFF/UNIOESTE, 2002.

NEPOMUCENO, Rosa. *Música caipira: roça ao rodeio*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

PASSIANI, Enio. *Na Trilha do Jeca: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil*. São Paulo. Dissertação de mestrado em Sociologia, USP, 2001

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil (ensaios)*. São Paulo: EDUSP, 1978

SANTOS, Fábio Muruci dos. *A querela dos heróis: liderança política e ethos americano em Oliveira Lima e José Enrique Rodó*. São Paulo, História, 22 (2), p. 79-98, 2003.

—PERFORMANCE E OBJETO BIOGRÁFICO:— —QUESTÕES PARA A HISTÓRIA ORAL DE VIDA—

JUNIELE RABÊLO DE ALMEIDA
DOUTORANDA - HISTÓRIA SOCIAL - FFLCH-USP

MARIA APARECIDA BLAZ VASQUES AMORIM
MESTRANDA - HISTÓRIA SOCIAL - FFLCH-USP

XÊNIA DE CASTRO BARBOSA
MESTRANDA - HISTÓRIA SOCIAL - FFLCH-USP

RESUMO: Este artigo investiga o valor dos objetos biográficos e das performances narrativas na construção da “história oral de vida”. Para tanto, pretende-se destacar os procedimentos da história oral que valorizam, em um espaço de subjetividade, as narrativas e as experiências do colaborador. Cabe, assim, maior atenção aos objetos biográficos enquanto catalisadores dos aspectos performáticos que compõem o fato comunicativo, considerando as construções/criações desenvolvidas no tempo presente.

PALAVRAS-CHAVE: Objeto biográfico; Performance narrativa; História oral de vida

ABSTRACT: This article investigates the value of biographical objects and narrative performances in the construction of the “oral history of life”. In this way, we intend to highlight the procedures of oral history, the ones that valorize, in a place of subjectivity, the collaborator’s narratives and experiences. A better attention therefore is given to the biographical objects while catalysts of the performatic aspects which compose the communicative fact, considering the constructions/creations developed in the present time.

KEYWORDS: Biographical object; Narrative performances; Oral history of life

O presente texto é resultado de leituras e reflexões realizadas no Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-USP), sob a coordenação do Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy, durante o primeiro semestre deste ano. Apresentam-se questões já problematizadas por outras disciplinas, como a dos “objetos biográficos” pela Antropologia e Etnologia, e a “performance”, tratada pela Semiótica e pelos Estudos Literários, observando-as para os estudos referentes à história oral de vida.

Experiências, impressões, sentimentos e sonhos... Expressões dinâmicas e abrangentes do vivido compõem a chamada história oral de vida. Por meio de narrativas pessoais, como sugere Meihy (1996), o colaborador¹ disserta o mais livremente possível, segundo sua vontade e condições no tempo presente. Nesse processo o objeto biográfico pode, muitas vezes, estimular a performance do narrador. As primeiras pesquisas em história oral, partindo dos objetos biográficos dos colaboradores, apresentam novas formas de subjetividade capazes de potencializar os aspectos performáticos que compõem o fato comunicativo. Evidenciam-se, assim, novos desafios no procedimento da história oral².

Os objetos biográficos são construções do mundo material sobre as quais são projetadas experiências de vida do seu possuidor. Como fonte de descobertas, o objeto biográfico ancora memórias e representações. O significado biográfico dado ao objeto é efetivado na presença constante deste elemento material na vida de seus proprietários. Pessoas e coisas não existem de forma separada. Os objetos biográficos contemplam significados simbólicos e idiossincráticos: “contam” a história de seus donos.

Janet Hoskins (1998), antropóloga vinculada à Universidade da Califórnia, apresenta em seu livro *Biographical objects: how things tell stories of people's lives* a importância do objeto biográfico enquanto expressão e instrumento de memória. Tal obra indica o recente interesse teórico das ciências humanas pelas narrativas pessoais, ao discutir elementos da cultura do povoado de Kodi (localizado na costa sudoeste da ilha de Sumba – Indonésia), ressaltando a relação desse povo com determinados objetos, denominados biográficos, por permitirem conhecer a história de vida de seus possuidores. Em especial, no capítulo intitulado *The betel bag: a sack for souls and stories*, a autora analisa o relacionamento do senhor Maru Daku com a sua inseparável “bolsa de betel”, evidenciando singularidades históricas que conectam presente e passado em um rico processo de iden-

1. “Motivo central que identifica a reunião de pessoas com determinantes características afins”. (MEIHY, 1996, p. 260).

2. São operações práticas necessárias ao projeto de história oral: elaboração do projeto; gravação das entrevistas a partir da rede estabelecida; produção dos textos - confecção do documento escrito; eventual análise; devolução pública dos resultados.

tificação.

A “bolsa de betel” representada por Hoskins (1998) como “um saco para almas e histórias” foi utilizada como pivô para incentivar a narrativa das experiências de vida do senhor Maru Daku. Este objeto doméstico, uma pequena bolsa de tecido usualmente levada no ombro, presente no cotidiano dos homens e mulheres da Vila do Kodi, guarda um conteúdo cuidadosamente preparado: o betel - uma pimenta cuja folha tem propriedades adstringentes - envolve a noz de areca - semente da *Areca Catechu*, conhecida como palmeira de betel - para formar uma pastilha elástica, uma goma estimulante que é mastigada e armazenada: “Maru Daku juntou sementes e histórias em um pequeno saco de tecidos que ele levava ao longo de sua vida” (HOSKINS, 1998, p. 26).

O senhor Maru Daku usou a “bolsa de betel” como uma metáfora das suas experiências. O objeto biográfico sugestionou suas recordações ancestrais mediando novas percepções. O significado dado por Maru Daku à “bolsa de betel” foi evidenciado em três momentos da sua narrativa que apontou a transmissão de conhecimento por gerações: recordações do seu avô, do seu irmão e do seu filho favorito. A “bolsa de betel” mediou relações, e até substituiu pessoas, sendo sepultada no lugar do seu dono (indicando que ele estava “socialmente morto”, apartado do convívio social). O objeto biográfico é depósito de crenças, rituais e experiências pessoais e coletivas, apontando, assim, uma dupla característica: é um objeto intensamente pessoal e intensamente social.

Integrando a apresentação narrativa do “eu”, o objeto biográfico não significa por si, mas por agregar uma gama de experiências. As pessoas se relacionam com tais objetos, seja de forma empática, animista ou refletindo “mal-estar” em relação a eles. De qualquer forma, torna-se possível uma leitura dos reflexos dos objetos biográficos nas histórias de vida de quem os possui, seja porque estiveram presentes em momentos importantes de sua vida ou porque foram eleitos por identificações posteriores que possuem um sentido subjetivo.

Ultrapassando gerações, o objeto biográfico permite o contato com o passado, representando experiências vividas. O objeto interessa, no seu valor inestimável, como instrumento de registro dos momentos considerados significativos para a construção de histórias de vida. Suscitando um posicionamento reflexivo do colaborador, o objeto biográfico facilita a elaboração de narrativas por meio da atribuição de sentidos a cada um de seus detalhes³.

3. MORIN, Violet. “El objeto biográfico”. In: *Los objetos*. Buenos Aires: Tiem-contemporáneo, Biblioteca de Ciencias Sociales, 1971.

Com seu valor e significado cultural específicos, objetos biográficos resguardam lembranças que poderiam desaparecer. Como exemplos de trabalhos que utilizaram objetos biográficos para potencialização de performances, destacam-se⁴: Sonia Novinski (2001) ao evidenciar a importância de moedas que estavam em uma família (de um clã judaico no Brasil) há muitas gerações; Ana Paula Peters (2005) em seu trabalho *De ouvido no rádio: os programas de auditório e choro em Curitiba*, que apresenta entrevistas com colaboradores no Museu do Rádio de Curitiba, tomando os discos, os quadros e os cenários como objetos biográficos; e John Kotre (1997), que em seu livro *Luvas Brancas* afirma “existe um par de luvas brancas que vive em minha memória”, discorrendo, assim, sobre a importância de um par de luvas brancas para a reconstrução da sua própria história⁵. As luvas brancas de pele que seu avô usava para tocar clarinete em seu país de origem, a Hungria, suscitaram as memórias de Kotre. Nos Estados Unidos, país para onde os familiares de Kotre imigraram, o avô se torna trabalhador da indústria e as luvas são esquecidas: o reencontro com esse objeto biográfico desencadeou importantes memórias familiares. (KOTRE, 1997, p. 5).

Tais exemplos revelam a importância do objeto biográfico na vida de cada sujeito, mormente nesses tempos em que tudo é muito passageiro apontando aspectos de uma modernidade líquida⁶ caracterizada pela instabilidade, insegurança e fluidez. Em meio às velozes mudanças da sociedade, adquirem-se apenas objetos práticos e descartáveis para usar e jogar fora. Por conseguinte, os objetos biográficos ganham maior relevância por proporcionar a sensação de pertencimento a uma comunidade, “um lugar cálido, confortável e aconchegante”. (BAUMAN, Z., 2003, p. 7).

Ao possibilitar a criação discursiva dos valores e práticas vivenciados, o objeto biográfico revela-se fundamental para a construção das performances narrativas dos colaboradores. Richard Bauman (1986), na obra *Story, performance, and event: contextual studies of oral narrative*, procura analisar essas performances identificando: os eventos rememorados nas narrativas (eventos narrados) e as situações em que as narrativas são elaboradas (eventos narrativos), demonstrando a relação entre a história, a performance e o evento.

4. NOVINSKI, Sonia Waingort. *As moedas errantes: narrativas de um clã judaico centenário*. Doutorado em História social. São Paulo: USP, 2001; PETERS, Ana Paula. *De ouvido no rádio: os programas de auditório e choro em Curitiba*. Mestrado em Sociologia. Curitiba: UFPR, 2005; KOTRE, John. *Luvas Brancas: como criamos a nós mesmos através da memória*. São Paulo: Mandarin, 1997.

5. “Só o objeto biográfico é insubstituível: as coisas que envelhecem conosco nos dão a pacífica sensação de continuidade” (BOSI, 2003, p. 26).

6. BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Enquanto manifestação da competência comunicativa do sujeito histórico, a performance narrativa evoca a valorização da linguagem desenvolvida pelo colaborador, descortinando, assim, um caminho privilegiado para efetivação da história oral de vida proposta por Meihy (1996). Em colaboração, o pesquisador examina a construção discursiva emergente na performance que traduz memórias, intenções e imaginação.

Bressalta-se, porém, que o narrador pode ou não intensificar a experiência através da performance narrativa. Richard Bauman (1986) chama de contextualização a análise do momento histórico da narrativa. Assim, as performances narrativas aparecem como momentos contextualizados de reflexão, envolvendo experiências de eventos passados na construção do tempo presente. Abarcando a dimensão temporal da experiência, a narração impõe significados às memórias múltiplas e fragmentadas. Deve-se, então, considerar a versão oferecida pelo narrador como parte de um contexto histórico.

As narrativas orais proporcionam um foco especialmente rico para a investigação, pois estão duplamente ancoradas em eventos humanos: a narrativa conta um evento e é um evento. A narrativa não é apenas contada, ela é apresentada, “performatizada”. A performance é compreendida por Richard Bauman como arte comunicativa que abrange a responsabilidade do narrador perante seus ouvintes, esclarecendo a forma como sua apresentação é conduzida por meio do seu conteúdo referencial. Cada performance é diferente e única, apresentando novos aspectos emergentes das circunstâncias distintivas dos eventos. Estes são acontecimentos, como uma festa, um ritual, uma feira, uma narrativa e neles, a performance é desenvolvida.

(...) os eventos podem ser definidos localmente, em termos de disposição, contexto institucional, princípio de ordenamento ou ocorrência e assim por diante, a estrutura dos eventos performáticos são produtos de uma relação sistêmica de inúmeros fatores, incluindo as identidades e papéis sociais dos participantes, as idéias mais expressivas empregadas na performance, a interação social do grupo, suas regras, normas, estratégias de performance e critérios para sua interpretação e avaliação e a seqüência de ações que fazem o cenário do evento. (BAUMAN, R., 1986, p. 3)⁷

A discussão sobre performance na entrevista de história oral de vida desafia a empreender “traduções” em termos: 1) interidiomáticos, no caso de pesquisa com povos indígenas que não se comunicam na língua portuguesa, ou de pesquisa com grupos sociais que estabeleceram outro código de comunicação, como traficantes, presidiários ou pessoas em situação

7. Tradução livre.

de marginalidade, como guerrilheiros, por exemplo, que temem ser ouvidos/descobertos pelos órgãos repressores; 2) intermediáticos, ou seja, na passagem da “mídia oral” para a escrita por meio da transcrição⁸. Nesta fase há um compromisso selado com as idéias expressadas pelo colaborador, com seus sentidos e lógicas discursivas que não se limitam apenas a uma preocupação com a literalidade das enunciações⁹.

Verifica-se aí um ponto central para reflexão: como transpor para o papel aquilo que é movimento, entonação, expressão corporal? Ou seja, a performance se refere de modo imediato a um acontecimento oral e gestual, e como resultado do processo de história oral tem-se o desafio da construção de um texto ou um conjunto de textos escritos.

A escrita tende a apagar a noção de oralidade e, nela, os gestos parecem não caber ou serem irrelevantes, já que possui outra lógica de expressão e significação. Porém, para Zumthor (2000), isso não é um condicionante absoluto, porque “a performance dá ao conhecimento do ouvinte-espectador uma situação de enunciação. A escrita tende a dissimulá-la, mas na medida do seu prazer, o leitor se empenha em restituí-la” (ZUMTHOR, 2000, p. 83). Cabe, dessa forma, manter presente ao longo do trabalho das entrevistas, a idéia de um corpo, o corpo do colaborador que media e possibilita a narração, que a encena e recria para contar sua história de vida, sem esquecer que esse corpo se liga a um espaço, a circunstâncias e a um contexto histórico específico que modelam essa apresentação. É possível sugerir, por palavras tonalizadas, essas ações e cenários, “teatralizar” ao longo do texto o momento sagrado do encontro e o desenrolar da trama. Essa é a parte que cabe ao oralista, a outra será feita pelo leitor, imaginante e interessado. Deste modo, os objetos biográficos merecem atenção do oralista, enquanto catalisadores das performances, considerando as construções/criações do colaborador.

Objetos biográficos são objetos de memória e esta, segundo Pollack (1989), é marcada pelo tempo presente em sua dinâmica social, revelando lembranças e esquecimentos em múltiplas dimensões. A história oral busca registrar a memória viva construindo uma imagem abrangente e dinâmica do vivido a partir de um processo de pesquisa¹⁰. Desta forma, de

8. Em Meihy (1991) a transcrição é entendida como a fase final do trabalho dos discursos na qual se teatraliza o que foi dito, recriando-se a atmosfera da entrevista, a fim de trazer ao leitor o mundo de sensações provocadas pelo contato. Evidentemente, isso não ocorreria reproduzindo-se o que foi dito palavra por palavra. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Canto de Morte Kaiowá: História Oral de Vida*. São Paulo: Loyola, 1991.

9. De acordo com Caldas (2001), o texto final - depois de ter passado por várias entrevistas, transcrições, controles de leitura e por todo o processo de formação textual - jamais poderia ter sido pronunciado daquela maneira final pelo interlocutor; no entanto cada palavra, cada frase, cada estrutura lhe pertence: ele não disse, mas somente ele poderia ter dito. CALDAS, Alberto Lins. *Nas águas do texto: palavra, experiência e leitura em história oral*. Porto Velho: Edufro, 2001.

acordo com Meihy, a entrevista sem projeto não é história oral:

História oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, com a conferência do depoimento, com a autorização para o uso, arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (MEIHY, 1996, p. 15).

As etapas de realização da história oral pretendem o respeito à narrativa autorizada pelo colaborador por meio da chamada “validação”. A “validação” enquanto recurso pressupõe a não existência de mentira em história oral. Narrativas pessoais, em um espaço de subjetividade, apontam características do colaborador evidenciando suas experiências pessoais na busca de revelar impressões e sentimentos.

A memória e a identidade são matérias-primas das narrativas em história oral. Merecem atenção destacada os projetos que visam formular políticas públicas favoráveis ao grupo colaborador da pesquisa em história oral, levando em conta sua singularidade, necessidades e a imagem que este grupo possui de si próprio. O oralista ao dialogar com seu colaborador acaba por comprometer-se com a memória de uma rede¹¹ ligada a uma colônia¹² que se define em uma comunidade de destino¹³. Na história oral, o narrador-colaborador relata suas experiências de vida em um diálogo com o oralista que assume a análise da entrevista em um processo de participação e inclusão social. Com os debates multidisciplinares fugindo ao exclusivismo dos pressupostos epistemológicos de cada matéria, as reflexões acerca da história oral avançaram.

Em história oral não existe “mentira” no sentido moral do termo. Toda mentira decorre de intenções a serem compreendidas. A construção narrativa (variação das versões) indica elementos da memória individual e da memória coletiva. A memória individual ganha sentido em história oral quando se insere no conjunto social das demais memórias. Enquanto suporte da história oral, as memórias são projetadas na imaginação e mate-

10. Para Ecléa Bosi (1994) lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, a nossa disposição. BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

11. “Subdivisão da colônia, segmento específico de um grupo com afinidades definidas pela comunidade de destino”. (MEIHY, 1996, p. 262).

12. “Coletividade ampla que tem uma comunidade de destino marcada”. (MEIHY, 1996, p. 260).

13. “Motivo central que identifica a reunião de pessoas com determinantes características afins”. (MEIHY, 1996, p. 260).

rializadas na representação verbal.

Memória e transmissão de experiências são faces diferentes de um único cristal que inclui a História. A memória é retenção do passado atualizado pelo tempo presente. Articula-se com a vida através da linguagem, que tem na narrativa uma de suas mais ricas expressões (...) a memória, além de incomensurável, é mutante e plena de significados de vida, que algumas vezes se confirmam e usualmente se renovam. (NEVES, 2006, p. 59).

Para além da compreensão das potencialidades e significados da memória em história oral, interessa ao estudo da performance as considerações sobre o silêncio na reconstrução de experiências memoradas¹⁴. Como entender o silêncio que permeia a performance? Existem várias formas de silêncio: o silêncio carregado de significados, o silêncio intervalo e estratégia de chamar a atenção do leitor. Silêncio não é a ausência da “palavra”, de linguagem, de sentido, mas é ele próprio linguagem que possibilita os sentidos. Ele é relevante na prática da história oral por “significar”, e significar é relacionar-se com o texto, com o mundo e com as pessoas. Percebe-se, assim, a riqueza das performances: o presente ativa as verdades do medo, do sonho, da intenção e do plausível no curso do tempo em meio às “tramas biográficas”¹⁵.

Considerando a versão oferecida pelo narrador, a história oral de vida pode revelar ou ocultar casos, situações e pessoas. O oralista, ao falar o menos possível e “performatizar” uma postura atenciosa que estimule o diálogo com seu colaborador, acaba por ampliar seu campo sensorial, valorizando, no momento empírico da entrevista, os espaços, objetos e ações que a constituem. O estudo dos objetos biográficos enquanto catalisadores das performances narrativas desenvolvidas no tempo presente apontam novos horizontes para a produção de histórias de vida resultantes de encontros entre narradores e oralistas. †

Referências Bibliográficas

108

BAUMAN, Richard. *Story, performance, and event: contextual studies of oral narrative*. Cambridge: University Press, 1986.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

14. ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *As Formas do Silêncio*. Campinas: UNICAMP, 1992.

15. Beatriz Sarlo (2007) sugere o estudo das narrativas enquanto “tramas biográficas”. SARLO, Beatriz. *Tempo passado, cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *O tempo vivido da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CALDAS, Alberto Lins. *Nas águas do texto: palavra, experiência e leitura em história oral*. Porto Velho: Edufro, 2001.

HOSKINS, Janet. *Biographical Objects: How Things Tell Stories of People's Lives*. New York, Londres: Routledge, 1998.

KOTRE, John. *Luvas Brancas: como criamos a nós mesmos através da memória*. São Paulo: Mandarim, 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Canto de Morte Kaiowá: História Oral de Vida*. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

MORIN, Violet. "El objeto biográfico". In: *Los objetos*. Buenos Aires: Tiem-contemporáneo, Biblioteca de Ciencias Sociales, 1971.

NEVES, Lucília de Almeida. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

NOVINSKI, Sonia Waingort. *As moedas errantes: narrativas de um clã judaico centenário*. Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2001.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *As Formas do Silêncio*. Campinas: UNICAMP, 1992.

PETERS, Ana Paula. *De ouvido no rádio: os programas de auditório e choro em Curitiba*. Mestrado em Sociologia. Curitiba: UFPR, 2005.

POLLACK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ZUNTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. São Paulo: EDUC, 2000.

—————**APETRECHOS DA MEMÓRIA:**—————
-OS OBJETOS COMO PARTE DA CONSTRUÇÃO DE-
—————ESPAÇOS MATERIAIS E SIMBÓLICOS NAS—————
—VIVÊNCIAS E LEMBRANÇAS DE LAVRADORES—

VALÉRIA LUCAS FILGUEIRAS
MESTRE EM HISTÓRIA - UFMT

RESUMO: No ocidente contemporâneo os objetos têm assumido uma perspectiva econômica, destinados à satisfação de necessidades materiais. Contudo, nos relatos de lavradores (as) do município de Rondonópolis é possível descobrir outras práticas e apropriações simbólicas que são construídas incorporando os objetos ao seu possuidor como parte de suas lutas pessoais e de suas técnicas de trabalho. Na vida de lavradores sem terra os seus bens são voltados ao trabalho cotidiano, não à prosperidade patrimonial. Revelando as constantes mudanças em busca da terra, as narrativas estão povoadas de coisas perdidas, deixadas nas veredas de vidas errantes. A mobilidade é condição desagregadora da memória quando, no percurso da vida, são deixados os objetos que se constituem um elo familiar com o passado, uma experiência de vida insubstituível.

PALAVRAS-CHAVE: Objetos; Lavradores; Memória

ABSTRACT: In the contemporary occident the objects have assumed an economic perspective, destined to the satisfaction of material needs. However, in the reports of farmers from the municipal district of Rondonópolis is possible to discover other practices and symbolic appropriations which are built incorporating the objects to their owner as a part of his personal conflicts and work techniques. In landless farmers' lives their goods are oriented to the daily work, not to the patrimonial wealth. Disclosing the constant changes in pursuit of land, the narratives are filled of lost things, left in errant lives' trails. The mobility is a shatter condition of the memory when, in life's trajectory, the objects which compose a familiar connection with the past are left, an irreplaceable life experience.

KEYWORDS: Objects; Farmers; Memory

Este texto é parte da dissertação de mestrado intitulada “Mudanças na vida rural: práticas e relatos de fazendeiros e lavradores – Boa Vista – MT (1960-1995)”, o objetivo da pesquisa foi analisar como os moradores do distrito de Boa Vista – fazendeiros e lavradores (as)¹ – interpretaram, vivenciaram e narram as mudanças do rural. As mudanças significativas se deram a perceber na vida destes personagens no cotidiano. Foi no cotidiano que homens e mulheres viajaram entre espaços materiais e espaços simbólicos. Por meio dessas relações, o invisível se tornou visível. Segundo Michel de Certeau:

O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, à vezes velada. Não se deve esquecer esse “mundo memória”, segundo a expressão de Peguy. É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, dos prazeres. (CERTEAU, 1996, p. 31)

A memória individual de cada entrevistado faz parte de uma multiplicidade de memórias fragmentadas que possibilitarão o acesso à memória coletiva.

Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada. (PORTELLI, 2002, p. 127)

O cenário geográfico em que se assentam as lembranças dos fazendeiros e lavradores (as) se localiza na parte norte do município de Rondonópolis que possui área total de 4685 Km², situado na região sudeste do Estado de Mato Grosso.

A escolha dos entrevistados não se pautou por critérios quantitativos, mas qualitativos. Usando as palavras de Verena Alberti, “a seleção dos entrevistados foi realizada entre aqueles que viveram, presenciaram as situações ligadas ao tema e que podiam fornecer depoimentos significativos” (ALBERTI, 2004, p. 32). Assim, foram selecionadas pessoas de diversas categorias sociais e trajetórias de vida, fazendeiros, lavradores (meeiros e arrendatários) e sítiantes que, no entanto, tinham em comum serem moradores do campo e sobreviverem da terra, especificamente da área em

1. Fazendeiro, proprietário ou “dono”, são os produtores rurais possuidores de terra, em média acima de 500 hectares, e criadores de gado. BRANDÃO, 1981, p. 07. “Lavrador será sempre considerado aqui o produtor rural através do trabalho direto, não proprietário de terras em chácaras e fazendas.” No caso específico de Rondonópolis esta categoria envolve o trabalhador rural meeiro e arrendatário. A flexão de gênero na categoria lavrador e ausente em fazendeiro se justifica porque as duas entrevistadas que se enquadram nesta categoria não se vêem como tal, mas apenas como “doméstica” ou “do lar”, caracterizando suas posições sociais de esposa e viúva. No entanto, as esposas dos lavradores entrevistados se identificam como (co) participantes do trabalho familiar, mesmo que expresso na categoria ajuda.

estudo, no período de tempo delimitado (1960-1995). Pela diversidade dos atores sociais, principais personagens da minha pesquisa, optei por fazer uma breve apresentação biográfica destes ao final do texto, no item “fontes orais”.

A transcrição das entrevistas foi um dos momentos mais difíceis de toda a pesquisa. Hesitei entre escrevê-las conforme o padrão ortográfico e tentar inscrever a sonoridade do falar. Optei pela última forma, ainda que correndo o risco de simplificar nas palavras a gestualidade e musicalidade que compõem a fala. Ou, no dizer de Ítalo Calvino:

De certo modo, acho que sempre escrevemos sobre algo que não conhecemos, escrevemos para dar ao mundo não-escrito uma oportunidade de expressar-se através de nós. Mas, no momento em que minha atenção vagueia da ordem estabelecida das linhas escritas para a complexidade mutável que nenhuma frase consegue apreender totalmente, chego quase a entender que além das palavras há algo que as palavras poderiam significar. (CALVINO, 2002, p. 147).

A fala escrita passa então a ser lida e por mais que eu tente traduzir a emoção, o ritmo e a sonoridade pelas frases escritas aos leitores, que não foram, como eu, também ouvintes, não irei conseguir, pois ler é um exercício de interpretação (CHARTIER, 1988) e “dizer”, como esclarece Fernando Pessoa (Bernardo Soares) “é algo criativo, que não obedece à gramática” (Apud ALBERTI, 2004a, p. 150).

Nestes relatos, que para muitos podem parecer truncados, aparecem expressões e termos cujos significados são compreendidos facilmente por pessoas do campo, porém de difícil entendimento nos meios letrados e urbanos. Estes termos apontam para o cotidiano e designam instrumentos e práticas de trabalho. Percebendo isso, resolvi fazer um glossário no final do texto, contendo essa linguagem partilhada por homens e mulheres que têm uma trajetória mais ou menos comum.

Os depoimentos não representam o retorno ao passado, mas sim o passado no presente. Nesse sentido, “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 1999, p. 55). Os lavradores não lembraram do passado “tal como foi”. Eles reconstruíram uma imagem do passado com as ferramentas de que dispõem no presente, pois a percepção dos acontecimentos, os juízos da realidade e de valor se alteraram com a vivência.

As falas fazem emergir diversos vestígios de lembranças: painéis de ferro, chapas de fogão, serras, foices, enxadas, machados, teares, fusos, cunhas, baús, cangalhas – verdadeiros registros das etapas da existência de uma vida mudada. São pequenas coisas colecionadas e guardadas para relembra-rem como eram as coisas “naquele tempo”, que nos apontam as mu-

danças.

O interessante é constatar que estes objetos e instrumentos guardados e só excepcionalmente trazidos a público são muito mais do que museus de lembranças. Para a pesquisa, são também documentos. Há um fator de interesse no uso de objetos e instrumentos: é através destes que se pretende reconstruir o cotidiano do espaço da roça e da casa, adentrando ao mundo da cultura material (Cf. PESES, 1988).

A casa é um ser de sensação, um conjunto de elementos materiais e simbólicos que emergem da *bricolage* de odores, sons, sentimentos, objetos, mobiliário e cômodos. Não é apenas a edificação, o conjunto arquitetônico, ainda que possa ser tomada como tal. A casa do campo, mas nunca a 'de' campo, se define pelo uso que os moradores fazem de seus espaços internos – os quartos, a sala e a cozinha – e os espaços externos: o quintal, o paiol, o chiqueiro, o curral, o forno caipira, a mina ou o córrego onde se lavam as roupas e se abastecem de água, o banheiro (local do banho) e o pomar.

Como se constrói uma casa? Eis a resposta obtida quando essa pergunta foi feita aos lavradores. Para evitar transcrever longos depoimentos “falo” por eles fazendo a síntese do que me explicaram em várias entrevistas:

“No tempo da lua minguante, corte a palha e a madeira que será usada na estrutura – “furquia” – e nas paredes – varas e baldrame. Risque no chão um grande retângulo dividido em quatro partes cada uma de 3x4m. Nos vértices do retângulo, com a cavadeira fure um buraco com 50cm de profundidade e finque uma forquilha de aproximadamente 2,5m de altura. Divida ao meio as laterais do retângulo e fure novamente quatro buracos, nas duas laterais maiores finque forquilhas de 2,5m, na lateral menor finque forquilhas de 4m. Sobre as forquilhas coloque madeira roliça e amarre-as com embira. Em um tronco grosso de madeira de boa qualidade – aroeira – usando o machado, faça uma cavidade em toda sua extensão e está pronto o baldrame. Agora é só colocá-lo no chão e encaixar as varas que serão amarradas umas às outras e na madeira sobre a forquilha até tampar todas as laterais. Não esqueça de deixar o vão da porta. Está pronta a estrutura da casa, agora é só cobrir.

Primeiro risque com facão as palhas da palmeira paralelamente ao talo, dobrado-as para que suas folhas fiquem sobrepostas; não risque todas, deixe algumas para o acabamento final. Amarre as palhas, bem próximas uma das outras, sobre a madeira que está presa às forquilhas, começando pela parte mais baixa até chegar à cumeeira. Agora é fazer o acabamento. Dobre as palhas que não foram riscadas e coloque-as sobre a cumeeira.

Está pronta a casa de “pau a pique”. Mas não é tudo, ainda é muito pouco.

Tome ainda uma porção de esterco fresco, “molinho”, misture com barro e sove bem com os pés. Jogue esta mistura do lado interno da casa nas paredes construídas com varas, cubra todos os espaços, alise com as mãos esta massa. Depois de seco o reboco da parede, escolha um saibro branco, acrescente água até formar um mingau, agora é só passar na parede: a casa ganha cor”.

O que acabo de descrever é o que vários dos entrevistados relataram. Porém, nem todas as casas eram assim, barreadas e de cor. Como falou Sr. Adecerino: “Ocê entrava lá dentro da casa assim, as parede tava tudo bonitinha. Mas isso aí num era todo mundo que fazia não, né. Muitos num caprichava, fazia mesmo de pau a pique, largava lá mesmo. Mas, nós sempre gostava de fazer assim”(OLIVEIRA, 2004: p. 34).

No relato, cada cômodo se edifica por meio de infinitas histórias. O casal D. Elvira e Sr. Adecerino lembra de como eram os quartos, associando-os com o frio.

Sr. Adecerino – Os quarto, o lugar de dormir, né, a gente passava lbarrol, ficava bonitinho.

D. Elvira – É ficava bonitinho lá dentro assim.

Sr. Adecerino – Tempo de frio, quase num dava frio lá dentro. Assim, porque ocê sabe, casa de pau a pique no tempo de frio vem aquele vento e passa quase de fora à fora. Ocê fazia aquilo ali lbarreaval ficava fechadinho, e tempo de frio ocê tava até bem, bem guardado, né.

D. Elvira – Bem quentinho né, pra num passá muito frio.

Para o Sr. Adecerino, e outros moradores de áreas rurais pelo Brasil, quarto também é designação que se atribui aos cômodos. Por isso, há uma necessidade de se distinguir no relato o espaço pela função: “o local de dormir”. Nota-se nesta fala que barrear as paredes não é uma questão apenas de capricho, mas também uma estratégia de aquecimento.

D. Vitelvina, em seu relato, descreve o quarto das três filhas, que surge associado a duas lembranças: o medo do ataque de onças e a cama de varas.

As três filhas minha dormia numa cama de jirau assim. Assim de jirau. E quando garota, um dia Nair varou a bunda assim e caiu no chão. Aí gritou: Mãe! Pai! Pio não tá aqui não. Pio era Nair, Pio não tá aqui não. Tava debaixo da cama dormindo rasgou as varas e caiu. E eu punha a cama dela assim na parede do meio, com medo de onça chegar e furar a parede e pegar elas. (BARBOSA, 2004b, p. 28)

O quarto era assim: paredes de pau a pique, camas de varas finas amarradas com cipó, que com o tempo se tornavam bambas deixando cair os corpos que amparava por entre os vãos de varas e colchão de palha. A

cama era erguida encostada às paredes internas, medo de onça, mas também medo de raptos de meninas-moças desabrochando para o amor.

Um quarto. Quatro paredes, uma porta, sem porta – vão de passagem – às vezes encoberta com um retângulo de chita. A cortina era o obstáculo contra olhares curiosos, fina barreira de privacidade. Os quartos – e principalmente o quarto do casal – é o lugar mais íntimo da casa. Este é provavelmente o motivo dos depoentes expressarem com poucas palavras este cômodo. José de Souza Martins lembra que em lugares sertanejos no Centro-Oeste o quarto do casal é “o lugar mais protegido e íntimo da casa” por isso são quase sempre cômodos sem janela.

Um cômodo escuro para evitar o olhar intruso dos visitantes que eventualmente se atrevam a mirar o interior do aposento, fato em si considerado ofensivo ao dono da casa. A escuridão da camarinha tem por objetivo proteger a intimidade do casal, escondendo do curioso objetos, panos manchados, coisas enfim que possam denunciar a intimidade, expô-la à curiosidade dos outros. Se é uma forma de decoro, como parece ser, é nesse contexto também uma forma de proteção contra o olhar perigoso de quem não tem relação de sangue com o casal e os membros da família, o mau-olhado. (MARTINS, 1998, p.698)

Pouca mobília, uma “cama jirau” e um arame esticado onde se guardam estendidas às roupas. Nos cantos, quando muito, algumas malas de papelão que guardavam as roupas finas – roupas com a qual se vestem quando saem da rotina diária do trabalho: festa, missa, cidade – e o enxoval do casamento. Malas que passavam no mesmo canto, três, quatro, dez anos... e ao mesmo tempo sempre prontas para partir. Para dar maior conforto ao corpo cansado do trabalho diário, um colchão, ninho de palha ou capim, lugar do descanso, da fecundação e da procriação. Como pássaros construtores de ninho, as mulheres confeccionam seus colchões, conforme falou D. Júlia “O colchão era feito com capim – capim que eles falava da várzea já era próprio – e muitas veis com palha de milho. Costurava ele, enchia de palha de milho, e aí trocava de vez em quando”. (FURTADO, 2004, p.06)

“Um dia as coisas melhoram”, sonhavam as lavradoras que desejavam ter uma cama de arame e um “guarda-roupa” ainda que de confecção simples, porém de madeira de boa qualidade – piúva ou cedro. D. Elvira acalentou este sonho, lembrando com tristeza da mobília que deixou para trás quando veio de Goiás para Mato Grosso:

Tinha os trens bem arrumadinho, os meninos tinha berço, tinha tudo, né. Vendeu tudo pra depois vim pra cá. Mudemo aqui pro Bero-aba aqui num tinha. Tudo era chulezinho mesmo, tudo era coisinha. Cama era as tarimba eles falava, tarimba. Fazia muita tarimba, nós

fazia colchão enchia de paia de milho, aqueles colchãozão alto assim... de paia. Aí que a gente foi ficando melhorzinho assim, comprava uma caminha de arame punha os colchão de capim e já tava bonitinho demais. (OLIVEIRA, 2004, p.40)

Na vida de lavradores sem terra, seus bens são os objetos voltados ao trabalho cotidiano. “Apetrechos de sobrevivência, opostos à terra bem de raiz, que dá sentido ao trabalho do homem do campo” (MARTINS, 1997, p. 32). Revelando as constantes mudanças em busca da terra, a fala de D. Elvira está povoada de coisas perdidas, deixadas nas veredas de sua vida errante. A mobilidade é condição desagregadora da memória quando, no percurso da vida e dos caminhos, são deixados os objetos que se constituem um elo familiar com o passado, uma experiência de vida insubstituível.

Daniel Roche (2000) descreve como a mobília expressa a riqueza, “simboliza o percurso da vida”, e aponta os objetos materiais como um meio de entender as relações físicas e afetivas que eles criam para além da simples materialidade de distinção social. Apesar de suas análises se situarem cronologicamente entre os séculos XVII e XIX, ligando-se à realidade francesa, há muita coisa parecida entre esta e o modo de vida de lavradores e fazendeiros de Boa Vista. Parecida, mas substancialmente diferente. Assim, a idéia estabelecida por Roche na qual “o mobiliário se classificava comodamente em relação às condições de vida no quadro familiar, quando cada móvel era útil, quando cada um tinha sua utilização própria e múltipla” (ROCHE, 2000, p.226) se encontra também entre lavradores e fazendeiros, porém mediada por outras relações sociais fundamentais, muito diferentes das relações sociais que permeavam tais concepções no passado distante. Portanto, a forma pode ser a mesma, mas o significado é, no geral, inteiramente outro.

No século XVIII, “o mobiliário era um capítulo considerável da despesa de prestígio; sob o impulso da cultura das aparências, afirmava um *status*, mas era também guiado pela busca da intimidade e do conforto” (ROCHE, 2000, p.224). Entre as famílias camponesas, o investimento era reduzido e o mobiliário pouco variado e tosco; contudo, tudo devia durar.

Nos tempos mais recentes, lavradores e fazendeiros pouco investiram na mobília. Os bancos eram tocos serrados nas próprias fazendas, como conta o Sr. José Antônio: “Eu conheci foi casa de fazendeiro que tinha desse toquinho pra gente sentá. Fazendeiro que tinha mil hectares de terra, mil e quinhentos hectares. Toco de pau, de traçador daquele de serrar assim... e fazia o toco de pau pra gente sentá, fazendeiro” (BARBOSA, 2004, p.24). Para o fazendeiro, a mobília não afirmava prestígio e *status*, pois era a terra que garantia essa situação. Entre os lavradores a mobília também não desempenhava nenhum papel social relevante. Todos os esforços eram

investidos na aquisição da terra, para somente depois passar a investir na casa e seu mobiliário, como narra D. Vitelvina: “Agora depois que a gente melhorou, que nós comprou terra, que melhorou de situação, eu mandei fazer uma mesona de piúva” (BARBOSA, 2004b, p.18).

Para Ecléa Bosi, há dois modelos básicos ou, idéias mestras, para análises do mobiliário e dos objetos no espaço privado: o *status* e os “objetos biográficos” (MORIM apud BOSI, 1994, p. 441). Enquanto signo de *status*, os objetos entram para a esfera da intimidade, para serem ostentados e tornados públicos. Estes “são objetos que a moda valoriza, não se enraízam nos interiores, têm garantia por um ano, não envelhecem com o dono, mas se deterioram” (BOSI, 1994, p. 441). Entretanto, os objetos biográficos dão a seus possuidores mais do que um sentimento estético e de utilidade. Eles são um elo com o passado, símbolos de um tempo vivido. “Só o objeto biográfico permanece com o usuário e é insubstituível. O que poderá igualar à companhia das coisas que envelhecem conosco? Elas nos dão a pacífica impressão de continuidade” (BOSI, 1994, p. 441). Tal como na fala de D. Vitelvina, que tem com móveis e objetos profundas relações de afeto.

Meu guarda-roupa eu mandei fazer. Tirou a madeira lá de casa, tirado com esse serrotão, um vai com o gurpeão, traçador e gurpeão, usa pra serrar tora no chão. Mandei fazer em 60. E nunca troquei meu guarda-roupa por um desses bacana aí. Pra quê? Minha cama também foi feita de madeira. Às vezes as meninas fala assim: Mãe vende esse guarda-roupa e compra um guarda-roupa bonito. Pra quê, eu quero guarda-roupa bonito? Eu quero guarda-roupa bom. Eu gosto de coisa boa. Não, esses pó-de-serra que a gente compra, ta logo debulhando. E eu quero isso? Por que eu quero isso? Meus trem é tudo coisa antiga, meu guarda-comida é antigo tem mais de vinte oito anos, minha geladeira tem trinta e dois anos, nunca troquei nada e nem vou trocar. (BARBOSA, 2004b, p.17)

Para D. Vitelvina, a idéia do móvel que se descarta é um desperdício desnecessário e cruel. Por isso, sua casa está cheia de móveis antigos e caixas de ferramentas, painéis de ferro, serras, foices, enxadas, cunhas e cangalha. São pequenas coisas colecionadas e guardadas. Todos esses objetos são preciosos, sagrados, não se vende nem se cede. Estes objetos e instrumentos conservados em armários e quartos – e só excepcionalmente trazidos a público – são muito mais do que museus de lembranças, pois, como afirma Bosi: “as coisas que modelamos durante anos resistiram a nós com sua alteridade e tomaram algo do que fomos” (BOSI, 2003, p. 27).

Observei em muitos dos entrevistados suas expressões se iluminarem – como crianças que abrem um presente – quando, orgulhosos, mostravam-me móveis, ferramentas e objetos que os acompanhavam por toda a vida, relíquias de família. A memória de D. Maria está marcada, também,

por objetos que envelheceram e estão na família desde a geração de seu pai. Emocionada, ela pede que eu desligue o gravador e fala que o banco de madeira maciça no qual estou sentada “era o único móvel da sala”, fabricado há muitos anos por seu pai. O banco possui pouco mais de dois metros de comprimento, quarenta centímetros de largura e uns dez centímetros de espessura. É de uma madeira clara, lisa e sem farpas.

A sala é o cômodo menos privado da casa. É o ambiente que comunica o exterior com o interior. É na sala que são recebidos os convidados que não são considerados próximos à família. Estando o pai em casa, a sala lhe pertence. É onde ele repousa – deitado em banco – ou se reúne com vizinhos ou parentes para conversar. A sala contém a roça, o mato, o campo, o pasto, mas também contém o comércio e a cidade. Neste lugar, vendem-se e compram-se cereais e animais; contratos de arrendo e meação, são discutidos, a palavra é empenhada.

Nas casas em que não havia um lugar exclusivo para depósito, era na sala que se guardavam as colheitas, as máquinas, as ferramentas e as peças de arreio dos animais de montaria. O cheiro de arreios de couro curtido se confunde e se mistura aos suores de cavalo e homem, ao cheiro do barro batido do chão – molhado diariamente – mesclado à fumaça dos cigarros-de-palha. Cheiro forte, acre, masculino. A química dos odores constitui mais um elemento que contribui para assinalar a sala como o espaço mais masculino da casa.

Ao contrário da sala, a cozinha, situada no extremo oposto da habitação, é o lugar mais específico da mãe de família. “Ela é o lugar de conversação dos não-estranhos, daqueles com quem os moradores da casa têm familiaridade e não necessariamente parentesco” (MARTINS, 1998, p. 695). A cozinha tem paredes pretas da fuligem que escapa pela boca do fogão o dia todo. Escura, é iluminada pelas chamas da madeira que queima no fogão a lenha. Fogão que ocupa uma parede inteira. Fogão jirau, fogão de adobe barreado, fogão de tijolo rebocado com cimento que recebe pigmento vermelho em pó – da tinta xadrez – comprada na cidade. Parede e fogão se confundem, unidos pela chaminé grossa, preta, quente que cospe ao longo fumaça e fuligem.

O sabor e o cheiro da comida preparada neste tipo de fogão – enaltecida em várias músicas sertanejas e muito apreciada pelos depoentes que afirmam que atualmente a comida não tem mais cheiro e nem sabor, é insossa – não deixa transparecer os gestos e saberes que o cozinhar envolvia. A fumaça que irritava os olhos e impregnava com seu cheiro o corpo da mulher; o calor que esquentava a barriga, as mãos e os braços da cozinheira que repetia várias vezes o destampar da panela. A mulher que com um pano escuro nas mãos muda a panela da boca do fogão, trazendo-na para

a frente, atíça lenha ao fogo e pensa preocupada: “o feijão ainda não está cozido e os homens estão chegando”.

No canto, o pilão. Apoiado em uma forquilha, um pote de barro com água fresca. Painéis, Caçarolas, caldeirões, canecas, xícaras, pratos, bules, rabinhas, chaleiras, gamelas, escumadeiras e conchas ficam dependuradas em escáfulas. Em algumas cozinhas há prateleiras de tábuas ou de madeira roliça – tarimbas e jiraus onde ficam guardados os utensílios, as vasilhas e as latas com os mantimentos (grãos, banha, carnes). Na cozinha, como na sala, sobressaem os cheiros e os odores.

São muitos os cheiros da cozinha. De madrugada, bem antes de o sol nascer, há um rebuliço. Tudo é rápido. A água ferve na chaleira. O café torrado e moído em casa é colocado no coador que descansa na boca do bule. A água quente passa pelo coador, cheiro de café fresco impregna o ar e se mistura ao cheiro de banha de porco. Mãos apressadas mexem com uma colher de madeira a carne de porco, conservada na banha, com farinha de mandioca que frige em uma panela de ferro na chapa do fogão à lenha. Primeira refeição do dia: “virado de carne com farinha e café preto”, comida forte, para quem precisa de força para o trabalho na roça.

“Na cozinha materializa-se a preparação de alimentos que definem a casa como lugar de consumo” (HEREDIA, 1979, p. 95). O bolo de arroz, antes de ser bolo, era arroz. No dia anterior ao preparo, seus ingredientes eram processados. Primeiro, o arroz era socado no pilão para separar os grãos da casca. “A gente ainda pegava uma cinzinha branca, cinza de fogão bem branquinha, a hora que tava limpando jogava dentro, socava. Ficava aquele arroz limpinho, chegava a ficar lumiano.” (BARBOSA, 2004b, p. 04). Pilado, o arroz passava em seguida para a peneira – de tiras de taquara trançada em formato telha. Com movimentos curtos, o arroz era lançado para cima, sopradas as cascas e a cinza, ficando na peneira somente o arroz. Peneirado, era cuidadosamente escolhido, sendo dispensados os grãos com casca e as impurezas. Estava limpo. Contudo, o preparo ainda não acabou; isto é só o começo.

Depois de limpo, o arroz era colocado de molho com água até os grãos ficarem encharcados e com o dobro do volume. Novamente, era levado ao pilão e socado até virar fubá fino. Colocava-se o fubá em uma gamela acrescentando, ovos, açúcar, banha de porco ou óleo de coco, uma pitada de sal e fermento. Para o fermento, cozinhava-se batata doce ou mandioca, amassava-se adicionando água até virar um mingau grosso. O óleo de coco era extraído do fruto do babaçu. O fruto era quebrado no fio do machado e dele retirada a castanha. As castanhas eram socadas no pilão até formarem uma massa que era colocada em uma panela com um pouco de água e levada ao fogo até ferver. Depois de fria, coava-se em um pano para

separar do bagaço o óleo de coco. Amassando bem todos os ingredientes, deixava-se descansar de um dia para o outro. No outro dia, a massa estava bem crescida, pronta para ser assada. Colocava-se uma panela de ferro sobre a chapa do fogão a lenha – bem cedo antes do sol nascer – untada com banha, para a massa não grudar; espalhava-se sobre o fundo uma porção da massa, tampada a panela com um prato cheio de brasa, aguardava-se até o bolo assar. Repetia-se o processo até que toda a massa estivesse assada, estava pronto o bolo de arroz.

Quando os homens se vão, há uma efêmera alegria de descanso. “Parece que os homens exigem demais delas, ou elas se esforçam demais em tornar-lhes a vida leve” (BRANDÃO, 2002, p. 82). Por esse tempo, durante a ausência dos homens, há espaço para os cuidados com a casa, a roupa, os animais do terreiro. Baldear água para o abastecimento da casa, encher o pote. Aguar o piso de terra batida, varrer com vassoura de piaçava que arranca um filete de barro em pó. Juntar as vasilhas sujas para lavar. Debulhar o milho, jogar para as galinhas, tratar dos porcos no chiqueiro. Observações de mulheres: “acho que a porca pari na próxima lua, tá bem chegada”. Preocupações de mulheres: “o capado na seva já não se levanta para comer, vamos ter que matá-lo logo, na lua cheia que é pra banha rendê, a outra já tá acabando”. Transmissão de saber: “vamo logo meninas, junta as roupas sujas e as vasilhas para lavá e vem me ajudá”. As mulheres e as meninas fazem uma rodilha e colocam sobre ela grandes bacias com as roupas e as vasilhas. Dirigem-se ao lavador, mães na frente, as filhas vão atrás, acompanhando de perto os passos que as guiam pelo caminho. Não que elas não conheçam a direção daquele caminho estreito entre a vegetação, percorrido muitas vezes ao dia que, de tão pisado, nem mato nasce. Mas elas ainda estão sob a direção de suas mães, assim como toda a família está sob a direção do pai, e esperam delas os ensinamentos e saberes que vão ser utilizados quando também elas forem mães e esposas. O aprendizado é transmitido na prática cotidiana, distribuído nos espaços da roça, do mato e do pasto (masculino) e da casa (feminino).

“Dispensos nos afazeres do cotidiano, todas as situações entre as pessoas, e entre as pessoas e a natureza – situações sempre mediadas pelas regras, símbolos e saberes da cultura – têm, em menor ou maior escala, a sua dimensão pedagógica” (BRANDÃO, 1995, p.20).

Todos os que convivem aprendem. As meninas aprendem com suas mães enquanto estas estão trabalhando. As mães as ensinam a cozinhar, a lavar, a passar, a ajudar seus maridos e as aconselham: “observem bem e aprendam para fazer tudo bem feito, para que quando forem grandes ninguém as possam chamar de preguiçosas e ignorantes”. Assim é que podemos entender a fala de D. Elvira, que lembra com saudades de seu co-

tidiano ao dizer com orgulho do esmero com que cuidou de suas panelas e alimentou seus filhos.

Eu tenho minhas panelinhas de ferro até hoje. É branquinha, eu num gostava de panela preta não. Porque tem gente que tem panela de ferro que é pretinha, né. Não, as minhas é branquinha, as meninas quando era moça... Óia minhas panelas de ferro eu quero limpinha. Ah, mãe joga isso fora. Num jogo não criei ocês tudinho fazendo comida aí nela, porque que eu vou jogar fora minhas panelas de ferro? O povo chega aí fica besta de olhá minhas panelas. Fala: Me vende? Vendo não, de jeito nenhum.(OLIVEIRA, 2004, p. 36)

Como a mãe, as filhas de D. Elvira também foram preparadas para cuidar de uma casa e da família. Porém, já não queriam e não podiam viver como ela. Os lavradores sabiam que estava cada vez mais difícil sobreviver da terra – o acesso era cada vez mais restrito, à medida que as fazendas iam se formando – e procuravam oferecer a seus filhos outros saberes que eram buscados na escola. A preocupação de oferecer uma educação escolar aos filhos não passa despercebida a José de Souza Martins que afirma:

Logo chama a atenção do pesquisador que percorre essas regiões, seja no Acre, seja no Maranhão ou no Mato Grosso, é uma extrema valorização da escola e da escolarização. Essa valorização envolve um grande sacrifício dos pais e das crianças (MARTINS, 1998, p. 710).

D. Elvira relata como foi difícil manter os filhos na escola:

Nóis só saiu da roça Iberoabal por môde nossos fí estudá. Larga os coitados fica burro iguale a gente? Então nóis mudou aqui pra Boa Vista pra as crianças estudá. E Nêgo trabalhava longe tava tocando roça, num podia tá em casa, e eu ficava aqui com aqueles meninos e lavava roupas pros outros, fazia farinha. Falava à D. Vanda eu num vou dá conta não, porque ela queria que Corrinha estudasse, né. Eu falei: D. Vanda quem somos nóis, pra nóis pagá escola? Mas, hoje os trens tudo mudou, o estudo deferenciou muita coisa. (OLIVEIRA, 2004, p. 36)

As diferenças trazidas pela escola podem ser percebidas no cotidiano. As moças já não se pensam apenas como esposas de lavradores. Por este motivo, as filhas da depoente, ao se depararem com panelas de ferro que exigem maiores cuidados para sua limpeza, pois é preciso esfregar com maior força o ferro do que o alumínio para lhe dar brilho, assim como é necessário secá-las ao fogo para que não enferrujem, estas não entendem porque sua mãe ainda as conserva e as usa – quando o serviço pode tornar-se mais fácil usando panelas de alumínio, novidade que conheceram na escola. Porém, para D. Elvira, suas panelas de ferro são valiosas e não têm preço, pois foi cozinhando nelas que alimentou toda a sua família, que

criou os filhos. Sendo diariamente usadas cada vez mais se incorporaram à sua vida. O contato contínuo das mãos com a panela de ferro lhe deu brilho e arredondou as asperezas.

Depois dessa pequena parada para falar sobre o aprendizado, é hora de retornar ao caminho entre a casa e o lavador. O lavador consiste em uma pequena clareira na beira do rio, onde são construídos jiraus e um batedor. A bacias com as vasilhas e as roupas sujas são depositadas no chão para serem lavadas. Para lavar as panelas, passavam cinza e esfregavam com uma bucha vegetal ou folha de lixeira² para tirar “o grosso” da sujeira. Depois, para dar brilho novamente, passavam cinza e esfregavam com a bucha o sabão. Enxagüavam e colocavam no jirau para secar ao sol. A lavação da roupa, pela forma como era realizada, demorava o dia todo. O relato de D. Elvira é esclarecedor para que possamos ter uma idéia de como era feito este serviço:

Hoje tem escova, né? E naquele tempo, não tinha escova. A gente debuiava milho, pegava aquele sabugo, sapecava. Aquelas roupas grossas de roça. Aí passava sabão naquelas roupas, e esfregava com sabugo. Até dá conta, tirava aquela sujeira tudinho, esfregava. Também já arrumava um foguinho ali, punha uma lata, e punha a roupa pra ferver. Pra lavar aquela roupa. Porque num tinha escova, num usava Qboa, tudo era só no sabão mesmo e esfregado. Outra hora estendia as roupas no quarador. Faz um quarador. Tã lá no corgo o lavador. Pega as furquias enfia, faz aquele quaradozão bem grande. Aí põe folha de babaçu. Aí deixa lá. Aí vai lavá roupa, e lá estende. Eu largava minha roupa estendidinha, né. Aí vinha fazê o almocinho, né. Pro véi lá na roça. Eu vinha fazê o almoço pra mandá e aí falava: vai lá meus fí, vai lá jogá uma aguinha na roupa, pra não queimá. Pra não ressecá. Pra na ora que a mãe acabá o almoço ir torcê. Os meninos ía lá jogava água na roupa. Aí quando acabava o meu almoço, mandava o almoço pra ele. Limpava a conzinha. Aí que eu ía torcer minhas roupas e pôr no arame.(OLIVEIRA, 2004, p. 63)

Sucessão de gestos e passos repetidos, obrigatórios. Molhar, ensaboar, esfregar, bater, enxaguar, quarar, ferver, estender, secar, recolher, passar, dobrar, guardar usar e novamente tudo repetir, dia após dia, ano após ano. Assim passa o tempo, passa a vida... O conjunto destes gestos que se repetem parecem imutáveis. Entretanto, examinando em detalhes os relatos e comparando-os com as práticas atuais do mesmo processo – lavar roupas e vasilhas – constatamos uma mudança geral nas maneiras de se fazer que era parte da aprendizagem tradicional de uma moça. O sabugo, a bucha natural, a folha da lixeira, a cinza, o sabão caseiro, o quarador, foram

2. Árvore típica da vegetação de cerrado que possui folhas ásperas que eram utilizadas na lavagem de utensílios de cozinha.

trocados pela escova, a esponja de poliuretano dupla face – lado verde, fibra abrasiva para limpeza mais difícil; lado amarelo, esponja macia para limpeza de superfícies delicadas – a esponja de aço (o Bombril), detergente líquido, desengordurante, limpa alumínio, máquinas de lavar roupas que substituíram gestos e a força muscular, exigiu também novas necessidades: alvejante (Qboa), sabão em pó (Omo) e amaciante (Comfort). O gesto técnico e os procedimentos comuns às mulheres do campo da geração das depoentes se apagaram, e só subsistem nas lembranças de infâncias de alguns e nos relatos de lavradores (as), fazendeiros e donas de casa que ainda conservam na memória traços de uma prática rural de um passado próximo e já longínquo. Como afirma Luce Giard:

O gesto técnico só vive realmente de sua necessidade concreta e simbólica e o mais das vezes em estreita simbiose com um meio e seu cotejo de objetos técnicos. O gesto só dura enquanto durar a sua função de utilidade, sustentado pelas milhares de reatualizações de seus praticantes, e graças ao consenso deles. Um gesto só é refeito se ainda for tido como eficaz, operatório de bom rendimento ou de necessidade real em vista do esforço que exige. CEATEAU, 1996, p.273)

Os antigos gestos não foram abandonados simplesmente por causa do uso cada vez maior das máquinas e dos aparelhos de eletrodomésticos, mas por causa da transformação de uma cultura material e da economia de subsistência que lhe é solidária. Quando o trabalho na lavoura e o acesso à terra mudaram, mudaram também os gestos da preparação culinária e dos cuidados com a casa e a família. Hoje eles compram a maioria dos mantimentos que já vêm processados e embalados. No entanto, no passado os ingredientes eram processados diariamente ou num espaço de tempo maior – alguns dias ou meses – em casa. As cozinheiras precisavam aproveitar os produtos colhidos e os animais abatidos mostrando-se previdentes e engenhosas. Quando os gestos se apagam, o que subsiste é apenas a lembrança interiorizada de saberes antigos, que são lembrados a partir das histórias de objetos, apetrechos da memória que recordam aos entrevistados procedimentos precisos, múltiplos, complexos como: secar, defumar, debulhar, ralar, socar, moer, triturar, esmagar, selecionar, conservar os mantimentos disponíveis para a alimentação. São estes apetrechos, objetos de trabalho e uso cotidiano, os bens mais valiosos daqueles que nunca conseguiram conquistar a terra, bem de raiz e sonho de lavradores migrantes. †

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Roberto Alves de. *O saber camponês*. Dissertação. Brasília: UNB, 1988.
- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- _____. & RAMALHO, José Ricardo. *Campesinato Goiano: três estudos*. Goiânia, Editora UFG, 1986.
- _____. *O afeto da terra*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
- _____. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRANDÃO, Ludmila de Lima. *A casa subjetiva: matérias, afectos e espaços domésticos*. São Paulo: Perspectiva; Cuiabá: Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, 2002.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.
- CALVINO, Ítalo. "A palavra escrita e a não-escrita". In: FERBEIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, pp. 139-148.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. 4ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- _____. "A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira". In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp.659-726.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. 3ª ed., São Paulo: Contexto, 2001.
- PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho

de 1944): mito e política, luto e senso comum". In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coords.). *Usos & abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. p. 103-147.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

Glossário

Aguar: jogar água, molhar.

Baldear: transportar água com balde.

Baldrame/Badrame: esteio de madeira, colocado no chão, no qual se encaixam em uma cavidade as varas da parede de uma casa de barrote.

Cangalha: espécie de balaio de taboca ou baú de couro que se prende a uma peça de três paus unidos em triângulo colocada no lombo de animais usada para transportar cargas.

Carda: instrumento que desembaraça, destrinça e limpa as fibras do algodão, constituída de centenas de agulhas curvas.

Cuia: vasilha feita do fruto maduro da cuieira depois de esvaziado o miolo.

Embira: casca de árvores ou cipós usados para amarrar.

Escápulas: prego de cabeça dobrado em ângulo reto para a suspensão de um objeto.

Forquilha/ furquia: tronco de árvore ou vara bifurcado em uma das extremidades.

Jirau: estrados de varas sobre forquilhas cravadas no chão usadas para guardar utensílios domésticos, latas de mantimentos e serviam de cama.

Mantimento: nome dado aos produtos da lavoura destinados ao consumo do produtor.

Piaçava: designação a várias palmeiras que fornecem fibras úteis à fabricação de vassouras.

Rabinhas: panela pequena de um único cabo longo.

Rodilha: pano enrolado como rosca em que se assenta na cabeça e sobre a qual se apóiam cargas.

Sabugo: espiga de milho sem grãos.

Tulha (tuia): tipo de compartimento, pequeno cômodo, bem assoalhado de madeira construído acima do solo, com paredes de reboque liso e uma portinhola, usado para armazenar arroz em casca e feijão.

Fontes Orais

BARBOSA, José Antônio. Nasceu em 18 de outubro de 1918, na divisa do Estado da Bahia com Minas Gerais em um lugar chamado Cana Brava, mudou para Rondonópolis em 1947. Foi lavrador – arrendatário, sitiante – e fazendeiro pecuarista. Atualmente é aposentado. (morava sempre na zona rural, depois de vender a fazenda passou a morar com a esposa na cidade de Rondonópolis) Entrevista realizada por Valéria Lucas Filgueiras em janeiro de 2004, 55 páginas.

BARBOSA, Vitelvina Mota. Nasceu em 15 de agosto de 1924 em Januária – MG. Ajudava o marido na roça, na lida com o gado além de fazer as atividades domésticas, o que faz até a atualidade. (morava sempre na zona rural, depois de vender a fazenda passou a morar com a esposa na cidade de Rondonópolis). Entrevista realizada por Valéria Lucas Filgueiras em janeiro de 2004, 55 páginas.

FURTADO, Júlia Rodrigues. Nasceu em 30 de dezembro de 1942, na fazenda Laranjal proximidades do Distrito de Boa Vista. Filha e esposa de fazendeiro além de fazer as atividades domésticas sempre ajudou o pai e o marido na roça e na lida com o gado. (sempre morou na zona rural, onde ainda hoje reside). Entrevista realizada por Valéria Lucas Filgueiras em janeiro de 2004, 13 páginas.

MOTA, Maria Rodrigues da. Nasceu em 1942 em Mangas – MG, mudou para Rondonópolis em 1946. Esposa e viúva de fazendeiro. Foi e é, dona de casa e ajudava o marido na roça. (sempre morou na zona rural). Entrevista realizada por Valéria Lucas Filgueiras em janeiro de 2004, 15 páginas.

OLIVEIRA, Adecerino Honório de. Nasceu em 1936 no distrito de Angical município de Barreiras – Bahia, mudou para Rondonópolis em 1970. Foi lavrador – arrendatário, meeiro – e trabalhador braçal diarista. Atualmente é aposentado. (morava sempre nas fazendas em que trabalhava, agora mora na vila do distrito de Boa Vista). Entrevista realizada por Valéria Lucas Filgueiras em janeiro de 2004, 63 páginas.

OLIVEIRA, Elvira Antônia. Nasceu no dia 02 de dezembro de 1942 em Avelinópolis – GO, mudou para Rondonópolis em 1970. Ajudava o marido na roça, foi lavadeira e dona de casa, atividade que ainda exerce. (morava sempre nas fazendas em que trabalhava, agora mora na vila do distrito de Boa Vista). Entrevista realizada por Valéria Lucas Filgueiras em janeiro de 2004b, 63 páginas.

—MILITANTES COMUNISTAS DA GERAÇÃO—
—PRÉ-64: MEMÓRIA E PROJETO PARA O—
—PARTIDO DOS TRABALHADORES—

IZABEL CRISTINA GOMES DA COSTA
DOUTORANDA - HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

RESUMO: Este artigo trata de lembranças de “velhos” comunistas que viveram o século XX com o desejo de construir o socialismo no Brasil. Suas lembranças foram captadas pela revista *Téoria e Debate*, uma publicação do PT, no momento de consolidação política do partido no país (anos 80 e 90). Estes depoimentos revelavam as aproximações e os distanciamentos entre as suas perspectivas e as do PT. As “batalhas da memória” travadas pelos “velhos” comunistas legitimaram o papel central do partido nas esquerdas no campo do movimento socialista no Brasil pré-64.

PALAVRAS-CHAVES: Esquerdas; Memória; PT; Comunismo; Brasil.

ABSTRACT: This article presents the memories of “old-fashioned” communists, who lived during the 20th century, desiring to construct the socialism in Brazil. Their memories were picked up by the magazine *Theoria e Debate* (Theory and Debate), published by PT (Labor Party) during its political consolidation in Brazil (80 and 90s). These testimonials revealed the approximations and the avoidings between their perspectives and the PT's ones. These ‘memory battles’ engaged by the “old-fashioned” communists legitimated the role of the party in the left-wings in the field of socialist movement in Brazil before 1964.

KEYWORDS: Left-wings; Memory; Labor Party; Project; Communism

“Um partido político é antes de tudo uma reunião de homens e m torno de um objetivo comum, e é em primeiro lugar sobre aqueles que reúne que ele é capaz de nos esclarecer”
(BERSTEIN, 1996, p.72)

Os partidos políticos, nas sociedades ocidentais contemporâneas – diante da ampliação das dimensões do Estado e das esferas públicas de poder – ainda são, por excelência, o “lugar da mediação política” (BERSTEIN, 1996, p.60), mesmo com a crise de paradigmas e de representação das últimas décadas.

Ao longo do século XX, o estudo destas instituições permaneceu marginalizado, refletindo a situação da história política na historiografia, discriminada por uma determinada tradição dos *Annales* mas também aprisionada a uma abordagem factual, eventual, narrativa e personalista (SOIHET, ABREU, 2003, p.18). A retomada das pesquisas neste campo baseou-se na prática interdisciplinar que colaborou para a construção de novas problemáticas. Seguindo esta tendência, os trabalhos sobre as agremiações partidárias adquiriram um novo fôlego, desvelando a importância e a riqueza de um domínio que se situa entre a longa duração e o acontecimento singular. (BERSTEIN, 1996, p.58).

De acordo com Serge Berstein, os partidos possuem uma tradição que exprime uma visão de mundo. Depositários desta cultura política, milhares de homens e mulheres injetaram-lhes vida, comungando de crenças e códigos de valores que constituíram as suas referências mais importantes. Por isso este texto trata, sobretudo, de experiências e memórias. Lembranças de militantes e simpatizantes que viveram o século XX nutrido um desejo: a construção do socialismo no Brasil. Este anseio impulsionou a ação comunista em vários lugares do planeta, marcando a trajetória de diferentes gerações. Através dos seus relatos, os fragmentos de tais percursos confirmam como suas memórias, retrospectivas e projetos foram fundamentais para a permanência de uma identidade social e de prospectivas futuras (VELHO, 1999, p.101).

As lembranças de velhos comunistas foram captadas pela *Téoria e Debate*, a principal revista do Partido dos Trabalhadores, num momento de consolidação do projeto petista no cenário nacional. Estes depoimentos revelavam as aproximações e os distanciamentos entre as suas perspectivas e as possibilidades colocadas para o PT. Mas transformava-o no desaguadouro de diversas tradições que, em determinado momento histórico, confrontara-se com a concepção comunista predominante até a década de sessenta no Brasil.

Trabalhar com a geração pré-64 significa definir que a identidade geracional é uma influência marcante sobre o comportamento político das

múltiplas experiências que compõem um partido (BERSTEIN, 1996, p.72). O conceito, difundido por historiadores como François Sirinelli (FERREIRA, AMADO, 1996, p.131), posiciona estes atores sociais de maneira distinta diante de determinados acontecimentos, interpretados como fatos inauguradores.

Delineiam-se duas grandes gerações na história das esquerdas brasileiras no século XX: a pré-64 e a de 68. Sem dúvida, é muito significativa a contribuição dos contemporâneos de 68 para a construção do Partido dos Trabalhadores. As reflexões do exílio e as experiências político-sociais em outros países influenciaram enormemente a cultura petista. Entretanto ainda existem poucas pesquisas históricas que analisem este grupo geracional.

Entrevistado pela *T&D*, Apolônio de Carvalho afirmava os sentidos que definiam a geração pré 64. Ela era “privilegiada” pois havia abarcado “as três fases de maior participação popular no Brasil: anos 30, 60 e a atual”. Além disso, defrontara-se com os grandes dilemas da humanidade: a questão da paz e da guerra, democracia, liberdade, totalitarismos e crises econômicas. Fortemente identificada com o movimento comunista internacional estruturado a partir da hegemonia soviética, ela pode ser dividida em dois grandes grupos: os militantes e simpatizantes do PCB – muitos dos quais, nos anos 50 e 60, apresentaram divergências e rupturas com o partido – e aqueles organizados em torno de agrupamentos trotsquistas e do Partido Socialista Brasileiro.

Os inúmeros depoimentos concedidos pelos velhos comunistas, agora petistas, à *Téoria e Debate* denotaram a grande importância da seção *Memória*² para o projeto político da publicação. Eles apresentaram um conjunto de significações para a posição do PT no âmbito das esquerdas brasileiras: um momento chave de consolidação no cenário nacional e de reflexão sobre as estratégias de transformação no momento da mais grave crise do campo socialista internacional.

É interessante observar que esta seção não pretendia rememorar passagens e lembranças da fundação ou da participação de tais militantes na agremiação. As perguntas deste tipo apareciam finalizando as entrevistas, concluindo provisoriamente uma trajetória. A revista visava apresentar as suas histórias de vida e como estas experiências desaguaram

1. TEORIA E DEBATE, São Paulo, Revista Trimestral do Diretório Regional do PT- SP, n° 6, 1989, p.18.

2. A revista, cujo primeiro número foi lançado em dezembro de 1987, apresentava-se como um “fórum permanente de discussão” (sítio da fundação Perseu Abramo) sobre temas pertinentes à esquerda brasileira e internacional. Ela nasceu como um projeto de responsabilidade do diretório regional do PT de São Paulo, mas a sua projeção atingiu um caráter nacional. A seção *Memória* esteve presente em quase todos os números da *Téoria e Debate* e, segundo pesquisa da revista, a era a preferida dos leitores (ibid., p.1)

no Partido dos Trabalhadores. Indicavam-se temores sobre esta proposta. Contradições e críticas diante de algumas características que marcavam a organização partidária, como a existência de uma infinidade de tendências. Apontava-se a necessidade de uma maior nitidez política sobre a sua opção pelo socialismo e pela revolução. Mas estas tradições críticas encontravam-se finalmente no seio do PT. Nas disputas pela memória, os jornalistas e intelectuais da *T&D* optaram por fazer da seção um espaço de resgate de tais trajetórias. Privilegiaram o indivíduo na história enquanto um sujeito que no seio das esquerdas foram capazes de “mudar o caráter de sua relação com instituições pré-existentes” (VELHO, 1999, p.98) num campo de diversas possibilidades. As histórias destes homens e mulheres tornavam-se parte da tradição de um partido que não havia completado dez anos de existência.

Compreendendo as entrevistas como o “resíduo de uma ação interativa” (ALBERTI, 2004, p.35), uma comunicação entre entrevistado e entrevistador objetivando interpretar o passado, a seleção operada pela seção *Memória* desvelara não somente a história de vida destes militantes. Sobretudo, produziu sentidos através destas trajetórias inserindo o Partido dos Trabalhadores na tradição das esquerdas. As “batalhas da memória” (Pollak, 1989, p.4) travadas pelos velhos comunistas nas páginas da *T&D* legitimaram o papel central do PT nas esquerdas, conferindo-lhe como herança a legítima tradição que se embateu no campo do movimento socialista no Brasil pré-64.

Memórias: trajetórias e retrospectivas

A revolução russa de 1917 causou um grande impacto na vida destes homens e mulheres. As primeiras notícias e idéias sobre o socialismo soviético originaram-se, em grande parte, das relações familiares e afetivas. Num momento bastante agitado da história política mundial que, segundo o historiador Eric Hobsbawm (Hobsbawm, 1993, p.93), girava em torno da revolução de outubro, a existência da URSS tornava possível e concreta a luta pela utopia do comunismo em escala mundial. Eles partilharam destas crenças que se combinavam às experiências vividas.

No Brasil, os relatos sobre o turbilhão do processo revolucionário chegaram pelas mãos dos anarquistas. Nas lembranças de Fúlvio Abramo, Antonio Candido e Armando Mazzo esta influência relacionava-se diretamente à idéia de caráter e afetividade, uma marca que se registrara na moral do ser comunista, posteriormente abalada pela divulgação dos crimes de Stalin.

Antonio Candido rememorava a importância de uma anarquista, vizinha e amiga de sua mãe, Teresa Carini Rocchi. Simpática à revolução

rusa, era exemplo de um desprendimento completo e de menor senso de propriedade. Embora as primeiras leituras tenham sido apresentadas por outros colegas, viera dela a relação afetiva com o socialismo:

Ela me transmitiu sobretudo a afetividade socialista, que acho fundamental. Contava sempre a sua experiência e a sua atividade, com o timbre humanitário e meio romântico do velho socialismo italiano.³

Fulvio Abramo também remetia à influência do avô anarquista as primeiras leituras revolucionárias, feitas em publicações italianas:

Eu passava boa parte de minhas férias na casa de meu avô, que fazia com que eu lesse pra ele, em voz alta, os velhos anarquistas... Era uma forma muito inteligente dele fazer a gente se interessar pelo assunto. Como já líamos muito bem o italiano ... Porque em português não havia nada.⁴

Em outros casos, além da influência familiar, das leituras ou da militância, a adesão ao socialismo acontecera a partir da experiência concreta no trabalho. Lélia Abramo discordava da ascendência do avô na formação da sua consciência social e dos seus irmãos, conforme eles pensavam. Atribuía mais à influência paterna. Mas tornara-se socialista no escritório de uma fábrica de passamanarias onde trabalhava:

Foi nesse momento que eu me tornei realmente socialista... E aconteceu que eu fui cuidar das tabelas de produção... Aí eu compreendi o mecanismo da sociedade capitalista... Os operários ganhavam uma miséria. Os proprietários eram riquíssimos. Meu Deus, os operários viviam tão mal, comiam naquelas marmitas. Aí, na hora do almoço, passei a ficar com eles. Passei a falar das injustiças da sociedade burguesa, capitalista. Fazia propaganda.⁵

O mesmo ocorrera com Florestan Fernandes, um jovem trabalhador pobre que se aproximou do socialismo através do encontro com anarquistas, socialistas e comunistas na época em que trabalhara como aprendiz, ampliando uma “inquietação social de caráter populista”.⁶

O movimento antifascista também compôs a identidade dos militantes comunistas nos anos 30. O relato de Apolônio de Carvalho destacava os significados desta luta para toda uma geração: “era uma bandeira universal naquele tempo”.⁷ No seu caso, este sentimento consolidara-se com a adesão à Aliança Nacional Libertadora, antes da filiação ao PCB, inexistente no Rio Grande do Sul, auxiliado pelas idéias vigentes no exército, fruto da herança tenentista que favorecia uma visão contestatária.

3. Idem, n° 2, 1988.

4. Idem, n° 1, 1987.

5. Idem, n° 5, 1989, p. 15.

6. Idem, n° 13, 1991.

7. Idem, n° 6, 1989, p. 23.

As disputas pela memória entre alguns destes militantes foram demarcadas por um fato interessante: uma verdadeira batalha campal, no dia 7 de outubro de 1934, na Praça da Sé, entre antifascistas e integralistas. A posição dos sujeitos naquele momento ainda influenciava as interpretações do passado. Para Fulvio e Lélia Abramo – o primeiro um dirigente da Frente Única Antifascista e a segunda uma militante de base do sindicato dos comerciários – a FUA havia conseguido expulsar seis mil integralistas da praça:

E a ordem era deixar passar as crianças, as mulheres e depois avançar. E foi isso que nós fizemos. Foi terrível, foi um tiroteio feio, pois alguns reagiram. A cavalaria estava ali. Não sei que partido eles tomaram, isso não ficou bem claro, sei que tinha muita fumaça, muita correria, muito grito. Os tiros passaram por cima da gente.⁸

Na versão de Goffredo Telles Jr.⁹ não havia acontecido enfrentamento algum, mas sim uma repressão policial a uma manifestação de operários e estudantes onde ninguém estava armado. O relato deste episódio instigou o entrevistador a fazer mais perguntas sobre a sua participação no integralismo. Segundo ele, o movimento integralista era antifascista e anti-totalitário. Os estudantes universitários, como ele na época, não haviam tomado conhecimento de uma ala discordante; ou seja, pró-fascista.

As “batalhas” em torno da formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Insurreição Comunista de 1935 expressaram as críticas sobre o papel do Partido Comunista Brasileiro no País. Para Fulvio Abramo, a criação da Frente Única Antifascista (FUA), em São Paulo, foi precedida pelas disputas com o PC, que, devido às pressões dos militantes da Juventude Comunista, aderiu ao movimento.¹⁰

Qualificando o evento como um grave equívoco político, uma “quartelada” para Armando Mazza¹¹ ou um *putsch* para Plínio Mello¹², o levante de 1935 revelava os problemas do partido na relação com os outros grupos, inclusive com a própria ANL, surpreendendo a todos, até mesmo aos comunistas. Para Apolônio de Carvalho¹³, o principal erro localizava-se em julho de 1935, com a divulgação do *Manifesto de Julho* que, ao lançar uma verdadeira declaração de guerra a Getúlio Vargas, dera ao Estado a possibilidade de jogar a ANL na ilegalidade.

Na sua visão, a preparação do movimento revelou uma série de impasses existentes na trajetória das esquerdas, ainda não debatidos e explicados

8. Idem, n° 5, 1989, p. 13 e 14.

9. Idem, n° 12, 1990.

10. Idem, n° 1, 1987, p. 38.

11. Idem, n° 3, 1989, p. 21.

12. Idem, n° 7, 1989, p. 34.

13. Idem, n° 6, 1989, p. 20.

ao povo brasileiro. A má avaliação da conjuntura, a subestimação do adversário e a presença de uma cultura no Brasil que destacava a solução armada, não era apenas um erro historicamente demarcado, mas a expressão de um problema permanente até os dias atuais:

Mas aí é que eu lembro para vocês a nossa dívida da esquerda: o erro estava em avaliar mal e subestimar o adversário. Essa confusão entre desejo e realidade é uma das fontes de erro da esquerda em todas as fases de nossa vida, da nossa trajetória.¹⁴

Entretanto, na época, a compreensão dos militantes fora distinta. Alguns trotsquistas, dentre eles Plínio Mello, escreveram um manuscrito de autocrítica na prisão, o que gerou o ódio do PCB¹⁵. Graciliano Ramos também elaborava críticas ao partido. Mas, segundo Apolônio, apesar da existência de razões concretas para que o escritor criticasse tais ilusões, a sua concepção sobre os cárceres do Estado Novo não coadunava com o sentimento da maioria dos ativistas ali presentes: estes declaravam o movimento de 35 legítimo e acreditavam na sua continuidade. Muitos se filiaram ao PCB ali.¹⁶

A avaliação política do trabalhismo até hoje gera divergentes opiniões nas ciências sociais e nas esquerdas (Ferreira, 2001). No ano de 1945, os comunistas brasileiros posicionaram-se de forma distinta em relação à sucessão de Vargas. Antônio Candido ingressava na militância no fim de 1942, no Grupo Radical de Ação Popular (GRAP) cuja atividade era contra Getúlio¹⁷. Numa análise retrospectiva, Apolônio de Carvalho, na época um comunista recém chegado da Europa, após a sua participação na guerra civil espanhola e na 2ª guerra mundial, indicava que, naquele momento o partido havia colocado por terra “a sua condição de organização superior revolucionária da classe operária para ser mais um partido político participante da vida nacional em colaboração com a burguesia nacional”¹⁸.

Contrários à linha de união nacional em torno de Vargas contra o nazifascismo, militantes comunistas como Fulvio Abramo, Antônio Candido e Plínio Mello, optaram por um outro caminho para o desenvolvimento das esquerdas no Brasil. Cindidos pelas diferenças de concepções existentes com o Partido Comunista e em relação à herança varguista, eles engajaram-se na UDN – “um estuário de gente de esquerda que não fechava com o partidão” –, na adesão à candidatura de Góes Monteiro à presidência da república. Logo depois, participaram da formação da Esquerda Democrá-

14. Idem, n° 6, 1989, p. 20.

15. Idem, n° 7, 1989, p. 34.

16. Idem, n° 6, 1989, p. 22.

17. Idem, n° 2, 1988.

18. Idem, n° 6, 1989, p. 30.

tica – transformada em PSB, no ano de 1947¹⁹.

Esta diferença permaneceria no transcorrer dos anos seguintes, materializando-se inclusive no apoio de alguns deles – como Fulvio Abramo, no PSB – à candidatura de Jânio Quadros à prefeitura de São Paulo. Na sua entrevista à *T&D*, o mesmo considerou esta política um erro cometido naquele período²⁰.

No Partido dos Trabalhadores, a tradição crítica ao trabalhismo apresentou desde cedo profundas raízes que concebemos como parte desta herança constituída no transcorrer dos anos 50 e 60.

O 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética foi um dos acontecimentos mais significativos para as interpretações do passado feitas pelos militantes da geração pré-64, especialmente aqueles oriundos do PCB. Segundo o jornalista Isaac Akcelrud, o congresso havia sido um marco mais importante do que a queda de Gorbachev²¹. Muitos ficaram abaladíssimos, como lembrava Clara Charf, militante do PCB e companheira de Carlos Mariguella – ele mesmo chorara na tribuna quando Diógenes Arruda confirmou os fatos numa reunião do comitê central²².

A revelação dos crimes de Stalin trouxe crises de consciência: Jacob Gorender julgava-se “um colaborador do stalinismo”²³. Ele e sua companheira Idealina Fernandes, também militante comunista, tomaram conhecimento da notícia terrível durante a viagem feita à URSS para um curso de formação. Lá, devido ao processo de desestalinização, um clima de maior abertura propiciava o debate, inclusive nos jornais. Idealina, cujo pai possuía uma visão crítica sobre o “homem de ferro”, reagira de maneira positiva²⁴.

Apolônio de Carvalho, também participante do curso de formação na pátria do socialismo, lembrava não possuir o culto à personalidade, apesar de manter uma visão mística sobre a infalibilidade do partido. Neste caso, a revelação não causara “nenhuma angústia nem qualquer dano particular”. A decepção havia acontecido anos antes, na guerra civil espanhola, em relação ao papel de Stalin no processo revolucionário²⁵.

O golpe civil-militar de 1964 demarcou definitivamente os caminhos desta geração de comunistas no Brasil. Nos embates das memórias, os militantes do PCB avaliavam que o partido possuía uma linha política “fora

19. Idem, n° 7, 1989, p. 35.

20. Idem, n° 1, 1987, p. 39.

21. Idem, n° 18, 1992.

22. Idem, n° 8, 1989, p. 26.

23. Idem, n° 11, 1990.

24. Idem, n° 22, 1993.

25. Idem, n° 6, 1989, p. 31.

da realidade” – fruto da opção pelo socialismo de via pacífica e das ilusões com a burguesia nacional com a qual deveria estabelecer uma aliança estratégica para a revolução democrático-nacional. Além de politicamente desprevenido, a luta interna havia sido deflagrada a partir do 20º congresso do PCUS. Para Clara Charf, de forma equivocada, a organização confiava na idéia de que o povo estava cada vez mais forte, mas Mariguella acreditava no desfecho do golpe²⁶.

As visões sobre a luta armada expressaram os conflitos latentes, existentes no seio das esquerdas brasileiras. Nos depoimentos, uma questão central: a legitimidade da luta armada ou o “conformismo e o pacifismo do PCB” – opinião inclusive partilhada por militantes que defenderam contra o caminho da guerrilha, como o caso de Apolônio de Carvalho no PCBR. Gorender avaliava que este dilema havia se tornado desastroso para as esquerdas, arrastadas pelo turbilhão do fascínio das armas, uma psicologia do revanchismo romântico e fatores internacionais²⁷. Apolônio complementava destacando a presença de uma vocação tenentista, a descrença na via eleitoral e nas alianças com outras agremiações.

O sucesso dos seqüestros reforçava uma ilusão de força, ignorando o vigoroso crescimento econômico do Brasil e, conseqüentemente, a necessidade de repensar a estratégia e a tática. Assim como as reflexões de Jacob Gorender²⁸ na prisão, Florestan Fernandes também justificava a recusa ao convite para chefiar um grupo na guerrilha:

Não havia condições para uma ruptura no plano político, suficientemente profunda, para que a guerrilha pudesse ser o detonador de uma rebelião das classes trabalhadoras e das massas populares... Acho que a guerrilha tem chance quando está associada a um movimento de inquietação, de revolta, e nós não tínhamos aquilo.²⁹

Memórias: trajetórias e projetos

Os militantes da geração pré-64, entrevistados pela *Teoria e Debate*, apresentaram como característica comum uma série de divergências em relação às concepções do PCB no transcorrer dos primeiros sessenta anos da história nacional do partido. Apesar dos caminhos distintos de pecebitas, trotsquistas ou socialistas, as suas memórias, em retrospectiva, interpretaram o passado, reelaborando as suas militâncias e convicções sobre a revolução e o socialismo. O mesmo passado, entretanto, era a pedra basilar para traçar prospectivas, identificadas na possibilidade de construção do

26. Idem, nº 8, 1989, p. 27.

27. Idem, nº 11, 1990.

28. Idem, nº 11, 1990.

29. Idem, nº 13, 1991.

Partido dos Trabalhadores enquanto um modelo diferente, um outro projeto revolucionário para o Brasil.

A nova proposta deveria preocupar-se, e muito, com a formação política. A frágil fundamentação teórica e o burocratismo do PC justificavam a não adesão de Fulvio Abramo ao partido: “Tudo chegava de forma esquemática ou através do entusiasmo, como aquele expresso no livro de John Reed ...”³⁰ Goffredo Telles Jr. e Florestan Fernandes também não se filiaram porque não toleravam o burocratismo e o autoritarismo existente naquela tradição.

Sem pretender se desculpar, Jacob Gorender relembra a sua aceitação à versão stalinista do marxismo. Mas, mesmo sufocando tais percepções, enxergava as contradições e a inferioridade da obra de Stalin, os chavões dos materiais soviéticos e os jargões bajulatórios. Ele também criticava o tipo de comportamento esperado dos militantes:

o comportamento do indivíduo servil, obediente, sem capacidade de crítica diante de seus superiores partidários... Assim o que se chamava de centralismo democrático era, na verdade, um centralismo despótico de um núcleo dirigente que mandava e desmandava em nome de Prestes.³¹

Socialistas como Fulvio Abramo construíram estratégias distintas daquelas hegemônicas no movimento comunista internacional. Desde 1928, ele criticava a visão sobre a revolução mundial e o processo de burocratização na União Soviética, aproximando-se dos trotsquistas Lívio Xavier e Mario Pedrosa³².

Devido à grande influência do socialista Paulo Emílio Salles, Antonio Candido, nos anos 30, já refutava a polaridade e defendia “um socialismo nem trotsquista nem stalinista, desinteressado das internacionais, democrático e socialista”³³. Outros militantes, de maneira mais fluida, também afirmavam o seu modelo. Para a Madre Cristina, ele deveria ser “democrático e cristão, de origem brasileira”³⁴. Ou um socialismo no “sentido analógico”, uma perfeição da democracia, como preferia Goffredo Telles Jr.: “a tendência da democracia é uma tendência socialista para a esquerda”³⁵.

Tais concepções expressavam, sem dúvida, as retrospectivas elaboradas a partir das releituras do passado, mas também as projeções de militantes, convictos das posições formuladas pelas suas trajetórias. Dessa forma, a crise do socialismo real foi captada por Idealina Fernandes Goren-

30. Idem, n° 1, 1987, p. 36.

31. Idem, n° 11, 1990.

32. Idem, n° 1, 1987, p. 36.

33. Idem, n° 2, 1988.

34. Idem, n° 9, 1990.

35. Idem, n° 12, 1990.

der: “uma sensação de ludibriamento”. Mas o otimismo e a fé nas transformações entre estes revolucionários ressaltavam a possibilidade do mundo mudar e o fato dos povos estarem mais alertas³⁶.

Para Jacob Gorender, a morte do modelo stalinista deixava o capitalismo em condições de vantagem na conjuntura. Além da necessidade de renovação e de criatividade do marxismo, não era mais possível fugir da realidade:

Penso que esta é a pior de todas as crises. É a mais grave, porque agora se colocou em causa a possibilidade do próprio projeto de construção de uma nova sociedade, inspirada em princípios socialistas. O que nunca esteve em causa, em crises anteriores, de maneira tão urgente, decisiva e generalizada³⁷.

A queda deste tipo de socialismo, na visão de Florestan Fernandes, faria o mesmo voltar a ser a promessa pura e completa que era no passado. Uma sociedade socialista, com democracia da maioria, igualdade com liberdade e humanismo; este último um princípio rejeitado por vários agrupamentos marxistas nos anos 60³⁸.

Na contracorrente, Goffredo Telles Jr. ia mais além: “o mundo agora caminhava em direção ao socialismo”. Apesar da existência de uma 5ª coluna do sistema capitalista dentro da URSS – o próprio Mikhail Gorbachev – os trabalhadores liberados pela perestroika não queriam o capitalismo³⁹.

Em relação às possibilidades de evolução do Partido dos Trabalhadores, a maior parte dos depoentes demonstrava otimismo com as perspectivas da agremiação tornar-se realmente uma alternativa revolucionária para o Brasil. Neste caso, embora muitos divulgassem – “Imagina, deve ter muito anticomunismo, você vai ser discriminada” – a comunista Clara Charf decidira entrar no PT pelas características da formação do partido⁴⁰.

Uma outra comunista histórica da geração pré-64, Maria Augusta Capistrano, sintetizava o significado da estrela:

O PT hoje é o herdeiro das lutas da classe operária brasileira, o partido que defende os interesses da classe operária dentro de uma formulação de acordo com uma época que está se vivendo...⁴¹

Nas prospectivas destes comunistas, o PT constituía-se na principal referência das esquerdas, aquele que poderia “exercer melhor do que qualquer partido a função de unir a classe trabalhadora com o setor mais miserável do proletariado”⁴².

36. Idem, n° 22 1993.

37. Idem, n° 11, 1990.

38. Idem, n° 13 1991.

39. Idem, n° 12, 1990.

40. Idem, n° 8, 1989, p. 31.

41. Idem, n° 23, 1993.

Entretanto, Armando Mazzo, um simpatizante, destacava a existência de excelentes quadros, mas a necessidade do partido avançar ideologicamente para se tornar revolucionário. Esta preocupação aparecia na reflexão de muitos militantes desta geração: a adoção de um projeto socialista consistente, repensar a questão das bases, do messianismo e da resistência do partido às políticas de frente.

Conclusão

As interpretações do passado feitas por militantes e simpatizantes das esquerdas pré-64⁴³ definiram fronteiras e pontos de referência claros em relação à tradição comunista. Mesmo partilhando de um sistema de crenças comum, cujo eixo central era o legado da revolução russa de 1917 – enquanto entusiásticos apoiadores ou críticos do socialismo soviético –, a cultura política não era única. Ela se entremeava com o lugar social no qual eles se localizavam no transcorrer das décadas de 30 a 60: militante ou intelectual, homem ou mulher, oriundo das classes médias ou populares, membros do PCB ou não. Eis algumas clivagens encontradas.

As memórias destes velhos comunistas permitiram constituir uma visão retrospectiva das suas trajetórias no interior do campo das esquerdas. As experiências e os lugares distintos dos quais partiram, geraram leituras diferentes do passado, segundo Alessandro Portelli “memórias divididas” (FERREIRA, AMADO, 1996, p.105) sobre acontecimentos que desempenharam um papel central na formação das suas identidades sociais.

A “memória voltada retrospectivamente de forma reflexiva”⁴⁴ garantiu uma coerência para tais trajetórias. Os relatos apresentaram críticas ao modelo de partido encarnado pelo PCB, aos problemas da construção do socialismo na URSS, ao processo revolucionário no Brasil, ao autoritarismo presente na tradição das esquerdas brasileiras; enfim às opções feitas no transcorrer na história nacional que geraram dissensões e rupturas com a tradição hegemônica no interior deste campo político.

Porém, “suplementada pela antecipação, voltada para a frente, prospectivamente” as memórias propiciaram uma coerência diante das escolhas realizadas nos anos oitenta. As motivações que ensejaram críticas, rupturas ou não alinhamentos com o PCB foram resgatadas pelas suas memórias, e transformadas em expectativas positivas, depositadas na

42. Idem, n° 13, 1991.

43. A seção Memória também apresenta artigos homenageando militantes da geração pré-64, como Hélio Pellegrino e Perseu Abramo.

44. O conceito de Helmut Wagner é trabalhado pelo antropólogo Gilberto Velho. WAGNER, Helmut B. *Alfred Schutz: an intellectual biography*. Chicago: The University of Chicago Press, 1983. Apud. VELHO, Gilberto, Op. cit.

construção do Partido dos Trabalhadores.

Relembrando o passado a partir do local político em que se encontravam – como aderentes ou simpatizantes do Partido dos Trabalhadores – estes velhos militantes inseriram-se num processo de transformação, já sinalizado em diferentes momentos de suas trajetórias. Entretanto esta metamorfose não significava uma ruptura completa. Segundo Velho, nela permaneceram “as experiências e vivências anteriores, embora reinterpretadas com outros significados” (VELHO, 1999, p.9).

E o PT nascia e se consolidava pleno de ressignificações. Com esta perspectiva, o depoimento de Apolônio de Carvalho tecia uma fina ligação entre o projeto petista e a tradição comunista no Brasil pré-64, da qual ele fora um dos construtores. Ele defendia um maior equilíbrio na análise, pois se focalizava bastante a ruptura e não a continuidade existente. Por isso, refutava a idéia de seu companheiro, também fundador do Partido dos Trabalhadores, Mario Pedrosa, de que a agremiação começaria tudo de novo. Para ele o PT ainda guardava muito das concepções da esquerda tradicional:

O PT não começa tudo de novo, mas passa a ser o grande elemento de confiança, de esperança, algo novo para a vida militante de cada um de nós... O PT guarda ainda um bocado das coisas da esquerda, e dentro do amor imenso que nós temos pelo PT, acho que o PT guarda ainda muito do cerco das idéias e concepções da esquerda tradicional...⁴⁵

O Partido dos Trabalhadores carregava o paradoxo: a metamorfose que engendrou o “novo” guardava em si sinais “do estado anterior” (VELHO, 1999, p.8). Mesmo que ele não retomasse o modelo clássico das organizações comunistas, o partido expressava uma tradição delineada antes mesmo do seu nascimento. E estes velhos comunistas eram o elo entre este passado e o seu presente.

A seção *Memória* da *Têoria e Debate* contribuiu para o processo de construção da identidade do Partido dos Trabalhadores. Uma identidade que o relacionava às múltiplas tradições dos movimentos das esquerdas no Brasil. Portanto ele possuía uma história. Ou várias histórias que não começavam nas greves dos metalúrgicos do ABC paulista no final dos anos 70. Dando voz aos “velhos” comunistas da geração pré-64, o partido estabeleceu laços com os “acontecimentos vividos por tabela” (POLLAK, 1989, p.2.).

Sob a inspiração de Fredrik Barth, foi possível tecer as memórias e a identidade da história do Partido dos Trabalhadores da perspectiva de uma “longa conversa por meio da qual os indivíduos interpretam e dividem suas

45. Op cit nota 1, n° 6, 1989. p. 37.

experiências e melhoram sua compreensão da sua própria vida e da vida dos outros” (BARTH, 1989).

Num momento de grave crise de identidade do PT, revisitar as lembranças dos *velhos* comunistas da geração pré-64 coloca ao partido o desafio de reatualizar o seu projeto à luz das transformações radicais do mundo contemporâneo, sem, contudo, perder a perspectiva de uma tradição que lhe foi herdada pela trajetória destes revolucionários. †

Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BARTH, F. *The analysis of culture in complex societies*. S.l.: Ethnos, 1989.
- BERSTEIN, Serge. “Os Partidos”. in: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996.
- HOBSBAWM, Eric. “Adeus aquilo tudo”. In: BLACKBURN, Robin (org.). *Depois da queda. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.
- _____. “Memória e identidade social”. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.
- PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RÉMOND, René. “Do Político”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996.
- REVISTA TEORIA E DEBATE, São Paulo: Diretório Regional do PT-SP. 1987-2004.
- SIRINELLI, Jean François. “A geração”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- SOIHET, Rachel. “Introdução”. In: SOIHET, Rachel e ABREU, Martha (orgs.). *Ensino de história. Conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/FAPERJ, 2003.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

—UMA VOZ, UM FATO, DUAS VERSÕES:— —LEMBRANÇAS QUE SE ESCOLHEM—

ANGELA ANNUNCIATO

MESTRANDA EM EDUCAÇÃO - FACULDADE DE EDUCAÇÃO - USP

RESUMO: Por meio de dois relatos, feitos por uma mesma pessoa a respeito de um mesmo acontecimento, porém em contextos diferentes e com um intervalo de quatro anos entre eles, procuramos analisar os mecanismos que fazem com que uma narrativa seja tão diferente da outra, valendonos de conceitos como memória individual, memória coletiva, estereótipo e reinterpretação histórica.

PALAVRAS-CHAVE: História oral; Memória; Memória coletiva; Contexto histórico; Análise do discurso

ABSTRACT: Through two stories, told by the same person regarding the same happening, but in different contexts and separated by a period of four years, we attempt to analyze the mechanisms that make a narrative so different from another, using concepts as individual memory, collective memory, stereotypes, and historical reinterpretation.

KEYWORDS: Oral history; Memory; Collective memory; Historical context; Discourse analysis

À memória de Maria Lourdes Motter

*“É preciso compreender o presente pelo passado e o passado pelo presente”
(Marc Bloch)*

*“O passado, a rigor, é uma alteridade absoluta, que só se torna cognoscível mediante a voz do narrador”
(Ecléa Bosi)*

*“O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”
(Walter Benjamin)*

Ah, eu lembro, claro. É verdade, foi nessa época que você esteve aqui, em 2002. Foi mesmo uma bagunça. O problema todo foi a estrada que o “G.” resolveu abrir sem autorização. Aí foi aquela coisa toda, o Ibama chegou de helicóptero e metralhadora, encostando todo mundo no barranco, mão na cabeça, essas coisas... Ninguém tinha nada com a história e todo mundo entrou no rolo. Acho que ninguém foi preso, mas aproveitaram pra multar um monte de gente. E o pior é que, pelo que eu sei, o “G.” saiu livre de tudo. Ele é grande, tem advogado, é bem relacionado, sabe? Não aconteceu nada com ele. Azar de quem é pequeno!

O relato acima foi colhido no dia 14 de julho de 2006, numa fazenda localizada em um pequeno município do Estado de Minas Gerais. Seu autor, J.R., é proprietário da fazenda e mora na região desde a década de 1970². O relato refere-se a um episódio ocorrido há alguns anos – mais especificamente, em agosto de 2002 – e difere um pouco do que ouvimos na época. Naquela data, a fala de nosso colaborador era outra. Dizia respeito ao fato – lamentável, nas palavras de J.R. – de que o Ibama deveria ser um órgão preocupado, acima de tudo, com a educação e não apenas com a vigilância e a punição. No caso, vigilância e punição de pequenos produtores rurais, que cultivavam em desacordo com a legislação ambiental, eram multados e continuavam incorrendo em erro, já que não recebiam qualquer explicação ou orientação sobre seus delitos ambientais. À época do

1. Este relato, informal e não registrado por qualquer meio de gravação, foi coletado por ocasião de visita realizada com o objetivo de iniciar os contatos para pesquisa de campo, necessária para nossa dissertação de mestrado. Nela, os relatos analisados serão os de pequenos produtores rurais que vêm cultivando em desacordo com a legislação ambiental e que, à primeira vista, assim o fazem por não compreenderem a linguagem utilizada pelo órgão encarregado de executar o controle e a fiscalização ambiental, no caso, o Ibama.

2. O sr. J.R. preferiu não ser identificado, o que confere a este trabalho características de “História oral de pessoas anônimas” (MEIHY, 2005, p. 136). J.R. é um colaborador e seu relato não será utilizado em nossa dissertação, embora sirva de instrumento de reflexão neste artigo.

ocorrido, não houve sequer menção à estrada ilegal.

Questionado a esse respeito, J.R. foi taxativo: “Ah, mas isso acontece sempre, as multas. É tão comum que nem fica na memória. Na hora eu falei sobre isso, mas hoje, depois de quatro anos, o que fica é o diferente. Eu lembro da estrada, do helicóptero, das metralhadoras...”.

Insistimos no assunto. Diante da pergunta “mas por que, naquela época, você falou sobre o problema da educação dos pequenos produtores, e só hoje, quatro anos depois, é que mencionou a estrada e nem fez referência àquilo que tanto o incomodou em 2002?”, J.R. respondeu: “Na hora, a gente estava revoltado com o que aconteceu com os pequenos. Sempre acontecia, mas daquela vez era diferente, a culpa era da estrada e eles não tinham nada a ver com ela. Agora a revolta passou e eu só lembrei da estrada.”

Devemos mencionar aqui um detalhe importante. O relato de J.R. em 2002, contemporâneo aos acontecimentos, foi feito entre pessoas visivelmente ativas socialmente, preocupadas, segundo elas mesmas, com a situação injusta dos pequenos produtores em relação ao Ibama. Já em 2006, J.R. fez seu relato em particular, numa conversa longe não só do tempo, mas também do contexto dos fatos originais. Longe de seus pares, longe da pressão do grupo.

A estranheza que nos causa essa espécie de memória seletiva, que deixa passar o recorrente para levar em conta o diverso, que foca objetos diferentes se em grupo ou individualmente, é o tema deste artigo.

Memória individual / Memória coletiva

A fala de J.R. em 2002 não pode ser considerada especificamente uma memória, pelo menos não no sentido que a palavra tem de “lembrança”. Primeiro, porque é contemporânea aos fatos. Segundo, porque J.R. não esteve presente durante a ação do Ibama. Ele participou, sim, dos acontecimentos decorrentes de tal ação, mas o episódio narrado não contou com sua presença efetiva. Ele não estava lá, mas sua fala permite ver os helicópteros, as metralhadoras, o incômodo e o constrangimento vividos pelos pequenos produtores. Vemos a cena através de olhos que não a viram. Nosso colaborador se apropria de discursos alheios para formular seu próprio discurso. Sabemos, no entanto, que tal comportamento é absolutamente comum. “Presenciamos alguns fatos, mas não presenciamos a maior parte dos fatos sobre os quais conversamos. Confiamos, porém, nas pessoas que viveram e presenciaram esses fatos, e o pensamento e o discurso cotidiano se alimentam dessa confiança social.” (BOSI, 2004, p. 115). Mais do que isso: “nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros,” (HALBWACHS, 2004, p. 29).

Porém, mesmo não sendo exatamente uma lembrança, ela talvez seja

fruto de uma memória coletiva. Imaginemos a cena: no dia seguinte à visita do Ibama, o ocorrido é assunto absoluto na cidade. Ninguém sabe com exatidão quem estava presente, mas todos conhecem a história com riqueza de detalhes. O relato sobre os acontecimentos do dia anterior espalhou-se pela cidade através das palavras de seus próprios habitantes, que certamente possuem uma ideologia a respeito de tais questões. Foi a partir daí que se construiu o relato que ouvimos em 2002. Um relato não só formulado, mas também proferido em meio a um grupo. “Pude perceber essa força da memória coletiva, trabalhada pela ideologia, sobre a memória individual do recordador, o que ocorreu mesmo quando este participou e testemunhou os fatos e poderia portanto nos dar uma descrição diferenciada e viva.” (BOSI, 2004, p. 17). Todos estes aspectos certamente influenciaram a construção da fala de J.R. em 2002. Dias depois da visita do Ibama, ao nos relatar o ocorrido, sua memória individual manifestou-se carregada pelas impressões da memória coletiva dos habitantes da pequena cidade mineira.

No presente, novos pontos de vista

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda seguindo as relações que mantenho com outros meios.. (HALBWACHS, 2004, p. 55).

Teria o ponto de vista de J.R. mudado em decorrência de alguma alteração nesse sentido?

J.R. não é um pequeno produtor rural. Embora não seja uma grande propriedade, sua fazenda está em outro patamar de classificação, possuindo inclusive uma área de RPPN (Reserva Particular de Patrimônio Natural), oficializada após os acontecimentos de 2002. Isso mostra, ao menos em tese, que sua propriedade não é um exemplo de produção em desrespeito à legislação ambiental. Seria plausível, portanto, que, no decorrer desses quatro anos que separam os dois relatos, J.R. tenha “mudado de lugar”, adquirindo assim um outro ponto de vista. Da mesma forma, talvez suas relações com a comunidade e os pequenos produtores rurais tenham se alterado de alguma maneira, ocasionando então a diferença entre os dois discursos. Adam Schaff, discorrendo sobre o fazer histórico, ensina-nos que a construção histórica é seletiva e os critérios de seleção dependem do presente. Este determina o que merece ser “enxergado” no passado. Os critérios de seleção dos materiais históricos variam, criando uma transformação na própria imagem histórica. Elementos sem importância ganham relevância, e fatos antes considerados essenciais caem no esquecimento. Ou seja, a história “modifica-se” em função dos interesses do presente.

“Reescrevemos continuamente a história porque os critérios de avaliação dos acontecimentos passados variam com o tempo” (SCHAFF, 1986, p. 272). Ainda fazendo do narrador um historiador em potencial, sabemos que a história é um “processo – na acepção jurídica –, sempre passível de reabertura, de revisão (...), de ‘releituras.’” (PESSANHA, 1996, p. 50). “O processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios” (Changeux apud LE GOFF, 2005, p. 420). Com base nestas afirmações, podemos concluir que o discurso de J.R. em 2006 foi feito em função de sua visão atual sobre o passado.

Estereótipos

Interessante considerar, também, a possibilidade de uma visão estereotipada por parte de J.R. no caso do relato proferido em 2002. É claro que não podemos afirmar isso de forma incontestável, mas nos valem de impressões que ficaram das conversas na fazenda de J.R., quando, em nossa primeira visita à cidade, percebemos um certo “desprezo agressivo” em relação ao Ibama, que seria visto como um órgão que tem como único objetivo vigiar e punir, ostensiva e levemente, sem qualquer preocupação em justificar seus atos. Ao recordar apenas helicópteros e metralhadoras, J.R. talvez tenha sido vítima do “gesso do estereótipo que perpetua lembranças enquanto as imobiliza e resume.” (BOSI, 2004, p. 113). Tal possibilidade é reforçada pelo fato de J.R. não ter presenciado a ação do Ibama em 2002. Mesmo que nosso colaborador estivesse presente durante o desenrolar da ação, seu testemunho teria de ser “amenizado” em decorrência de uma possível visão estereotipada do ocorrido, baseada em uma espécie de doxa a respeito do Ibama, considerando doxa como “correspondente ao sentido comum, isto é, a um conjunto de representações socialmente predominantes, cuja verdade é incerta, tomadas, mais freqüentemente, na sua formulação lingüística corrente” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006, p. 176). Walter Lippmann (1972), em seu texto intitulado “Estereótipos”, narra uma curiosa experiência realizada num congresso de Psicologia em Göttingen, na Alemanha. Durante o evento em questão, quarenta pessoas – segundo Lippmann, “observadores presumivelmente treinados” – foram convidadas a relatar um incidente envolvendo dois homens, um vestido de palhaço e o outro, negro. Ambos entram abruptamente no auditório onde estava sendo realizado o congresso e começam a brigar. O incidente foi planejado e interpretado por dois atores, sem que os observadores tivessem conhecimento disso. Os quarenta relatos foram feitos imediatamente após o ocorrido, e nenhum deles foi fiel aos fatos, devidamente documentados através de fotos. Segundo dados da pesquisa, dez relatos eram “pura invenção”, vinte e quatro eram “meio lendários” e apenas seis puderam ser

considerados “aproximadamente exatos”. Segundo Lippmann,

Nem mesmo a testemunha ocular traça um quadro ingênuo da cena. (...) O mais das vezes, o que supõe ser o relato de um acontecimento é, na realidade, uma transfiguração dele. A maioria se afigura, em parte, construída. Um relato é o produto conjunto do conhecedor e do conhecido no qual o papel do observador é sempre seletivo e geralmente criativo (grifo nosso). Os fatos que vemos dependem da posição em que estamos colocados e dos hábitos de nossos olhos. (Lippmann apud STEINBERG, 1972, p. 149-150)

Talvez, portanto, o relato de J.R. a respeito da ação do Ibama em 2002, mesmo que não seja o relato de uma testemunha ocular dos fatos, seja um tanto “criativo”, e essa suposta criação seja fruto de estereótipos que nos fazem concluir antes mesmo de ver, já que “colhemos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber o que colhemos na forma estereotipada, para nós, pela nossa cultura.” (Lippmann apud STEINBERG, 1972, p. 151).

Não pretendemos aqui julgar J.R., acusando-o de faltar com a verdade, ou mesmo de ser uma pessoa preconceituosa. Acreditamos que, no caso de realmente haver uma visão estereotipada do Ibama como um órgão governamental repressor, tal visão seria decorrente do que Agnes Heller chama de “ultrageralização”, algo absolutamente inevitável nos dias de hoje: “Em breves lapsos de tempo, somos obrigados a realizar atividades tão heterogêneas que não poderíamos viver se nos empenhássemos em fazer com que nossa atividade dependesse de conceitos fundados cientificamente.” (HELLER, 2004, p. 44). Tal característica da vida moderna nos levaria a assumir estereótipos, juízos previamente elaborados, opiniões que ganham o status de saber na vida cotidiana.

A voz do outro

Em seu relato em 2006, J.R. simplesmente esquece sua revolta com a injustiça do ocorrido, com a despreocupação em informar, com as punições equivocadas. Há que se levar isso em conta. “Cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento.” (BOSI, 2004, p. 18). Não nos parece, entretanto, que seja o caso de um esquecimento “forçado”. Não se trata de calar “pelo discurso autoritário, instaurador de uma mentira com força e poder de verdade.” (MOTTER, 1994, p. 70). Como dissemos, J.R. não é um pequeno produtor rural, possui uma RPPN em suas terras e estima-se que sua relação com o Ibama seja pacífica, mesmo que apenas superficialmente, socialmente falando. Mas outros podem ter calado. E a voz desses outros – ou, no caso, o silêncio -, pode estar presente na fala “incompleta” de J.R.. “Temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.”. “Nós não percebemos que não somos senão um eco”

(HALBWACHS, 2004, p. 30 e 51).

Tais constatações defrontam-nos com um fenômeno interessante. Enquanto o discurso de 2002 traz consigo a fala de outros, o de 2006 traz o silêncio. Um silêncio que Eni Orlandi (1997) chama de “silêncio significante”. Não queremos com isso dizer que exista alguma informação implícita no relato de J.R. Não há um contexto que justifique um sentido adjacente nas palavras de nosso colaborador. O silêncio, neste caso, é diverso do implícito, já que “o silêncio não tem uma relação de dependência com o dizer para significar: o sentido do silêncio não deriva do sentido das palavras.” (ORLANDI, 1997, p. 68). O que acreditamos possível é que o “silêncio dos outros” dentro do discurso de J.R. seja decorrente da chamada “política do silêncio”, algo que, segundo Orlandi, “se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada.” (ORLANDI, 1997, p. 75). Nosso colaborador diz uma coisa para deixar de dizer outra, já que essa “outra” talvez tenha se tornado indesejada no decorrer dos quatro anos que separam os dois relatos. Uma espécie de “censura velada” talvez fosse capaz de explicar tal alteração no discurso de 2006.

Submetido a ela (a censura), o sujeito não pode dizer o que sabe ou que se supõe que saiba. Assim, não é porque o sujeito não tem informações ou porque ele não sabe das coisas que ele não diz. O silêncio da censura não significa ausência de informação mas interdição. Nesse caso não há coincidência entre não-dizer e não saber. (ORLANDI, 1997, p. 110).

De qualquer forma, sempre há outros que surgem nos relatos, seu autor nunca fala apenas por si, emitindo invariavelmente um discurso polifônico, no qual várias vozes falam ao longo de um texto. Segundo Bakhtin, todo discurso é dialógico, trazendo em si outros discursos, proferidos por outras pessoas, numa interação constante. “Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta.” “O ato de fala individual (no sentido estrito do termo “individual”) é uma *contradictio in adjecto*.” (BAKHTIN, 1981, p. 123 e 127).

Linguagem, um produto social

“O funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio.” (HALBWACHS, 2004, p. 58). Vejamos, pois, qual é o meio em que vive nosso depoente e quais são as idéias por trás das palavras de seu discurso.

J.R. é uma exceção em seu meio, ainda que consideremos que esse

meio não seja o dos pequenos produtores rurais. Sendo engenheiro, trabalhou por anos em várias cidades do País, tornando-se fazendeiro apenas em decorrência de problemas de saúde. Uma rápida análise em sua biblioteca, na ocasião de nossa primeira visita, em 2002, nos revelou certas tendências “de esquerda”, quase anarquistas. Sua aparente revolta no dia seguinte à ação do Ibama, em 2002, parece confirmar isso. Mesmo seu discurso mais recente, passível de ser tachado de estereotipado e incompleto, revela a realidade social de alguém consciente e articulado. “A linguagem, produto social que reflete uma realidade social dada, influencia o modo de pensamento dos homens na medida em que influencia sua percepção e sua articulação do mundo, sua interpretação mental.” (SCHAFF, s/d, p. 56). Afinal de contas, somos incapazes de pensar fora de uma língua. Linguagem e pensamento possuem uma unidade orgânica. A língua é um produto social, e ambos os discursos de J.R. confirmam esta afirmação. “A palavra é o fenômeno ideológico por excelência.” (BAKHTIN, 1995, p. 36).

Conclusão

Ao final destas reflexões, nosso estranhamento inicial desaparece e dá lugar a uma compreensão dos processos que permitem a existência de dois discursos, proferidos por uma mesma pessoa, mas que apresentam algumas dissonâncias porque separados no tempo. Podemos pensar em “mudança de ideologia”, se aceitarmos o fato de que J.R. ocupa, em 2006, um lugar social diferente do que ocupava em 2002. Outro lugar permitiria outro ponto de vista e, portanto, uma outra formação discursiva (considerando “formação discursiva” segundo a noção foucaultiana, que procurava “designar conjuntos de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinadas) (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006, p. 241). Nesse caso, podemos assumir uma alteração de identidade por parte de nosso colaborador, já que esta “resulta de processos de identificação segundo os quais o sujeito deve-se inscrever em uma (e não em outra) formação discursiva para que suas palavras tenham sentido. Ao mudar de formação discursiva, as palavras mudam de sentido.” (ORLANDI, 1997, p. 78). Por outro lado, talvez essa mudança de identidade tenha sido causada por uma suposta censura, já que “a censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito” (ORLANDI, 1997, p. 81).

Também podemos justificar a diferença entre os dois relatos como resultante de ecos de outras vozes, mesmo que essas “outras vozes” tenham sido caladas. De qualquer forma, seja por alterações de pontos de vista, seja por força de uma espécie de censura, por mais subliminarmente que esta possa ter se manifestado, nossa análise, acreditamos, revelou um todo coeso e perfeitamente verossímil diante da ação do presente e, por que não,

do próprio passado. “A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada.” (HALBWACHS, 2004, p. 76). Costuma-se dizer que é impossível fugir do passado. Agora sabemos que o mesmo acontece com o presente. “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’.” (BENJAMIN, 1996, p. 229). †

Referências bibliográficas

- BACCEGA, Maria Aparecida & CITELLI, Adilson Odair. *Retórica da manipulação: os Sem-terra nos jornais*. São Paulo: Comunicações e Artes, 1989.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”. In *Obras Escolhidas I – Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- _____. “Sobre alguns temas em Baudelaire”. In *Obras Escolhidas III – Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2005.
- LIPPMANN, Walter. “Estereótipos”. In STEINBERG, Charles (org). *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2005.
- MOTTER, Maria Lourdes. “A linguagem como traço distintivo do humano”. *Revista Princípios*, agosto/setembro/outubro 1994.
- _____. “Consciência lingüística de Fabiano”. *Revista Princípios*, s/ data.
- ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.
- PESSANHA, José Américo Motta. “O sono e a vigília”. In NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- _____. “A objetividade do conhecimento à luz da sociologia do conhecimento e da análise da linguagem”. In KRISTEVA, REY-DEBOVE, UMIKER (orgs.) *Ensaio de Semiologia-I – Eldorado*, s/data.



Entrevista

— A EDITORA ALFA-OMEGA —
— NOS ANOS DE CHUMBO: —
— ENTREVISTA COM FERNANDO MANGARIELO* —

ELOÍSA ARAÇÃO MAUÉS
MESTRANDA - HISTÓRIA SOCIAL - FFLCH-USP

Sobre Fernando Mangarielo: o editor e a publicação
de *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós

Fernando Celso de Castro Mangarielo nasceu em Recife, Pernambuco, em 1947. Na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, desde a sua fundação em 1954, “um fermento de radicalização intelectual”, de acordo com as precisas palavras de Antonio Candido, encontrou durante seu curso de graduação o espaço que lhe apontou a descoberta de sua autêntica vocação: a edição de livros, atividade profissional em que pôde sintetizar o gosto pelos temas políticos e culturais, pela promoção e difusão do debate intelectual crítico, e por idiomas (espanhol, russo, armênio e francês são os idiomas que conhece).

O início desse percurso remonta ao ano de 1968, quando Mangarielo ainda cursava Filosofia naquela universidade e concomitantemente desempenhava a função de diretor da Banca da Cultura, um ponto de encontro de estudantes no CRUSP (Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo), onde ele também vendia livros. O ofício foi interrompido pela invasão da polícia no local, nesse mesmo ano, circunstância a partir da qual Mangarielo ficou detido por 136 dias, com base no que ficou conhecido pelo nome de IPM (Inquérito Policial Militar) do CRUSP.

O projeto editorial ultrapassaria a forma das idéias para ganhar realidade apenas alguns anos mais tarde. Veio em janeiro de 1973, quando Mangarielo fundou em São Paulo a Alfa-Omega, uma editora que se notabilizou por publicar obras fundamentais da esquerda, mantendo intensa afinidade com a linha ideológica do PCB (Partido Comunista Brasileiro).

De seu catálogo constam autores que mais se destacaram na oposição ao regime militar, tendo como marco de grande sucesso editorial e político

* Entrevista concedida na sede da editora Alfa-Omega, em São Paulo, em 19 de agosto e 2 de setembro de 2006. Ela constitui parte da minha pesquisa a ser empregada na dissertação de mestrado, “*Em câmara lenta*, de Renato Tapajós: a história do livro, experiência histórica da repressão e narrativa literária”, vinculada ao Programa de História Social da Universidade de São Paulo (USP).

o livro *A Ilha: Um repórter brasileiro no país de Fidel Castro*, de Fernando Morais, lançado em 1976. Outras obras alcançaram sólida repercussão, encabeçando as listas de maior vendagem de não-ficção: *A sangue quente: A morte do jornalista Vladimir Herzog*, de Hamilton Almeida Filho (1978); *Cuba hoje: 20 anos de revolução*, de Jorge Escosteguy (1979); e *A história me absolverá*, de Fidel Castro (1979).

Dos variados episódios enfrentados pela editora diante do desafio de publicar livros de esquerda durante o regime militar, o mais complexo deles deu-se em 1977 com o lançamento de *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós, uma obra que tanto representava a denúncia das formas de barbárie impostas pelo regime militar quanto tentava reconstruir as formas de ação e os discursos dos militantes da esquerda armada, da qual o próprio autor tivera inserção como militante da Ala Vermelha (por conta dessa atuação, ele cumpriu pena no Presídio Tiradentes, em São Paulo, de 1969 a 1974). Outro ponto central do romance que tanto despertou a fúria repressiva foi a descrição, em tom realista, da cena em que uma companheira é submetida a todo tipo de violência e, ao final, morre quando torturadores lhe esmagam o crânio com a “coroa de cristo”.

Na época do lançamento da obra, já sopravam os primeiros ventos da abertura política de Geisel, projeto mais lento e ambíguo do que se podia supor, como se verificou por meio da continuidade dos mecanismos repressivos de perseguição, tortura e desaparecimento – a morte de Vladimir Herzog, em 1975, foi o caso mais emblemático que atestava essa contradição.

No âmbito editorial, vivia-se ainda com o impasse da censura prévia de livros e revistas, implementado a partir do Decreto-lei n. 1.077, em 26 de janeiro de 1970, reforçada pela lei de censura da “moral e dos bons costumes”, existente antes mesmo da instalação do regime militar, a qual foi ampliada e reformulada a fim de servir aos objetivos políticos dos militares. Entretanto, o decreto vinha somente a intensificar uma prática de confisco de livros por forças policiais que acontecia, com certa frequência, desde o golpe civil-militar de 1964.

Nesse contexto, *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós, ao ser publicado, atraiu a atenção de jornalistas conservadores, em especial a de Lenildo Tabosa Pessoa, que lhe dirigiu vigorosa crítica n’O Estado de S.Paulo, em agosto de 1977. De acordo com o jornalista, o livro apresentava teor altamente subversivo que funcionava como uma espécie de manual de guerrilha. Provavelmente, desde maio já seguira a denúncia do romance aos órgãos da repressão, e, posteriormente, a prisão de Tapajós se deu em 27 de julho daquele ano, então enquadrado na Lei de Segurança Nacional. À revelia das intenções arbitradas pelo regime militar, *Em câmara lenta* já ganhara

notoriedade. Com a circulação do livro proibida apenas uma semana após a prisão do autor, tinham sido esgotados os 3 mil exemplares disponíveis nas livrarias do país.

Nesta entrevista¹, Fernando Mangarielo contou-nos novas informações sobre esses fatos e fez um balanço das perspectivas que incentivaram seu trabalho como editor no passado e nos dias de hoje, assim como a respeito da edição de *Em câmara lenta* e de sua repercussão que segue motivando novas pesquisas.

1. A dois leitores muito atentos agradeço pelas cuidadosas observações feitas a este artigo. São eles Flamarion Maués (MAUÉS, Flamarion. *Editores de oposição no período da abertura (1974-1985): negócio e política*. Dissertação de Mestrado (História Econômica). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006) e Wilma Antunes (MACIEL, Wilma Antunes. *O capitão Lamarca e a VPR: repressão judicial no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2006).

—ENTREVISTA COM FERNANDO MANGARIELO—

Gostaria que o senhor falasse a respeito de como se tornou editor.

Devo dizer o seguinte: a coisa mais difícil na vida é saber quando se é ator e quando se é espectador social. Com isso, quero levar esse conceito para a base da sua pergunta, se a entendi corretamente. O que me fez editor? Editor é uma pessoa que sofre certo trauma, certa violência, e assume uma atitude de indignação em relação aos valores da sua geração. Esses traumas – tive dois ou três –, que não foram pequenos nem poucos, vieram de professores, do filósofo Jacob Bazarian, com o qual convivi por trinta e três anos e meio, mais a questão mesmo da ação política, somados aos curtos horizontes que nos impunham durante a ditadura. Esse cadinho dessas três formas – de pressão, de inquietação e de esclarecimento – é que me apontaram o caminho da edição. Aliás, até numa conversa com meu mestre, o filósofo Jacob Bazarian, eu disse: “Mestre, vou sair do curso da Filosofia que Mangarielo cursava na Universidade de São Paulo nos anos 1960 e não sei como começar minha vida”. E ele, que sempre falava de maneira simples e direta, comentou: “Olha, acho que você tem uma característica para ser editor”. “Como assim?”, perguntei. E ele disse: “Você gosta de ouvir, gosta de verticalizar a compreensão dos fatos filosóficos, sociais, políticos; você predominantemente pergunta, embora não saiba ouvir atentamente, você tenta concluir rápido. Mas tem essa inquietação, com o tempo isso vai se apaciar”. Então, ele continuou: “Você vai se preparar para receber a visita da bela senhora, a sabedoria”, era assim que ele falava. “E você gosta, gosta de vender os livros, de ter o seu dinheiro para no fim de semana estar com a namorada. Logo você será um livreiro e logo será um editor. E se você for editor, eu proponho o nome Alfa-Omega, a forma grega de ‘pensamento e ação’”. E cá estamos. Essa prédica dele funcionou. Claro que isso levou muitos anos.

Eu lutei com a minha geração, com as idéias da época, ou seja, tive de tomar uma posição política para saber de que lado da História ia ficar, por que ficar, tive de medir as conseqüências e os avanços das ações, tive de observar quem estava para valer e quem não estava no jogo dessas lutas que então se travavam naquele cenário de fechamento imposto pelo regime militar. Porque eu sempre soube que, uma vez iniciado o trabalho de edição, não se pode abjurar um livro quando você o publicou. Agora, me vieram à mente uns esclarecimentos: publicar, na forma latina, significa tornar público. Aliás, voltar atrás e decidir abjurar uma obra a ser editada era tão comum nos anos 70 que sou o único editor que estabeleceu esta cláusula: o autor não pode abjurar da obra durante a vigência do contrato,

sob pena de me indenizar comprando todos os exemplares remanescentes, a partir daquela data. É comum o autor renunciar ao contrato. Muitos jovens intelectuais, de quem publiquei livros quando fiz a literatura da resistência nos anos de chumbo, eram jovens de 18, 20 anos, que freqüentemente mudavam de idéia. Nunca me esqueço de um deles, sentado numa cadeira giratória, na TV Cultura, dizendo: “Já não tenho mais nada a ver com esse livro, estou pensando em outros livros”, como só diria um intelectual de terceiro mundo. O livro dele estava pronto, estava impresso – a humanidade ia parar para ler o livro dele, independentemente de tudo: se a obra ia vender ou não, se o editor ia ou não recuperar o seu capital. Aí pude perceber que havia esses problemas. Intelectual de país subdesenvolvido é muitas vezes subdesenvolvido.

Essas coisas foram marcando minha consciência e minha ação. Eu sempre tive muitos amigos, sempre. Nos últimos anos, eu me dedico mais à reflexão do que ao debate, mesmo porque ele não existe. Uma ironia! Como editor, posso atestar isso, que hoje estou reimprimindo mais os meus livros do passado porque não há idéias novas. Há as mesmas idéias com outros títulos, muitas vezes negando o conteúdo, sem nem mesmo provocar reflexão. Então, como editor, assumi a posição de levar o conhecimento, o pensamento crítico para combater a concepção teológica do mundo – a ciência é tudo. Estou de acordo com os lemas da cidade de São Paulo: “Non ducor, duco” (Não sou conduzido, conduzo) e da Universidade de São Paulo “Scientia Vincet” (Vencerás pela Ciência); ela vence e vencerá. Tudo isso são conceitos que entraram no meu DNA e fazem parte dele. Então, eu vejo a coisa dessa maneira, ser editor é entrar nesse processo de indignação, com a participação de um grupo, e levar isso avante, porque o sentido da vida para mim é uma questão muito simples: é se pôr do lado da verdade, da verdade comprovada, científica. Sócrates resolve muito bem o problema: “Estimo Platão mas sou muito mais amigo da verdade”. Então, de que lado você vai ficar é muito importante, você tem que saber se é ator ou espectador naquele momento histórico e tomar uma posição. Eu não gosto de livro subjetivo, discurso em torno do umbigo, da roda quadrada, eu nunca publicaria esses livros que desfizeram todo um trabalho de editores de 20, 30 anos atrás.

Qual foi seu papel como editor na luta de resistência durante o regime militar?

Atuei publicando os meus autores contemporâneos, inicialmente os meus professores, depois os meus contemporâneos, aqueles mais destacados, como foi o caso de *Em câmara lenta*, do Renato Tapajós, e tantos outros, toda a literatura dos anos de chumbo que eu publiquei, assim como

obras de Rodolfo Konder e tantos outros. Alguns tiveram êxito comercial ou mesmo êxito político, o que permitiu à editora se firmar no mercado. A editora existe há trinta e três anos e meio e nunca deixamos de publicar, nunca saímos do mercado por qualquer motivo – político ou econômico ou de outra ordem –, prosseguimos ativos e estamos ativos, e estaremos por mais uma década e meia, duas décadas, que acho que é o que me restará de força produtiva e capacidade intelectual.

Então, devo dizer que marchei junto, certo ou errado, eu marchei junto com a minha geração. Havia uma piada na União Soviética que dizia que toda vez que alguém saía para o exterior, ao voltar respondia a treze perguntas e a décima terceira era se ele havia se desviado do partido, no Ocidente. Um judeu muito esperto disse: “Sim, me desviei junto com a linha do partido”. Assim, como balanço atual do papel da editora ao longo desses anos posso afirmar que somos pequenos, somos modestos, ninguém nos incomoda exatamente por isso: porque editamos uma coisa que todos sabem que não tem força econômica e com certeza o fato de ainda grande parte da sociedade brasileira não reconhecer plenamente o papel do conhecimento.

Mas as novas gerações já estão percebendo as contradições, já estão ligando alhos a bugalhos. Isso vai permitir formar um cadinho, tal como naquele momento em que eu peguei o bonde andando lá atrás e optei por ser editor. Como já disse, reimprimo meus livros clássicos de marxismo. *A Dialética Materialista* (de Alexander Cheptulin, com a tradução de Leda Rita Cintra Ferraz, de 1982) é um tratado sobre dialética que é comprado com certa frequência pelas universidades. Então alguma coisa volta porque o capital está sendo mais remunerado do que o trabalho e isso é que é o fulcro, a quintessência do problema. As pessoas logo, logo vão se cansar de só dar e não receber nada em troca: “Quem semeia vento, colhe tempestade” e também cabe para essa situação o ditado “Nunca se engana todo o povo o tempo todo”. Nós sabemos disso, mas nem todos sabem.

Está aí uma perspectiva para o editor propagar. E é isso que me apaixona, o meu sentido de realização é cumprir essa tarefa que percebi que é a maneira de retribuir tudo o que a minha geração aprendeu, aquilo com que convivi, que absorvi, que pude aprender, que implementei. O trabalho é que me dá essa medida, a satisfação que tenho é que me dá essa medida para fazer uma boa contribuição ao mundo. E até meu último suspiro, com toda certeza, serei editor.

Agora, com a internet, mesmo na cama, posso ter um teclado, mandar meus livros virtuais para o ar e fomentar as pessoas para que os leiam. Em linhas gerais, é isso.

No entanto, não posso aceitar os colegas em contradição inclusive

com os novos valores, com a nova consciência ambientalista: eles destroem árvores, destroem a natureza para divulgar o pensamento irracionalista, místico. Eles precisam ver a incoerência também nesses aspectos do todo que envolvem as obras que produzem. Convido os leitores dessas obras a refletirem sobre isso, pois não se deve destruir a natureza assim. Nem mesmo no caso do uso dos eucaliptos, que é uma cultura renovável, porque o eucalipto replantado destrói outras plantas nativas do Brasil.

E que isso sirva de reflexão. Acho que ninguém contribui ao ser cordato. Temos que levar a cizânia, aguçar as contradições: esse é o papel do intelectual. Eu nunca dei abrigo àquele que quer remendar, ao reformista, ao conservador. Então é isso: precisamos de idéias novas que analisem essas tendências, e não desses planos econômicos, dessas idéias de não tirar da classe rica, mas tirar da classe média para dar para a classe pobre. Por que não tirar de quem expropriou as classes média-baixa e a pobre? Temos de discutir esses assuntos. Isso é fazer História, é fazer as mudanças na História. As universidades têm de cumprir seu papel, aguçar essa contradição. Isso é do saber, a História evolui assim.

Havia algum projeto político na base da fundação da editora Alfa-Omega?

Certamente que sim. O primeiro livro, lançado em 9 de janeiro de 1973, foi *A Idéia Republicana no Brasil Através dos Documentos* - elaborado com base em documentos -, de autoria de meu professor da USP (Universidade de São Paulo), Reinaldo Xavier Carneiro Pessoa, da disciplina "História da União Soviética", do curso de Estudos Orientais. Esse primeiro livro fez sucesso porque foi muito usado em sala de aula. Alcançamos prontamente uma meia edição de 3 mil exemplares, em seis meses - o que era um sucesso para a época. Depois foram surgindo outros autores, outros professores, outros amigos - e a Alfa-Omega tomou impulso.

Desde o início até hoje é uma editora predominantemente acadêmica na área de Ciências Humanas. E eu bebia da fonte das idéias reinantes, nas ruas e na universidade, que eram de apoio às mudanças, da luta contra a ditadura e movida pelo conhecimento das leis do marxismo. Minha geração viveu sob a égide daquele pensamento do *Le Rouge*, do Daniel Cohn-Bendit: "Sabíamos o que não queríamos, mas não sabíamos o que queríamos". Percebo que ainda hoje muitos políticos da atual geração, e muitos jovens, continuam não sabendo o que querem, ou seja, o anátema está lançado e continua. Mas a Alfa-Omega, desde o início, sempre deu apoio ao pensamento crítico, só que inicialmente, exclusivamente, dentre os professores da Universidade de São Paulo, já que eu vendia nossas publicações para os meus colegas de classe. Apenas quando a empresa se estruturou melhor

tecnicamente passamos a fazer livros para outros cursos.

De lá para cá só tive e tenho este ofício e acho que até o meu último suspiro estarei sempre voltado – como dizíamos na época – a emprenhar idéias, corações e mentes. Então é esse o meu ofício, do qual gosto sem ressalvas, sem nenhum reparo, nenhuma modificação.

Em relação ao livro *Em câmara lenta*, se a memória não me falha, deve ter sido o décimo ou o décimo quinto lançamento nosso, que veio no bojo dos antecessores, que foram os de Florestan Fernandes [*Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?*, de 1975] e Octávio Ianni [*Sociologia e Sociedade no Brasil*, 1974]. Todos eles indicavam outros colegas, outras obras, como a de José Carlos Mariátegui [*Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*, trad. Salvador Obiol de Freita e Caetano Lagrasta, 1976]; e isso foi ganhando força. Assim, soubemos interpretar os clamores e as tendências da época. Tanto as obras de autores nacionais quanto as traduções dos estrangeiros reverberaram.

O momento era muito específico: alguém que possa vir a escutar ou a ler estas palavras talvez não irá entender como era aquela época. Nós saímos da faculdade, tomávamos o ônibus – o assunto era sempre o mesmo –, íamos em direção à Praça da República para uma passeata e aquilo se estendia até a madrugada, até o dia seguinte, porque depois íamos para os bares analisar como tinham se portado tal e tal facção, tal isso, tal aquilo. É essa a minha formação: vivíamos diuturnamente aquilo e foi na Universidade de São Paulo que eu me impregnei do objetivo do sentido da crítica.

No nome Alfa-Omega – pensamento e ação – existia esse embricamento, na teoria e na prática, como existe até hoje: às vezes acho que preciso publicar um tema, vou buscar o autor e encomendo o livro, para provocar. Isso ficou na minha prática, isso é um traço da minha formação e da minha geração. E costumo dizer, numa homenagem aos meus companheiros mortos, que a nossa geração foi muito generosa: ela matou e morreu pelo que acreditava. Hoje é mais fácil pactuar com o mal do que lutar contra ele. Conheço jovens que são drogados, que são dipsomaníacos porque não suportam a contradição entre o que sonharam e a realidade de suas vidas.

Eu não tenho tudo o que quero, mas pelo menos o talvegue, a bitola que criei, o aríete, o ponto de direção, a meta a ser atingida continuam. Sofri todos os reveses, logo no nascedouro: o quilo do papel custava 79 centavos e, com a guerra dos Seis Dias, subiu para 4,29 em dois meses. Eu quase deixei de ser editor porque o dinheiro que tinha para fazer dois livros só deu para fazer um, devido a essa subida vertiginosa de quase 400 % no preço. As coisas foram assim... As idéias de nossas publicações surgiam no meio desse clima ruim.

Em que momento os originais de Em câmara lenta, do Renato Tapajós, chegaram a suas mãos e como o senhor decidiu publicá-los?

Essas pessoas vinham indicadas. Eu, naquela época, gostava muito de circular na noite e então encontrava pessoas, era apresentado a uma pessoa e a outra... Entendi então que era muito mais fácil receber um original, ler e emitir um juízo sobre ele do que dizer simplesmente "vou editar", sem ler.

O Tapajós me foi apresentado por pessoas comuns, um amigo da universidade, não me lembro exatamente quem. Eu me lembro de quando ele chegou, mostrou o trabalho, eu li e fiquei com ele... Uma coisa é você conhecer um autor pelos jornais, ou quando nos é apresentado, e outra coisa é você ler um original e se deparar com uma crítica como aquela. Lembro-me de que fiquei assustado e pedi a um amigo, versado em textos literários, que fizesse uma apreciação dos originais. Ele me chamou a atenção para as características meio cinematográficas do texto. (Eu particularmente leio melhor ensaios, nos quais percebo o dito e o não dito, já na forma ficcional não sou tão hábil, daí precisar sempre de leitores críticos.) Então esse amigo me chamou a atenção para isso e me lembro de que li tudo de uma sentada só.

Também troquei muitas vezes impressões com um colega nosso, amigo do Tapajós, que morava na mesma rua em que eu, a João Moura Ino bairro de Pinheiros, em São Paulo – onde moro até hoje – onde ele tinha uma loja de molduras (ainda existente). Ele já tinha lido os originais, era um entusiasta desse texto. Fiz muitas investigações sobre o livro porque, pode-se notar, é a primeira publicação ficcional sobre o tema, no meio de tantos ensaios. E assim publicamos o livro.

E qual não foi nossa surpresa quando o coronel Erasmo Dias então secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, desejoso de se promover, conseguiu causar aquele roubo todo, dizendo que o livro do Tapajós era um manual de guerrilha. Causou prejuízos, prendeu a mim e a minha mulher. Fomos ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) depor juntos e tive de voltar lá outras vezes. O livro não é "um manual de guerrilha", como ele dizia. Não era, não é e nunca será. Ainda bem que quem está dizendo que o livro não é "um manual de guerrilha" é a sociedade brasileira, não eu. Mas como o coronel Erasmo Dias tinha ao seu lado os meios de comunicação, o terror e tudo mais, ele conseguiu fazer o que fez. No entanto, como diz o provérbio popular: "Não há bem que sempre dure nem mal que nunca se acabe".

O doutor Aldo Lins e Silva, um militante contra a ditadura, assumiu a nossa defesa: advogou em favor da editora e do Renato Tapajós, em solidariedade humana, em solidariedade política. Sugiro que o doutor Aldo

seja ouvido porque ele poderá fornecer os dados técnico-jurídicos do caso. Lembro-me de que fui três vezes depor e falava sempre com o delegado Cintra²: não me esqueço do nome dele por causa das histórias em quadrinho do Bolinha, em que havia o “delegado Cintra”. Alcides Cintra Bueno, parece que era esse o nome dele completo, me interrogou três vezes e uma delas ao lado do Sérgio Paranhos Fleury.

Depois disso, criou-se uma celeuma em torno do livro, justamente porque ele era proibido. Uma parte da imprensa já ganhava a oposição, além disso, éramos mais unidos, éramos uma frente ampla, e, por isso, conseguimos denunciar. Então, todos os jornais abordavam o assunto, não só aqui no Brasil, mas também no exterior. O caso foi noticiado, por exemplo, no jornal francês *Le Monde* e o livro tomou “o caminho das insurreições”, parafraseando um verso de Pablo Neruda. Até hoje o livro tem o seu lugar na história e a sua estrela cintila. E eu me pergunto: “Por que não foi feito um filme a partir desse livro?”. Fazem filmes de tantas coisas menores e não fazem desse belo romance, cuja estrutura cinematográfica já está montada. Veja que ironia!

Com foi o dia do lançamento do livro?

Foi na loja de molduras na nossa rua: tinha carros e carros, me lembro do transtorno, talvez tivessem lá entre 60 a 80 carros; a rua ficou apinhada. Vendemos uma quantidade imensa de livros, não prevista. Como eu morava perto de onde ia ser o lançamento, levei para casa 300 exemplares porque, naquela época, a tiragem era de 3 mil. Eu deixava mil num lugar, mil em outro e um mil na sede.

O livro do Tapajós já tinha vendido bastante por causa da divulgação positiva do caso pela imprensa, provocando uma demanda enorme, a ponto de eu dizer, carinhosamente, que tinha ganhado 1.200 sócios anônimos. Entre 60 e 90 dias eu vendi de 800 a 900 exemplares, o que me permitia pagar o gráfico, o custo total da impressão. Foi isso que alavancou a editora. No lançamento, levei 300 exemplares, dos mil que já tinha prontos, e peguei mais dos 300 que tinha em minha casa, dos quais vendemos mais ou menos 240 exemplares, além dos 500 que já tinham sido vendidos. Era

2. Sérgio Paranhos Fleury não era somente um dos representantes mais brutais e temidos do aparelho repressivo do Estado militar, mas também contava com o suporte de figuras como Cintra Bueno, sobre quem há o seguinte registro em SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo: Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo, Globo, 2000: “Cabeças cortadas, dedos arrancados ou simplesmente corpos marcados pela sevícia, pela tortura, pelos sulcos profundos, o capítulo final requeria extremos cuidados. Para executar esse trabalho, foi escolhido criteriosamente um homem – *Little Pig*; ou simplesmente *Porquinho*, apelido pelo qual era conhecido o delegado do Dops Alcides Cintra Bueno Filho. [...] Assim Alcides Cintra Bueno Filho foi erigido à condição de coeiro oficial do DOI-Codi e do Dops. Se alguém morria, em combate ou na tortura, era sempre ele o primeiro a chegar para definir, somente ele, o que fazer” (p. 180-181).

um número de vendas expressivo para a época.

No dia seguinte ao lançamento, todos os jornais comentaram, umas seis rádios e a televisão também noticiaram o fato. Era uma coisa flamejante! Outra coisa importante eram os convites que recebíamos das organizações estudantis para falar sobre o livro *Em câmara lenta*. O clima se mantinha numa temperatura constante, coisa que falta atualmente. Não há articulação. Hoje a alienação é total... O livro tomou seu caminho, ganhou outros estados. O Rio de Janeiro foi puxando, foi subindo para o Nordeste e para o Norte e foi também descendo para o Sul. Os gaúchos são muito ciosos e, na feira do livro de lá, *Em câmara lenta* foi um dos best-sellers. Disso, acho que os gaúchos não gostaram, pois parece que preferem promover os autores da terra. Durante três anos seguidos o livro Olga, de Fernando Morais, foi o mais vendido nessa feira: está na 50ª edição. Por três ou quatro anos os livros mais vendidos nessa feira foram os da Alfa-Omega, entre eles o do Tapajós.

O livro do Renato Tapajós teve esse impulso, mas é preciso entender que nossos amigos estavam na revista *Veja*, na revista *Isto É* e nos jornais. Eram tantos os jornalistas que reverberaram isso, como o Jorge Escosteguy, o Fernando Morais, o Rodolfo Konder.

Isso aconteceu em pleno processo de produção de livros em sua editora...

Sim, porque eu ia muito a feiras de livros de países socialistas³. Passava 60 dias por ano na Europa Oriental, União Soviética, Bulgária, República Democrática Alemã: era uma atividade certa, todo ano eu fazia isso. Eu trabalhava dez meses aqui e dois fora. Então as atividades eram grandes e, além disso, somavam-se as entrevistas à imprensa – era incrível, incrível, não parava –, sábado, domingo, de noite em casa. Até hoje mantenho esse ritmo e minha mulher diz que eu sou um cara chato, falo de livros 24 horas; é essa a minha maneira de contribuir e de me aprimorar.

Sinto falta do meu amigo filósofo Jacob Bazarian, que morreu recentemente; e era também autor da minha editora: fomos amigos durante trinta e três anos e meio. Logo que terminava o “Jornal Nacional”, eu ligava para a casa dele e discutia as notícias – ainda hoje tenho o impulso de fazer isso, mas me lembro que ele está morto, tal a afinidade que tínhamos. Eu vivo disso, da discussão – minha mulher diz que vejo de dez a doze telejornais por dia com a mesma matéria.

É que preciso encontrar o ângulo da notícia que me defina o perfil de

3. Fernando Mangarielo explicou que os convites para a participação nas feiras vinham, majoritariamente, dos autores desses países que publicavam na Alfa-Omega, como o professor Boris Koval e Anatoly Sosnovski, além de organizadores da Feira de Livros de Moscou, evento bianual.

um possível autor e devo ainda pensar no recurso financeiro necessário para transformar o assunto em livro. Vejo uma matéria várias vezes para levantar temas novos, com enfoques novos. E isso demanda um debruçar constante sobre a fluidez da realidade que ninguém olha ou percebe ou se interessa, mas é daí que eu tiro a seiva do meu trabalho.

Voltando ao lançamento do livro do Tapajós, houve alguma repressão naquele dia?

Você agora abriu minha memória. Houve uma pequena escaramuça lá, a partir de uma atitude de um cara provocador de direita, mas nós percebemos a cilada na nossa própria sombra, porque na ditadura não se brincava. Ele provocou uma rusga e alguém defendeu o Tapajós antes de uma confusão eclidir. Estou vendo claramente o clima de tensão dentro da casa: duas paredes tinham sido tiradas; o ambiente ficara como “um tubo” e lá no fundo estava o Tapajós autografando os livros sobre uma mesinha. Estou lembrando claramente do cara gesticulando, acusando, mas foi abafado, era minoria, estava sozinho: “Uma andorinha só não faz verão”. O quiprocó durou uns dez ou quinze minutos. Depois disso, tudo transcorreu tranqüilamente. O Tapajós poderá precisar isso melhor, já que foi o personagem central dessa história.

Depois de lançado Em câmara lenta, em seguida o livro começou a ter grande vendagem, mas logo vieram críticas da direita e a repressão. Como foi esse momento a partir das críticas do Lenildo Tabosa Pessoa?

Isso, outro conterrâneo. O Lenildo era pernambucano, adepto da direita: funcionava como caixa de ressonância. Foi um artigo do Lenildo no Jornal da Tarde que começou toda a coisa a que depois o coronel Erasmo Dias deu a continuação (que bom que você tonificou essa área do meu cérebro). Mas isso, que começou a incomodar, produziu outras repercussões de direita no Rio de Janeiro, em Minas Gerais (agora está vindo, você tirou a poeira desse ponto da memória), além de outros lugares...

Acho que o Erasmo Dias se promoveu a partir do livro. Ele viu que podia fazer um alvoroço, e ampliou isso. Eu percebia o oportunismo dele, até mesmo porque a História não consagrou a idéia de que o livro era um manual de guerrilha. Ele tentou apenas se projetar com o fato.

Mas é preciso entender que, na época, a comunicação era muito restrita, pois não tínhamos os recursos de hoje; se tivéssemos, acho que teríamos feito a revolução. Nossa comunicação era por telefone, por telex, e ninguém era proprietário disso, tudo se passava dentro do “ventre da besta” e a gente só podia se comunicar com esses limites.

E quando soube que as críticas da direita estavam vindo em peso, o senhor logo temeu alguma repressão e se preparou para isso?

Sim, por causa de outros livros nossos já tínhamos tido ameaças. Fui preso (a minha memória é difícil para datas), não sei se antes do Tapajós ou depois dele. Ah, não, a prisão foi antes porque fui a Cuba pela primeira vez, na ocasião da entrega do prêmio “Casa das Américas”⁴. Das pessoas que tinham ido, me lembro que foram presos Chico Buarque, Fernando Morais e Antônio Calado. Quando cada um de nós voltava era preso e eu fui o último, porque fiz um périplo pelos Estados Unidos e pela Europa antes de voltar. A prisão do Tapajós deu-se antes disso porque me lembro de uma matéria que dizia: “Também o jovem editor Fernando Mangarielo que esteve preso por causa do livro de Tapajós...”. Então, o Tapajós foi o primeiro, Fernando Morais, o segundo. Foram três livros que deram esse tipo de problema. Mas isso era comum.

Veja bem, o importante é entender que quando eu editava um livro, ele era conscientemente um livro com problemas certos, a ponto de eu dividir os três mil exemplares entre lugares diferentes. Isso é um conceito de logística muito interessante. Outra coisa: todas as sedes da editora nunca tiveram placa; faz no máximo cinco anos que pusemos a placa aí fora. Eu costumava dizer ao meu mestre, o filósofo Jacob Bazarrian: “A polícia política quando bate é porque ela tem fortes indícios”. Por isso, nunca coloquei placa, mas os catálogos, as notas fiscais, tudo era tudo legal, nunca deixei esse “calcanhar da Aquiles” para a direita me incriminar, nunca! Eu cuidava dos impostos e tudo o mais! E isso me colocou no bom caminho, veja como é interessante, se você tem eira e beira... Lembro-me bem disso.

É exatamente isso que gostaria de saber mais: como foi o processo da edição e da repressão. Por exemplo, depois que o senhor foi prestar depoimento na polícia, em que momento a repressão veio apreender os livros. Oficialmente, que intervenção foi feita?

Aí vem a estratégia que eu lhe coloquei: quando a repressão ia pegar os livros, no dia seguinte o livreiro os comprava de mim e eu os entregava sem nota fiscal, para não deixar a marca. Foi por isso que pudemos atender ao maior número possível de pessoas e assim o livro pôde cumprir o seu papel de denúncia, o seu papel social, o seu papel político. Esses dois mil

4. Conforme informou Mangarielo, o evento dominante foi o Prêmio *Casa de las Américas*, na ocasião aberto pela primeira vez a participantes da Língua Portuguesa. Na composição do júri brasileiro estavam Antonio Callado, Ignacio de Loyola Brandão, Fernando Morais, Chico Buarque de Holanda e Wagner Carelli (jornalista, porém não membro do júri). Fernando Mangarielo foi convidado como editor, mas não integrou a banca do júri. Há necessidade de precisar, contudo, o ano e outros dados do evento em revistas ou documentação da época.

exemplares que ficaram fora da apreensão da polícia foram consumidos depois. (Agora você tocou num ponto que a memória está bem fresca.) Foi isso, consumiram-se o segundo e o terceiro milheiros depois de certo tempo, quando o Renato Tapajós foi solto. Ele já estava de quatro a seis dias preso foi o doutor Aldo quem conseguiu liberá-lo, quando fomos lá tentar vê-lo no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), mas não me deixaram falar com ele. Numa das últimas vezes, ele veio para uma aca-reação.

Os dois milheiros restantes foram a centelha, e isso é importante dizer: a estratégia teve uma participação efetiva na prática. Foi aí que começou o sucesso da circulação do livro. Depois da luta do doutor Aldo, a coisa se espalhou, ou seja, viram que tinham apreendido alguns livros, mas havia outros, e esses outros não tinham nota, não tinham nada; o livreiro pagava em solidariedade, pagava até à vista, o desconto na época já era grande, 40% para pagar em sessenta dias, mas eles pagavam à vista. Assim, tinham os livros em mãos e logo agilizavam o pagamento. A livraria Brasileira, por exemplo - tenho vivo na memória -, comprava dessa maneira: "Está aqui 40% do valor e pronto". Dava um cheque, ou dinheiro, ou com prazo de um mês para receber; depois mandava para distribuidores do Brasil inteiro. Em cada estado nós tínhamos um ou dois distribuidores - era interessante naquela época -, hoje não existe mais isso. Esse trabalho conjunto, essa flama acesa em todas as grandes capitais levou o livro para a posição que ele tem hoje. Depois de certo tempo, surgiu a segunda edição, que ainda se mantém, da qual temos poucos exemplares.

Em relação à produção dos originais, o senhor se lembra de interfe-rências suas? Por exemplo, a partir do parecer do crítico literário, o senhor fez sugestões para mudar uma ou outra passagem do texto?

Não, nunca tivemos isso. Inclusive, devo dizer, com respeito à verdade, às vezes faltava esse tipo de trabalho. Como lhe disse, era o primeiro livro de ficção que fazíamos, mas não o li como livro de ficção: eu percebia que naqueles flashbacks do texto fazia-se referência a pessoas que eu admira-va, de quem eu ouvia falar. Eu ficava me dando "a cozinha" daquilo que lia porque conhecia os companheiros. Eu lia o livro para me informar, para reproduzir para os meus revisores, para a minha equipe de trabalho, para tudo o mais, e depois o lia como livro em si.

Observações sobre passagens, sobre a linguagem ou o estilo do texto eu não fazia, porque sempre me fazia estas perguntas: "A quem interessa isso? - A quem realmente interessa esse discurso?". Percebi que interessa-va aos críticos da sociedade brasileira. Sempre me coloquei nessa posição e não na de um crítico literário - eu nunca tive competência para isso e

não terei. Olho o livro enquanto denúncia, enquanto unidade textual, enquanto intenção. O que eu sei ler no texto, tanto de ensaísta quanto literário, é “o não dito”, o que ele não disse, o que ele omitiu, o que ele jogou debaixo do tapete. Se o escritor me provoca essa preocupação, desperta-me isso, já fico com o pé atrás, o que está dito eu julgo objetivamente, sem paixão, sem veleidades estético-literárias ou até mesmo ideológicas. Claro, nunca publiquei um discurso irracional, um discurso udenista ou coisa semelhante: isso na Alfa-Omega leva-se a sério. Nunca fiz observação ao Renato Tapajós, como não fiz a ninguém.

Mas o título inicial dos originais de Tapajós era Os Mortos Não São Todos Iguais. Foi o senhor que sugeriu a mudança de título a ele?

Não, foi o Renato Tapajós que mudou para *Em câmara lenta*. Inclusive, eu não tenho memória exata disso, mas aqui na editora tem uma sala onde estão duzentos e tantos pacotes. Cada pacote é da produção de um livro; tem até bilhetes que troquei com alguns autores. Estão lá por causa de minha preocupação com a história futura, com a história da Alfa-Omega. Nesses pacotes existem bilhetes e dados como o dia, a hora de informações importantes relacionadas à edição de uma obra, para cronometrar, para ver o tempo de produção.

Isso porque, antes, o livro era como um ser humano: levava nove meses para sair porque usávamos tipografia. A impressão levava um mês, um mês e meio, o acabamento mais quinze dias. Hoje a gente faz um livro em vinte e quatro horas, o livro instantâneo, por exemplo.

A Sangue-Quente, do Haf (Hamilton Almeida Filho), sobre a morte do Vladimir Herzog, foi um livro instantâneo, feito em uma semana. Trabalhávamos vinte e quatro horas por dia: duas pessoas numa sala digitando, redigindo, e duas pessoas numa sala ao lado revisando o que era escrito; tudo voltava para o Miltainho. Levamos dois dias assim e, em seguida, eu comecei minha parte compondo o texto no linotipo; depois, comecei a revisar a linotipia e tudo mais e, ao final, tiramos 15 mil exemplares. Em 2005 completaram-se trinta anos da morte do Herzog, e nós oferecemos o livro outra vez ao mercado, mas as vendas foram poucas, ainda tenho livros.

Ainda em relação ao livro do Tapajós, o senhor pode comentar como foi a discussão em torno do título ou algo interessante que tenha acontecido e foi curioso na forma de editar o livro?

Eu ainda vou lhe dar uma resposta definitiva quando encontrarmos os documentos que estamos procurando. Mas o nome *Em câmara lenta* vinha da expressão inglesa *slow motion*: a tortura é uma coisa lenta, feita para dominar o subterrâneo da mente do oprimido, o objetivo da tortura é esse,

a intimidação, a própria capa demonstra isso nos três quadros – tem um nome técnico para esses quadros no filmes –, a capa do livro exemplifica bem isso.

E, na verdade, o autor capturou a necessidade da época, porque veja bem, o que existia... Se tivéssemos um título acintoso, seríamos apreendidos antes. Por exemplo, na mesma época eu lancei textos de Marx e Engels, mas na verdade eu tive de escamotear: tirei uma palavra do título original que era *Obras Escolhidas* de Marx e Engels e criei o eufemismo *Textos*. Nunca esqueço uma matéria no número 2 da revista Isto É, uma matéria de página inteira comentando a habilidade política de uso da linguagem; o jornalista de então comentava que na quarta capa da edição recém-lançada da *História Sincera da República*, de Leôncio Basbaum, eu dizia que muitos podem desgostar da abordagem do autor em muitos aspectos. Porém, não em uma delas, porque é uma abordagem científica; aquilo entrou como eufemismo de “marxismo”. É muito interessante, procure isso no n.º 2 da Isto É.

A mesma coisa se deu com o livro do Tapajós. Quero encontrar o documento para fazer jus a quem de direito, se a idéia foi do autor ou de discussão nossa. Estou certo de que no pacote das provas que estamos procurando deve estar a resposta para isso, se eu recebi o original com outro título. Mas, sendo ele um cineasta, estou seguro de que a idéia foi dele, o original foi dele e acatei porque era e é pertinente até hoje. Eu não colocaria a palavra americana *slow motion*: naquela circunstância nunca se pensaria, nem ele nem eu, mas aceitei *in totum* o *Em câmara lenta*, porque exatamente abaixo do título estão as três microfotografias da seqüência. Aquela capa é da Moema Cavalcante, hoje uma célebre designer gráfica e capista muito premiada, uma ilustre pernambucana. Ela é filha de um histórico militante de esquerda no Recife – a minha terra – o Paulo Cavalcante, de quem publiquei as memórias. A Moema fez uma capa, para a época, bastante forte. *Em câmara lenta* foi um dos livros que teve segunda edição: isso é uma ironia porque eu lancei vinte e seis títulos e, a esse conjunto, demos o nome de “Literatura da Resistência” ou “Literatura dos Anos de Chumbo”: o único que teve segunda edição foi o *Em câmara lenta*.

Quanto à produção do livro em si não houve problemas; o problema foi aquele do Erasmo Dias que resolveu ser mais realista do que o rei e fez o que fez: ele conquistou o seu lugar no rodapé da História. Mas ao encontrar esse pacote (com os originais e as anotações da produção gráfica) tudo vai se aclarar e todas essas dúvidas que você me provocou serão sanadas.

Parece que o senhor comentou que havia um parágrafo ou algo que estava no final da obra, no original, e que houve uma mudança.

Não, isso foi num outro título, num outro livro: expliquei que, pela minha formação, trabalhando com o pensamento de esquerda, o livro era publicado in totum, ou se publicava o livro todo ou não se publicava. Só num livro, uma vez, em que tinha um apanhado histórico que achei que estava muito aquém dos 99% do restante do livro, sugeri ao autor colocar essa parte no final, como um apêndice, como resumo histórico: quem quisesse ler, que o lesse em separado. Só que até hoje me arrependo de não ter aceitado a forma original do autor. Mas isso não aconteceu no livro *Em câmara lenta*.

A idéia era essa: ou se publicava ou não se publicava.

Com o fim do AI-5, as pessoas se fragmentaram e deu no que deu: estamos vivendo de acordo com tudo isso que ficou depois da desintegração. Muitos desenvolveram até lutas fratricidas: antes estávamos todos acobertados com a bandeira comum da luta contra a ditadura militar. Aquilo nos deixava com a sensação de um sonho sonhado por todos, o que o tornava uma coisa inquebrantável, como ferro, como aço inquebrantável.

Nós, por exemplo, que morávamos no CRUSP (Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo), achávamos que a revolução ia sair do CRUSP. Se bem que muitos de nossos colegas, velhos companheiros cruspianos, excetuando-se os que foram assassinados, os “suicidados” – assassinados, torturados e mortos –, muitos estão no poder e uma maioria abjurou a seus valores de então.

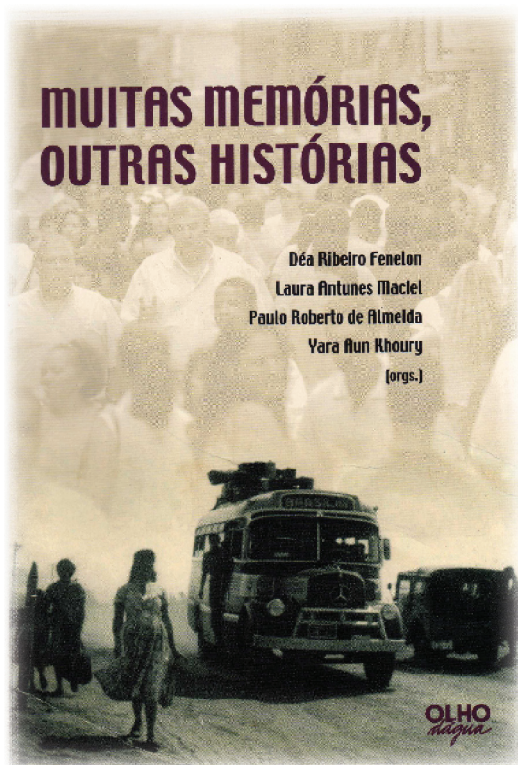
Então é isso: as pessoas mudaram, mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, o poeta Luís de Camões já nos alertava para isso. Mas a luta continua. Encontro pessoas hoje com 70, 80 anos com a visão íntegra, muito rara, e mentes jovens de 40, 50 anos que ainda não se encontraram, estão buscando soluções, mas as parcerias estão aí. Como se dizia no passado: “A solução vem do coletivo”. O indivíduo é fraco, é débil, ele fenece, ele não resiste, ele se modifica, é assimilado, é cooptado, enquanto em grupo fica mais fácil. Mas estamos avançando. Enquanto há vida há esperança, não há o que temer. †



Resenhas

————— DIÁLOGOS SOBRE A RELAÇÃO —————
————— ENTRE MEMÓRIAS E HISTÓRIAS —————

GISÉLIA MARIA CAMPOS
MESTRE EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



Déa Ribeiro
Fenelon; Laura
Antunes Maciel;
Paulo Roberto de
Almeida; Yara Aun
Khoury. *Muitas
memórias, outras
histórias.*
São Paulo: Olho
d'Água, 2004.

Lançado em maio de 2004, o livro *Muitas memórias, outras histórias* é o resultado da longa trajetória de debates, seminários e atividades de um grupo de pesquisadores do Projeto PROCAD/Capes “Cultura, Trabalho e Cidade: Muitas memórias, outras histórias”. Docentes da PUC/SP, da Universidade Federal de Uberlândia, da Universidade Estadual Paulista-Unesp/Assis, da Universidade Católica de Salvador, compartilhando experiências acadêmicas, práticas políticas e trajetórias intelectuais semelhantes, avaliam novas possibilidades e tendências na escrita da história. Os autores nos oferecem um estudo cuidadoso sobre a relação entre história e memória, ampliando os horizontes de domínio do historiador.

O título do livro expressa o compromisso acadêmico e político do grupo – a expectativa de construir “outras histórias” a partir de “muitas memórias” que permanecem ocultas pela história dominante.

Partem do questionamento de como inserir na história, as experiências, modos de vida e trabalho, e temas que permanecem excluídos dos grandes modelos de explicação e das interpretações históricas dominantes. O compromisso estabelecido foi lidar com os indivíduos enquanto sujeitos sociais, num esforço de compreendê-los em suas tensões e contradições com as instituições privadas, públicas e o poder estabelecido.

Nesta perspectiva de referenciar a multiplicidade de visões e concepções de mundo, os autores focalizaram as culturas como campos profícuos para vislumbrarem a diversidade posta no social, onde o popular e o erudito vivem, lutam, e se relacionam no mesmo espaço cultural.

Ao longo da obra, os autores socializam as experiências no trabalho com outras linguagens que instituem memórias, como as fontes orais, fotografias e imprensa, expressam as problemáticas metodológicas implicadas na sua utilização, demonstram como perseguiram o interesse pelas formas culturais em seus aspectos múltiplos e plurais. Em seus textos investigam como os diversos sujeitos portadores de diferentes saberes, se situam no processo histórico, como significam e interpretam a realidade vivida e suas transformações.

Nessa direção, “outras histórias” foram produzidas a partir de “muitas memórias” que permaneciam até então obscurecidas pelo poder estabelecido: memórias de antigos trabalhadores rurais, urbanos e ferroviários, de militantes e trabalhadores em confrontos políticos, e memórias construídas sobre os “famintos do Nordeste”.

Em alguns artigos os docentes colocam em evidência como antigos trabalhadores rurais significam as experiências vividas nas cidades, os modos de viver e lutar no social, tendo por referências culturais as cidades, enquanto espaços de relações contraditórias e tensas. As cidades refletem mudanças nas maneiras de viver e significar a vida. Os autores perseguem

tais mudanças valorizando as representações dos sujeitos sociais inseridos nos movimentos sociais.

Noutros artigos deparamos com trabalhos relacionados às memórias de militantes anti-fascistas, e também, sobre a construção de memórias por meio da imprensa e de fotografias, sobre os famintos no Ceará. Os autores entendem a imprensa enquanto “agente social”, como um lugar onde as memórias estão sendo construídas por alguém, para alguém e com alguma finalidade. Tratam as fotografias com a mesma seriedade, criticidade, desconfiança e rigor com que lidam com a imprensa, interpretando-as como construções do real, como produtoras de memórias. Concluem que a fotografia não é capaz de “congelar” o real, pois é constituída sob determinados interesses, institui formas de olhar e ler a realidade social: “já formulamos que todo documento é monumento”. (FENELON, p. 7)

Há também aqueles que avaliam as inúmeras questões implicadas no trabalho com a fonte oral, o cuidado devido ao lidar com este tipo de fonte, estabelecendo procedimentos teórico-metodológicos e interrogações pertinentes:

(...) de que maneira temos lidado com as peculiaridades e a dinâmica da experiência e da consciência social articulado pelas falas e pela memória, impregnada nos gestos, comportamentos, costumes, rituais, no diálogo que estabelecemos em torno de uma problemática específica? Se buscamos um diálogo aberto com essa realidade, temos buscado construir uma relação de igualdade com os interlocutores, garantindo o direito de autoria dos sujeitos envolvidos nesse diálogo? Temos evitado que nossas interpretações se sobreponham às dos entrevistados, de modo paternalista ou autoritário? Como produzir um texto forjado por múltiplas vozes, atribuindo-lhes o devido valor como atos interpretativos significativos da realidade de um estudo? Como restituir, com a narrativa final que construímos, um produto no qual as pessoas, com quem conversamos, possam se reconhecer; no qual todos nós, enfim, possamos nos reconhecer no diálogo? Que cuidados ter para que esse produto não seja o resultado de um somatório de informações, mas expressão de relações vividas em convívio e em confronto na dinâmica social? (KHOURY, p. 122-123)

Além de todo esse levantamento de questões teórico-metodológicas, os autores defendem a urgência de colocarmos em nossas investigações o “s” em “memória” como forma de apreender a pluralidade e diversidade existente no social. Igualmente, nos propõem pensar a memória enquanto espaço de contradições, tensões e lutas hegemônicas.

Nessa direção, além de investigarem como ocorrem as disputas entre forças hegemônicas no campo da memória, buscam compreender como as memórias são construídas, desfazem-se e são reelaboradas no

processo social, focalizando forças hegemônicas marginalizadas. A noção de hegemonia entendida pelos autores sob uma perspectiva mais ampla, permite abarcar a complexidade e contradição das relações sociais, instigando-nos a repensar os movimentos entre memórias hegemônicas e alternativas, opostas às tendências dominantes.

(...) como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais. Um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual esforços de ocultação e clarificação estão presentes na disputa entre sujeitos históricos diversos, produtores de diferentes versões e interpretações. (FENELON, p. 6)

O campo da memória é, portanto, significado como um campo de tensões constituídas por construções e sentidos atribuídos ao passado que lutam entre si.

As várias versões e construções de sentido do passado, os vários lugares sociais de memória, não convivem harmoniosamente. A memória dominante expressa na história reconhecida, silencia memórias alternativas. O objetivo dos pesquisadores do PROCAD/Capes foi justamente tirar as “muitas memórias” do silêncio e da censura em que se encontram, traduzindo-as em “outras histórias” que contestam a forma histórica legitimada e vista como a interpretação mais autorizada sobre o passado:

(...) reafirmamos reiteradamente a necessidade de aprofundarmos a dimensão crítica de nossa atividade intelectual e expressá-la na rejeição à historiografia acadêmica que se propõe como a única versão autorizada sobre os acontecimentos e que produz a invisibilidade e inaudibilidade dos dissidentes – daqueles que protagonizam as outras histórias – pelo apagamento dos sinais e vestígios de suas memórias e histórias. (FENELON, p. 7)

Outra questão enfrentada pelos autores consistiu em inverter a relação passado-presente. Ressaltam que o sentido do passado não deve ser visto na equação passado-presente, mas na inversão de tal equação. *Muitas memórias, outras histórias* expressa os resultados das inquietações do presente que levaram os autores a buscarem respostas no passado, com a perspectiva de orientar-se para o futuro no intuito de intervir no presente para transformá-lo:

(...) a compreensão das pessoas vivendo ativamente a dinâmica social e significando a experiência vivida; implica o exercício de manter nossa produção acadêmica conectada a perspectivas políticas de mudança social. (KHOURY, p. 122)

O conjunto de textos da presente obra reflete a trajetória e as preocupações dos integrantes do PROCAD/Capes e, nos coloca o desafio de repensar as nossas relações com os conceitos cristalizados e documentos de pesquisa. Os autores preconizam a necessidade de lidarmos com os

conceitos de classe, experiência, cultura, memória e história sempre no plural, com o propósito de acentuar os diversos referenciais e as divergentes interpretações.

Muitas memórias, outras histórias exemplifica um movimento de renovação historiográfica que vem questionando as formas dominantes de compreensão da história através da reelaboração de conceitos, pois as “outras histórias” produzidas pelos autores evidenciam que as noções com as quais trabalhamos são inacabadas e, estão sempre em construção. †

—SISALEIROS DE FIBRA: A EMERGÊNCIA DO —
—CAPITAL SOCIAL NO SISAL DA BAHIA —

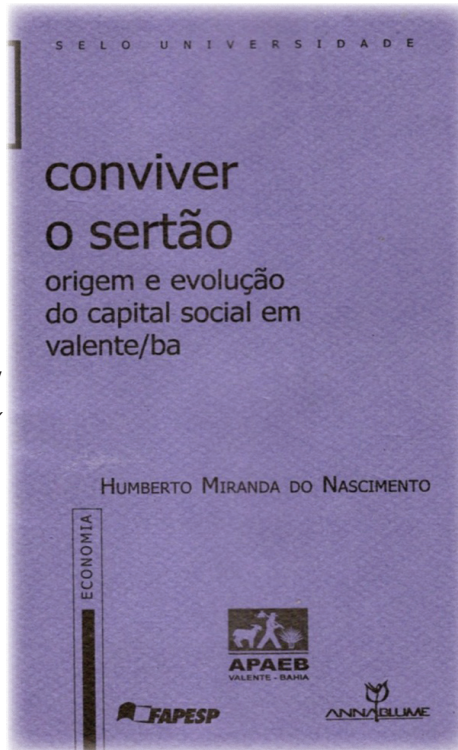
ELY SOUZA ESTRELA

DOCENTE - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

ALINE DOS SANTOS LIMA

MESTRANDA - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Humberto
Miranda do.
Nascimento.
*Conviver o Sertão:
Origem e Capital
Social em Valente/
BA. São Paulo:
Annablume/
Fapesp; Valente:
Apaeb, 2003.*



O termo capital social é novo, polêmico, e talvez ainda não faça parte do vocabulário da maioria dos sertanejos, mas as experiências de convivência com o/no semi-árido estão se multiplicando no sertão nordestino. De baixo custo, inovadoras e simples, elas evidenciam que a velha política de “combate à seca”, em geral, equivocada e inócua, era e é muito boa para alimentar a “indústria da seca” e pouco proveitosa para os sertanejos que pelejavam/pelejam no dia-a-dia com as irregularidades das chuvas e com o poder de mando dos “coronéis” de plantão.

A obra *Conviver o Sertão: Origem e Evolução do Capital Social em Valente-Ba*, de autoria de Humberto Miranda Nascimento, defendida originalmente como dissertação de mestrado no Instituto de Economia da Unicamp, traz a lume, justamente, uma dessas bem sucedidas experiências de convivência com/no semi-árido na chamada região sisaleira da Bahia, que além de Valente, é formada por mais 74 municípios, localizados em três regiões econômicas do estado.

A *agave sisalana* foi introduzida no semi-árido baiano no início da década de 1940, através da política implementada pelo então interventor federal Landolfo Alves, visando fixar a população no semi-árido, garantindo-lhe a sobrevivência em uma área com baixo potencial agrícola e evitando, então, as constantes migrações nos períodos de estiagem.

Com o passar dos anos, a cultura do sisal se expandiu e a fibra se tornou matéria-prima usada nas indústrias de cordoarias e fios para exportação, sendo o Brasil, através do estado da Bahia, o maior produtor mundial. Daí em diante, a rede produtiva do sisal passou por constantes oscilações, alternando auge/declínio – sobretudo, a partir das décadas de 1960/70, quando a indústria passou a utilizar os sucedâneos sintéticos – influenciando o cotidiano dos trabalhadores envolvidos em seu plantio, colheita e comercialização.

A crise está associada a uma estrutura fundiária concentrada, ao clientelismo político e aos longos períodos de estiagem – fatores que se configuraram enquanto prejudiciais à população tornando-a ainda mais dependente da prática assistencialista. Quando os trabalhadores passaram a questionar as condições de dependência e almejar melhoria social, trilharam os caminhos da organização participativa, buscando, como afirma o Humberto Nascimento, conviver o sertão.

A Região Sisaleira, área considerada pouco propícia às atividades agrícolas, tornou-se, ao longo dos anos, objeto de estudos técnicos e econômicos. Ganham destaque também as produções voltadas aos estudos dos fatores botânicos da *agave sisalana*. Embora economista, Humberto Nascimento rompeu com a prática de abordar o sisal e a região sisaleira pelo prisma técnico e econômico. Como salientamos, a inovadora obra, *Conviver*

o Sertão: Origem e Evolução do Capital Social em Valente-Ba, apresenta as experiências dos sertanejos que se dedicaram a enfrentar, através da articulação social, seus problemas sociais.

A obra foi dividida em três capítulos. O primeiro, intitulado, “No sertão baiano, os atores reinventam seu espaço”, o autor apresenta a chamada região sisaleira e desvela a atuação da Igreja/Movimento de Organização Comunitária (MOC), no período mais autoritário do regime militar, bem como aponta para a constituição da Associação dos Produtores e Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), nos anos 80 do século passado. No segundo capítulo, “Em Valente, o desfibramento de uma experiência”, Nascimento apresenta os atores que constituem o capital social do município, elencando, ademais, as ações, os impasses e entraves enfrentados no dia-a-dia. No terceiro capítulo, “Para conviver o sertão, reinventar e astuciar”, são expostas as ações empreendidas pela Associação que resultaram naquilo que o autor denomina de experiências exitosas de (sobre) vivência no/com o semi-árido.

Na retaguarda das experiências assinaladas na obra encontrava-se o MOC. A entidade foi criada, em princípios de 1970 – período auge da ditadura militar – sob os auspícios da Igreja Católica. Ela tinha o intuito de prestar assistência às comunidades rurais, visando, dentre outros objetivos, contribuir para a formação de uma consciência cidadã, pleiteando um desenvolvimento endógeno. Quando a entidade, conforme salienta Humberto Nascimento, passou a ganhar autonomia, atritando-se com parcela da Igreja Católica, desvinculou-se da tutela diocesana.

De qualquer modo, foi graças às ações da Igreja/MOC que se fez ecoar, na atual região sisaleira, as vozes silenciadas dos pequenos produtores rurais. Inicialmente, essas vozes se levantaram contra a desvalorização dos produtos agrícolas e os altos impostos; os agricultores reivindicavam, também, melhorias na política de beneficiamento da fibra e a garantia de mercado e de preços. Após a emergência da “cola societária”, para usar expressão do autor da obra em tela, passou-se a pavimentar novos caminhos, buscando não mais as políticas estritamente de caráter econômico ou de combate aos efeitos da seca, mas de convívio com sertão, ou melhor, a convivência no sertão, com tudo que ele oferece, transformando adversidades em desafios, potencialidades em riquezas.

Nesse entremeio, o MOC passou, então, a ser um grande articulador da comunidade sertaneja, prestando-se desde a concessão de empréstimos aos pequenos agricultores, orientação no armazenamento da produção agrícola e assistência técnica. Foi, sobremaneira, por conta das ações da entidade que os homens de fibra da região sisaleira desencadearam a criação de uma associação para defender os interesses dos pequenos

agricultores.

Surgiu assim, na década de 1980, a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, com sede em 5 municípios. Diante das dificuldades enfrentadas, somente a entidade do município de Valente conseguiu prosseguir com as atividades, mantendo-se, não obstante os inúmeros entraves, ativa e instigando as bases do “capital social”, agente articulador e fomentador do desenvolvimento “inclusivo”.

Segundo Nascimento, o êxito da experiência deve-se à participação, organização e perspectiva de um desenvolvimento baseado no potencial local. As ações operacionalizadas abrangem desde o fomento e a execução de reflorestamento (com o uso do umbuzeiro – *Spondias tuberosa* – árvore que apresenta alto índice de replantio); passando pela educação no campo; pela concessão de linhas de crédito; pelo estímulo às culturas resistentes à seca; armazenamento de água (por exemplo, as barragens subterrâneas); bem como pelos investimentos voltados para a ovino-caprinocultura.

Na perspectiva do autor, tais atividades modificaram tanto as propriedades rurais como o patrimônio familiar dos associados. Enfim, as ações têm diversificado as culturas, estimulando a pluriatividade, uma vez que se entende que o cultivo do sisal não garante o suprimento de todas as necessidades do agricultor/ produtor.

O êxito da APAEB-Valente tornou-se possível graças a “evolução” dos atores sociais que se deslocaram da condição de simples lideranças para assumir responsabilidades. Neste sentido, a população é vista com destaque pelo seu nível de sociabilidade ou convívio societário, ao conseguir materializar seus esforços na construção social do desenvolvimento local.

Escrito não para expor a “sina” dos sertanejos diante da seca, como diz o autor, mas com o intuito de dar visibilidade às experiências que rompem com a representação do sertanejo como alguém sem iniciativa e vitimizado pelas constantes estiagens, o livro *Conviver o Sertão: Origem e Evolução do Capital Social em Valente-Ba*, além do mais, evidencia que as dificuldades cotidianas não determinam, necessariamente, o modo de vida das populações, ao contrário, ensina-lhes a (sobre) viver, dão-lhes força e fibra.

O topônimo Valente denota força e vigor. O habitante do município, além de Valente, tem no cultivo do sisal a principal atividade econômica. Valentes e de fibra, estes homens e mulheres souberam construir no semi-árido, alternativas de convivência com a seca. Tais alternativas se levadas a efeito podem tornar-se divisores de água na forma de atuar no sertão e para o sertão.

As experiências elencadas na obra e tantas outras espalhadas pelo sertão nordestino, a exemplo da “Rede de Sementes” (no sertão da Paraíba, abrangendo 61 municípios, pela Articulação do Semi-Árido - ASA), estão

na contramão das políticas governamentais que priorizam as obras faraônicas, a exemplo da transposição do Rio São Francisco, sinalizando novos parâmetros de atuação em relação ao semi-árido. Talvez seja o caso de lembrar, em contrapelo à transposição, o projeto Atlas das Águas – elaborado pela Agência Nacional de Águas (ANA) – aclamado por inúmeras entidades ambientalistas de defesa do semi-árido, como por exemplo, o Fórum de Defesa do Rio São Francisco.

Na perspectiva de Humberto Nascimento, é somente através das relações amistosas e de participação, que as populações do semi-árido (espaço repleto de adversidade e restrições de ordem social e natural) podem encontrar alternativas de sobrevivência. Participação, relações e laços de sociabilidades são as palavras-chave do “empoderamento”, base e reflexo do capital social, aos quais, Robert Putnam acrescentaria, sobretudo, confiança.

O livro, *Conviver o Sertão: Origem e Evolução do Capital Social em Valente-Ba*, apresenta várias interfaces, tornado-se leitura obrigatória para todos que se dedicam a estudar as organizações da sociedade civil, a cultura do sisal e a vida no semi-árido, além de ser indispensável aos geógrafos, economistas, historiadores, antropólogos e ambientalistas.

Não bastasse o enfoque original e o conteúdo otimista, o seu título é instigante. Conviver o sertão impõe ao leitor pensar a relação homem/natureza-sertanejo/sertão numa perspectiva de superação do binômio semi-árido/seca, chamando a atenção para as potencialidades da área e de quanto as mudanças podem ser exequíveis, transformando, em consequência, o destino dos sisaleiros. Não é sem propósito que, para além do epíteto, o “sertanejo é antes de tudo um forte”, de Euclides da Cunha. E os sertanejos/sisaleiros costumam acrescentar, não sem uma ponta de orgulho: “O sertão tem de tudo que precisa. Se faltar, a gente inventa”.

Reconhecendo a forte oralidade dos sertanejos, Humberto Nascimento, além de fontes escritas, da pesquisa participante – afinal foi funcionário da APAEB-Serrinha – lançou mão de fontes orais, evidenciando que a metodologia da história oral ultrapassou o campo das ciências humanas, adentrando as áreas de economia e das ciências ambientais. †

Notícias do Neho

— Teses defendidas no segundo semestre de 2007

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Doutorado.

Título: *Tramas e Traumas: Identidades em Marcha*

Orientador: José Carlos Sebe Bom Meihy

— Eventos promovidos

História Oral: Visões e Perspectivas

Debate realizado em 12 de junho de 2007 na Casa das Rosas - Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura. Participação: Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, Suzana Lopes Salgado Ribeiro, Yara Aun Khoury.

História Oral - Métodos e Práticas

Curso de difusão realizado de 10 a 14 de julho de 2007. Ministrantes: Ana Maria Dietrich, Fabíola Holanda Barbosa, José Carlos Sebe Bom Meihy, Maria Aparecida Blaz Vasques Amorim, Ricardo Santhiago, Suzana Lopes Salgado Ribeiro, Valéria Barbosa de Magalhães.

História Oral no Campo das Ciências Humanas

Curso de atualização realizado de 11 de agosto a 23 de novembro de 2007. Ministrantes: Ana Maria Dietrich, Fabíola Holanda Barbosa, José Carlos Sebe Bom Meihy, Juniele Rabêlo de Almeida, Maria Aparecida Blaz Vasques Amorim, Ricardo Santhiago, Samira Adel Osman, Sara Albiéri, Suzana Lopes Salgado Ribeiro.

Normas editoriais

1. A Revista *Oralidades* recebe textos inéditos, em fluxo contínuo. São aceitos artigos em português, inglês e espanhol. Dossiês e números temáticos terão chamada e normas especiais.
2. São aceitos trabalhos nas seguintes modalidades: Artigos, Resenhas, Histórias de vida, Informes de pesquisa, Entrevistas e Ensaios. Traduções podem ser enviadas, desde que não publicadas no Brasil.
3. Entrevistas, histórias de vida e artigos traduzidos devem ser acompanhados de autorização de uso.
4. Os originais (exceto resenhas) devem ter entre 21.000 e 42.000 caracteres (contando espaços), fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas 1,5, devendo ser acompanhados de resumo (máximo 10 linhas) e palavras-chave (entre 3 e 5). Resenhas de livros deverão conter no máximo 12.000 caracteres.
5. Título, resumo e palavras-chave devem ser apresentados em português e inglês.
6. As referências bibliográficas deverão obedecer à seguinte orientação: A) As remissões bibliográficas deverão figurar no corpo do texto, devendo constar, entre parênteses, o sobrenome do autor seguido da data de publicação da obra e número da página. Exemplo: (CARVALHO,1998, p. 128); B) As referências bibliográficas deverão ser listadas em ordem alfabética no final do artigo.
7. A publicação reserva-se o direito de devolver aos autores os textos fora dos padrões descritos.
8. A publicação reserva-se o direito de executar revisão ortográfica e gramatical nos textos publicados.
9. A simples remessa de textos implica autorização para publicação e cessão gratuita de direitos autorais.
10. As imagens devem ser enviadas separadamente em arquivos JPG com resolução de 300 dpi.
11. O nome do autor deve ser acompanhado por titulação, filiação institucional e função exercida no momento do envio do texto.
12. Todos os artigos apresentados dentro das normas serão analisados pela comissão editorial.
13. O processo de avaliação segue as normas internacionais de peer review. Os textos recebidos são encaminhados a dois pareceristas integrantes do conselho editorial, consultivo ou a convidados "ad hoc". Em casos especiais, pode-se consultar um terceiro revisor. É mantido o anonimato do autor e dos consultores.
14. Os textos devem ser enviados para: oralidades@yahoo.com.br

Editorial rules

1. The *Oralidades* Journal receives unpublished writings in ongoing flood. Articles are accepted in Portuguese, English and Spanish. Dossiers and thematic volumes will have special convocation and rules.
2. Productions are accepted in the following sorts: articles, reviews, life histories, research reports, interviews and essays. Translated articles may be sent as long as they haven't been published in Brazil.
3. Interviews, life histories and translated articles must be followed by an authorization of use.
4. The original papers (save reviews) must have from 21.000 to 42.000 characters, in Times New Roman font, size 12, space between lines 1,5, followed by an abstract (maximum of 10 lines) and 3 to 5 keywords. Book reviews must have a maximum of 12.000 characters.
5. Title, abstract and keywords must have both Portuguese and English versions.
6. The bibliographical references must submit to the following orientation: A) The bibliographical quotations must be in the text body, with the author's last name, the publishing date and the page, using parenthesis. Example: (CARVALHO,1998, p. 128); B) The bibliographical references must be listed alphabetically at the end of the article.
7. The publication has the right to return the articles to its authors without the patterns listed above.
8. The publication has the right to review the writings both orthographically and grammatically.
9. The sending of the writings implies authorization for publishing and remission of copyrights.
10. Pictures must be sent individually in JPG files with 300 dpi quality.
11. The author's name must be followed by academic background, institutional links and position hold at the current moment of the sending.
12. The editorial commission will analyze all articles presented within these rules.
13. The analysis process follows the international rules of peer review. The writings received are given to two different people from the editorial council, consultants or guests "ad hoc", who pass sentence upon the work. In special cases, a third reviewer can be consulted. Both the author and consultants' anonymity are kept.
14. The papers must be sent to: oralidades@yahoo.com.br

Normas editoriales

Plazo para envío de artículos para el número 2: 10 de agosto de 2007

1. La Revista *Oralidades* recibe textos inéditos, en flujo continuo. Dossiers y números temáticos tendrán llamada y normas especiales.
2. Son aceptos trabajos en las siguientes modalidades: Artículos, Reseñas, Historias de Vida, Informes de investigación, Entrevistas y Ensayos. Artículos traducidos pueden ser enviados, desde que no publicados en el país.
3. Los textos deben ser enviados para el correo electrónico oralidades@yahoo.com.br
4. Entrevistas, historias de vida y artículos traducidos deben ser acompañados de autorización de uso.
5. Los originales (excepto reseñas) deben tener entre 15 y 30 páginas, fuente Times New Roman, tamaño 12, espacio entre líneas 1,5, debiendo ser acompañados de resumen (máximo 10 líneas) y palabras-clave (entre 3 y 5). Reseñas de libros deberán conter como máximo 5 páginas.
6. Título, resumen y palabras-clave deben ser presentados en portugués y inglés.
7. En la primera página, debe ser presentada formación y filiación del autor, en rodapié.
8. Las referencias bibliográficas deberán obedecer a la siguiente orientación:
9. Las remisiones bibliográficas deberán figurar em el cuerpo del texto, debiendo constar, **entre parénteses**, el apellido del autor seguido de la data de publicación de la obra y el número de la página. Ejemplo: (CARVALHO,1998, p. 128)
10. Las referencias bibliográficas deberán ser listadas en ordem alfabética al final del artículo.
11. La publicación reservase el derecho de devolver para los autores los textos fuera de los patrones descriptos.
12. La publicación reservase el derecho de ejecutar revisión ortográfica y gramatical em los textos publicados.
13. La simple remesa de textos implica autorización para publicación y cesión gratuita de derechos autorales.
14. Las imágenes deben ser enviadas separadamente en archivos JPG con resolución de 300 dpi. El nombre del autor debe ser acompañado por titulación, filiación institucional y función ejercida en el momento del envío del texto.
15. Todos los artículos presentados dentro de las normas serán analizados por la comisión editorial.
16. Esclarecimientos y otras informaciones: oralidades@yahoo.com.br.